



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 136

SÁBADO, 22 DE AGOSTO DE 1992

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1992-CN

Dispõe sobre a representação do Congresso Nacional na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º Nos termos do Regulamento da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, constante do Anexo desta Resolução, é fixado em dezesseis titulares e dezesseis suplentes o número de representantes do Congresso Nacional na Comissão, sendo oito Deputados titulares, oito Deputados suplentes, oito Senadores titulares e oito Senadores suplentes, designados na forma prevista nos Regimentos de cada Casa, ao início da primeira e da terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada Legislatura.

Parágrafo único. É de dois anos o mandato dos representantes brasileiros na Comissão.

Art. 2º A estrutura administrativa da Comissão será definida em Resolução própria.

Art. 3º O mandato da primeira representação do Congresso Nacional junto à Comissão findar-se-á com a presente Legislatura.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de agosto de 1992. — Senador **Mauro Benevides**, Presidente.

ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1992

REGULAMENTO DA COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Em Montevideu, capital da República Oriental do Uruguai, no dia 6 de dezembro de 1991, na Sala das Sessões da Assembleia Geral as delegações de parlamentares da República da Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, integrantes dos Estados Partes signatários do Tratado de Assunção, declaram formalmente aprovado o Regulamento da

Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL e proclamam a sua vontade inequívoca de dar ao processo de integração, iniciado por seus respectivos países, o apoio que surge da representação emanada da soberania popular.

REGULAMENTO

Os representantes dos Paramentos dos Estados signatários do Tratado de Assunção que cria o Mercado Comum do Sul, com o propósito de:

estabelecer a união cada vez mais estreita entre os povos do sul da América, a partir da nossa região;

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

garantir mediante uma ação comum o progresso econômico e social, eliminando as barreiras que dividem nossos países e nossos povos;

favorecer as condições de vida e emprego, criando condições para um desenvolvimento auto-sustentável que preserve nosso entorno e que se construa em harmonia com a natureza; salvaguardar a paz, a liberdade, a democracia e a vigência dos direitos humanos;

fortalecer o espaço parlamentar no processo de integração, com vistas a futura instalação do Parlamento do Mercosul; apoiar a adesão dos demais países latino-americanos ao processo de integração e suas instituições.

Resolvem aprovar o seguinte Regulamento.

ARTIGO I

Fica estabelecida a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, conforme determina o artigo 24 do Tratado de Assunção, assinado em 26 de março de 1991, entre os Governos da República Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai, que se regerá por este Regulamento.

Dos Membros e sua Composição**ARTIGO II**

A Comissão será integrada por até 64 (sessenta e quatro) parlamentares de ambas as Câmaras; até 16 (dezesesseis) de cada Estado Parte, e igual número de suplentes, que serão designados pelos respectivos Parlamentos nacionais, de acordo com seus procedimentos internos.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

A duração do mandato de seus integrantes será determinada pelos respectivos Parlamentos, desde que este não seja inferior a dois anos, com o intuito de favorecer a necessária continuidade.

A Comissão só poderá ser integrada por parlamentares no exercício do seu mandato.

Funções e Atribuições**ARTIGO III**

A Comissão terá caráter consultivo, deliberativo e de formulação de propostas.

Suas atribuições serão:

a) acompanhar a marcha do processo de integração regional expresso na formação do Mercado Comum do Sul — Mercosul — e informar os congressos nacionais a esse respeito;

b) desenvolver as ações necessárias para facilitar a futura instalação do Parlamento do Mercosul;

c) solicitar aos órgãos institucionais do Mercosul, informações a respeito da evolução do processo de integração, especialmente no que se refere aos planos e programas de ordem política, econômica, social e cultural;

d) constituir Subcomissões para a análise dos temas relacionados com o atual processo de integração;

e) emitir recomendações sobre a condução do processo de integração e da formação do Mercado Comum, as quais poderão ser encaminhadas aos órgãos institucionais do Mercosul;

f) realizar os estudos necessários à harmonização das legislações dos Estados Partes, propor normas de direito comunitário referentes ao processo de integração e levar as conclusões aos Parlamentos nacionais;

g) estabelecer relações com entidades privadas nacionais e locais, com entidades e organismos internacionais e solicitar informação e o assessoramento que julgue necessário sobre assuntos do seu interesse;

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

h) estabelecer relações de cooperação com os Parlamentos de terceiros países e com outras entidades constituídas no âmbito dos demais esquemas de integração regional;

i) subscrever acordos sobre cooperação e assistência técnica com organismos públicos e privados, de caráter nacional, regional, supranacional e internacional;

j) aprovar o orçamento da Comissão e gerenciar ante os Estados Partes o seu funcionamento;

k) sem prejuízo dos itens anteriores, a Comissão poderá estabelecer outras atribuições dentro do marco do Tratado de Assunção.

Das Subcomissões**ARTIGO IV****Criam-se as seguintes Subcomissões:**

1. de Assuntos Comerciais;
2. de Assuntos Aduaneiros e Normas Técnicas;
3. de Políticas Fiscais e Monetárias;
4. de Transporte;

5. de Política Industrial e Tecnológica;
6. de Política Agrícola;
7. de Política Energética;
8. de Coordenação de Políticas Macroeconômicas;
9. de Políticas Trabalhistas;
10. do Meio Ambiente;
11. de Relações Institucionais e Direito da Integração;
12. de Assuntos Culturais.

Outras Subcomissões poderão ser criadas, assim como suprimidas algumas existentes.

A Mesa Diretora fixará as competências das Subcomissões, mediante propostas das mesmas.

As Subcomissões se reunirão sempre que necessário para a preparação dos trabalhos. A participação dos parlamentares de cada Estado Parte nas Subcomissões terá o mesmo caráter oficial que a desempenhada na Comissão Parlamentar.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

ARTIGO V

Cada Subcomissão será integrada por 2 (dois) parlamentares de cada Estado Parte e seus suplentes. As Subcomissões elegerão suas próprias autoridades, seguindo os critérios estabelecidos no artigo XVI.

Das Reuniões

ARTIGO VI

As reuniões da Comissão serão realizadas, em cada um dos Estados Partes, de forma sucessiva e alternada.

Ao Estado Parte onde se realize cada sessão ou reunião corresponderá a Presidência.

ARTIGO VII

A Comissão se reunirá:

- a) ordinariamente, pelo menos duas vezes ao ano, em data a ser determinada; e
- b) extraordinariamente, mediante convocação especial assinada pelos 4 (quatro) Presidentes.

As convocações indicarão dia, mês, hora e local para a realização das reuniões, assim como a pauta a ser discutida, devendo a citação ser nominal, enviada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, mediante correspondência com registro postal, ou outro meio seguro.

Em caso de força maior, se uma reunião programada não puder ser realizada no país previsto, a Mesa Diretora da Comissão estabelecerá a sede alternativa.

ARTIGO VIII

Terão validade as sessões da Comissão com a presença das delegações Parlamentares de todos os Estados Partes.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Convocada uma sessão, se um dos Estados Partes não puder comparecer por razões de força maior, os restantes poderão reunir-se, desde que para deliberar e decidir seja obedecido o disposto no artigo XIII.

ARTIGO IX

As sessões da Comissão serão públicas, exceto quando expressamente se decida pela sua realização em forma reservada.

ARTIGO X

As sessões serão abertas pelo Presidente da Comissão e o Secretário-Geral ou quem o substitua, conforme este Regulamento.

ARTIGO XI

As sessões da Comissão serão iniciadas, salvo decisão em contrário, com a leitura e discussão da ata da reunião anterior que, uma vez aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo Secretário-Geral.

ARTIGO XII

Nas atas das sessões devem constar as recomendações aprovadas pela Comissão.

ARTIGO XIII

As decisões da Comissão serão tomadas por consenso das delegações de todos os Estados Partes, expressas pelo voto da maioria de seus integrantes acreditados pelos respectivos Parlamentares.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

ARTIGO XIV

Os temas submetidos à consideração da Comissão serão distribuídos simultaneamente a quatro relatores, um por cada Estado Parte, os quais os estudarão a fim de emitir opinião a respeito. Os relatores disporão de um prazo comum de 30 (trinta) dias para emitir seus relatórios por escrito, que serão distribuídos às demais delegações da Comissão pelo menos 15 (quinze) dias antes da data de realização da sessão.

ARTIGO XV

Sobre a matéria apreciada, a Comissão poderá emitir recomendações, cuja forma final será objeto de deliberação de seus membros.

Da Mesa Diretora

ARTIGO XVI

A Mesa Diretora será composta de 4 (quatro) Presidentes, pertencentes um a cada Estado Parte, que se alternarão a cada 6 (seis) meses, assim como de 1 (um) Secretário-Geral e 3 (três) Secretários alternos, também pertencentes um a cada Estado Parte que se alternarão da mesma forma. A Mesa Diretora será eleita em sessão ordinária para mandato de 2 (dois) anos.

Ao Presidente e a cada um dos 3 (três) Presidentes alternos corresponde 1 (um) Vice-Presidente, que pertencerá ao mesmo Estado Parte.

O Presidente e o Secretário-Geral devem pertencer ao mesmo Parlamento nacional.

A Presidência da Comissão poderá instituir um Grupo de Apoio Técnico, como órgão consultivo especial.

As autoridades serão eleitas pelos respectivos Parlamentares.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

ARTIGO XVII

No caso de vacância definitiva em qualquer das listas dos cargos da Mesa Diretora, a ocupação destes de efetuará

por eleição na sessão seguinte àquela em que se deu vaga, salvo se faltarem menos de 60 (sessenta) dias para o término dos respectivos mandatos.

ARTIGO XVIII

Em caso de vacância definitiva de um membro da Comissão, o grupo nacional tomará as devidas providências para a sua substituição por outro parlamentar, o qual cumprirá o mandato pelo período que restar.

ARTIGO XIX

Ao Presidente da Comissão compete:

- a) dirigir e ordenar os trabalhos da Comissão;
- b) representar a Comissão;
- c) dar conhecimento à Comissão de toda a matéria recebida;
- d) designar relatores mediante proposta das delegações parlamentares, para as matérias a serem discutidas;
- e) instituir grupos de estudo para o exame de temas apontados pela Comissão;
- f) resolver as questões de ordem;
- g) convocar as reuniões da Mesa Diretora e da Comissão e presidi-las;
- h) assinar as atas, recomendações e demais documentos da Comissão;
- i) gestionar doações, contratos de assistência técnica e outros sistemas de cooperação, gratuitamente, ante organismos públicos ou privados, nacionais e internacionais; e
- j) praticar todos os atos necessários ao bom desempenho das atividades da Comissão.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

ARTIGO XX

Nos casos de ausência ou impedimento, o Presidente será substituído pelo respectivo Vice-Presidente.

ARTIGO XXI

Ao Secretário-Geral da Comissão compete:

- a) assistir a Presidência na condução dos trabalhos da Comissão;
- b) atuar como secretário nas reuniões da Comissão e elaborar as respectivas atas;
- c) preparar a redação final das recomendações da Comissão e sua tramitação;
- d) custodiar e arquivar a documentação da Comissão;
- e) coordenar o funcionamento dos grupos de estudo instituídos.

ARTIGO XXII

Os Secretários Adjuntos assistirão o Secretário-Geral ou Alternos quando estes o solicitarem e os substituírem, assim como, nos casos de ausência, impedimento ou vacância.

A Comissão poderá criar uma Secretaria Permanente.

ARTIGO XXIII

A Mesa Diretora terá poder executivo para instrumentar o estudo das políticas deliberadas pela Comissão. Terá, ainda, a seu cargo o relacionamento direto com os órgãos institucionais do Mercosul e transmitirá ao plenário da Comissão toda informação que receba destes.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Das Disposições Gerais

ARTIGO XXIV

São idiomas oficiais da Comissão o espanhol e o português.

ARTIGO XXV

Este Regulamento entrará em vigor a partir da data de sua aprovação, **ad referendum** da ratificação dos Parlamentos dos Estados Partes cujas normas constitucionais assim o exijam.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

3 — ATA DA 157ª SESSÃO, EM 21 DE AGOSTO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicação

— Do Senador José Sarney, que se ausentará do País.

1.2.2 — Requerimentos

— Nº 635/92, do Senador Marco Maciel, solicitando licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 21 de agosto do corrente. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Nº 636/92, do Senador Albano Franco, solicitando que sejam considerados como licença autorizada os dias 17, 18 e 19 próximos passados. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Nº 637/92, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do artigo

do Sr. Ministro da Saúde, intitulado **O tributarista, o juiz e o ministro**, publicado no **O Estado de S. Paulo** de 15 de agosto de 1992.

1.2.3 — Comunicações da Presidência

— Aprovação pela Comissão Diretora, em reunião do dia 19 do corrente dos Requerimentos nºs 529, 530, 534, 538, 544, 571, 590, 594, 595, 600 a 604 e 617, de 1992.

— Recebimento do Ofício nº 1.496/92, do Presidente do Banco Central encaminhando dados referentes à dívida dos governos estaduais e das capitais, tendo por base o mês de julho do corrente ano.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR PEDRO SIMON — A crise do regime presidencialista. A crise política brasileira por ocasião do suicídio do Presidente Getúlio Vargas e a importância do respeito à democracia na crise atual. A expectativa da divulgação dos resultados das apurações da CPI do PC.

SENADOR MAGNO BACELAR — Ação da Justiça no Maranhão, impugnando candidaturas de ex-prefeitos, com contas irregulares, às próximas eleições municipais.

1.2.5 — Comunicação da Presidência

— Recebimento da Câmara Legislativa do Distrito Federal, da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais e do Movimento pela Ética na Política, de manifestações de apoio à CPI criada para investigar denúncias sobre as atividades do Sr. Paulo César Farias.

1.2.6 — Requerimentos

— Nº 638/92, de autoria do Senador José Eduardo, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do documento *A crise política e a Nação*, do Presidente da Força Sindical, Luiz Antônio de Medeiros, que expõe a posição da Central Sindical sobre a CPI que investiga os negócios do empresário Paulo César Farias com setores do Governo e sobre a crise política.

— Nº 639/92, de autoria do Senador Nelson Carneiro, solicitando do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, informações que menciona.

1.3 — ORDEM DO DIA

Redação Final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 67/89 (nº 1.148/88, na Casa de origem), que dispõe sobre as ações de prevenção e controle das zoonoses urbanas, e dá outras providências. **Aprovada.** À Câmara dos Deputados.

Proposta de Emenda à Constituição nº 7/92 (nº 83/91, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 29 da Constituição Federal. **Discussão encerrada** em 2º turno.

Proposta de Emenda à Constituição nº 4/92, que dá nova redação ao art. 47 da Constituição. **Em fase de discussão** (3ª sessão).

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR NEY MARANHÃO — O problema do abastecimento alimentar no País.

SENADOR VALMIR CAMPELO — 133º aniversário da cidade de Planaltina — DF.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Preocupações de S. Exª com o sofrimento do povo brasileiro, a propósito de relatórios da ONU sobre resultados de pesquisas referentes às condições de vida dos diversos povos do planeta.

1.3.2 — Comunicação da Presidência

— Término do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 83/91 (nº 2.605/89, na Casa de origem), sendo que ao mesmo foi oferecida 1 (uma) emenda.

1.3.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Senador Humberto Lucena, proferido na sessão de 15-7-92. (Republicação.)

3 — ATA DE COMISSÃO

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDO

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 157ª Sessão, em 21 de agosto de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Magno Bacelar e Eptácio Cafeteira

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Antonio Mariz — Carlos Patrocínio — César Dias — Eptácio Cafeteira — Hydekél Freitas — Magno Bacelar — Mauro Benevides — Pedro Simon — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte:

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que estarei ausente do país de 20 a 24 do corrente.

Em 18-8-92 — José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 635, DE 1992

Nos termos do art. 43, inciso II do Regimento Interno, requero licença para me ausentar dos trabalhos da Casa, no dia 21 de agosto corrente, para breve viagem a São Paulo, a fim de participar, em encontro promovido pelo Instituto Tancredo Neves, de debates sobre Projetos de Lei sobre financiamento de gastos eleitorais.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1992. — **Marco Maciel.**

REQUERIMENTO Nº 636, DE 1992

Senhor Presidente,

Solicito, nos termos da Constituição Federal (artigo 55, item III) e do Regimento Interno do Senado Federal (artigo 43, inciso II), que sejam considerados como licença autorizada os dias 17, 18 e 19 próximos passado, quando estive ausente dos trabalhos da Casa para participar em São Paulo, no dia 17, do Seminário sobre: "O Processo de Modernização da

Economia Brasileira" e nos dias 18 e 19 no Rio de Janeiro, para manter vários encontros políticos e empresariais.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 1992. — Senador **Albano Franco**.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

Dia: 17-8-92

Seminário: O Processo de modernização da economia brasileira

Painel 1 — 09:00/10:15h — Tendências e Perspectivas da política econômica

— Dr. Marcílio Marques Moreira, Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento

— Dr. Francisco Gross, Presidente do Banco Central

— Dr. Albano Franco, Presidente da CNI

— Dr. Mario Amato, Presidente da FIESP

Painel 2 — 10:15/12:45h — Reforma Fiscal

— Dr. Ary Oswaldo Mattos Filho, Presidente da Comissão de Reforma Fiscal

— Dr. Luis Roberto Ponte, Deputado Federal

— Dr. Ney Bittencourt Araújo, Comissão Empresarial de Competitividade (a confirmar)

— Dr. Luis Antonio Medeiros, Presidente da Força Sindical

— Dr. Feres Abujamra, Diretor da FIESP

Painel 3 — 14:00/15:15h — Relações Capital — Trabalho

— Dr. João Mellão, Ministro do Trabalho

— Dr.ª Dorothea Werneck, Secretária Nacional de Economia

— Max Scharappe, Diretor da FIESP

— Dr. Willy Fisher, Força Sindical

Painel 4 — 15:15/16:30h — O Congresso e a Modernização da Economia

— Dep. Ibsen Pinheiro, Presidente da Câmara Federal (a confirmar)

— Dr. Roberto Macedo, Secretário de Política Econômica

— Dr. Luiz Carlos Mandelli, Presidente da FIERGS, Vice-Presidente da CNI

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Os requerimentos que acabam de ser lidos, ficam com a votação adiada por falta de quorum.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 637 DE 1992

Nos termos do artigo 210 do Regimento Interno, requeiro a transcrição nos anais do Senado do artigo do Sr. Ministro da Saúde, Dr. ADIB JATENE, intitulado "O tributarista, o Juiz e o ministro" publicado no Estado de São Paulo de 15 de agosto de 1992.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1992. — Senador **Carlos Patrocínio**.

(À Comissão Diretora)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — De acordo com o art. 210, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência comunica ao Plenário que a Comissão Diretora aprovou, em sua reunião do dia 19 do corrente, os Requerimentos de Informações nºs 529, 530, 534, 538, 544, 571, 590, 594,

595, 600 a 604 e 617, de 1992, dos Senadores Pedro Simon, Nelson Wedekin, Antonio Mariz, João Rocha, Mário Covas, Coutinho Jorge e Jutahy Magalhães, aos Ministros que mencionam.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência recebeu do Banco Central o Ofício nº 1.496/92, encaminhando dados referentes à dívida dos governos estaduais e das capitais, tendo por base o mês de julho do corrente ano.

O expediente será encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo. (Pausa.)

S. Ex.ª não se acha, neste momento, no plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, na próxima segunda-feira, 24 de agosto, decorrem exatamente 38 anos do suicídio do Presidente Getúlio Vargas, um dos fatos mais importantes, mais significativos e mais polêmicos da História deste País.

A figura de Getúlio Vargas, se impõe à análise, à admiração e ao estudo da História deste País. Talvez Getúlio Vargas tenha sido o político que mais influência exerceu ao longo da nossa História: chefou uma Revolução — a Revolução de 1920 — que se rebelou contra a chamada política dos Governadores, a do café com leite, em que os Presidentes da República se sucediam: uma hora era Minas e outra hora era São Paulo. O Rio Grande do Sul se rebelou, pois o sucessor de Washington Luiz deveria ser, pela tradição, o Governador de Minas Gerais, Antônio Carlos. Como Washington Luiz não cumpriu a determinação histórica e queria colocar como seu sucessor Júlio Prestes, Governador de São Paulo, Minas deu apoio ao Rio Grande do Sul e à Paraíba, iniciando-se a Revolução de 1930. Ganhando Vargas, consolidou-se no Poder. Em 1934, com uma reforma constitucional, foi reconduzido, reeleito pelo voto indireto do Congresso Nacional. Em 1937, quando deveriam haver, também indiretamente, as outras eleições, deu-se o Movimento de 1937, em meio a uma crise que o mundo inteiro atravessava: comunismo, nazismo, fascismo, véspera da Grande Guerra Mundial. Aqui, aproveitando-se das intencões comunista e integralista, Vargas decretou o Estado Novo.

Em 1945, no esteio da vitória da democracia no mundo, Vargas foi apeado do Poder; em 1950, voltava pelo voto popular. Já em 1945, pouco depois de ser derrubado, ele se elegia Senador por dois Estados e Deputado Federal por sete. O homem a quem apoiou para Presidente, Marechal Eurico Gaspar Dutra, terminou ganhando daquele que representava a maioria das Forças Armadas e o sentimento dos chamados democratas, o Brigadeiro Eduardo Gomes, surpreendentemente derrotado. Quando Vargas foi ao Senado fazer os seus pronunciamentos, a UDN entendeu que tinha cometido um equívoco, e o ex-ditador que ela queria esmagar, derrotar, desmoralizar, vinha como o grande herói, o grande cabo eleitoral, o grande responsável pela vitória do General Dutra, e lá estava, como grande vitorioso — Senador por dois Estados e Deputado Federal por sete.

Agredido nas palavras, pela UDN, cada vez que subia à tribuna do Senado, retirou-se para Itu, e ficou em São Borja,

só voltando na campanha para Presidente da República, sendo então eleito.

A UDN não queria que Getúlio Vargas assumisse a Presidência da República e lançou a campanha da maioria absoluta, dizendo que Vargas havia sido eleito, mas não conseguira a maioria absoluta dos votos. Consequentemente, a sua eleição não estava assegurada. Foi derrotada a tese, porque não existia na Constituição Federal nenhum artigo, nenhuma análise que dizia ser necessária a maioria absoluta. Getúlio Vargas então assumiu o Governo Federal.

Presidente da República, adotou uma série de providências consideradas polêmicas, como a criação da Petrobrás, que, junto com a debate da Lei de Remessa de Lucros e outras questões, foi um agravante para o Presidente Getúlio Vargas.

Estourou a crise, que redundou inclusive na criação de uma CPI e no suicídio do Presidente Vargas.

Interessante salientar que, fatos graves à época, eram apontados contra o Presidente Getúlio Vargas. Um deles o "estranho" empréstimo do Banco do Brasil, para publicação da *Última Hora*, criada pelo Sr. Samuel Wainer, jornal graficamente diferente e que não pertencia a nenhuma família, a nenhum grupo tradicional. Samuel Wainer, homem simples, grande jornalista, sem vocação de ser proprietário de jornal, vinha, portanto, quebrar a tradição e criava um jornal para apoiar o Presidente Getúlio Vargas.

Debate para lá e para cá, discussões, havia um homem fantástico, o Sr. Carlos Lacerda, tribuno extraordinário, mas um homem que, na verdade, tinha na atuação anti-Getúlio Vargas praticamente a razão de sua existência. A célebre banda de música da UDN, os chamados Clubes da Lanterna do Sr. Carlos Lacerda, desde o início da eleição do Presidente Getúlio Vargas, mostravam-se inconformados com a sua presença no poder.

Os acontecimentos evoluíram e houve o célebre atentado da Tonerleiros: um tiro dado por um membro da Guarda do Presidente Getúlio Vargas que atingiu o pé de Lacerda e assassinou o Major Rubens Vaz.

Após várias discussões, chegou-se à figura do Sr. Gregório, o Chefe da Guarda Presidencial. Nesse esquema, constituiu-se a República do Galeão — formada por pessoas ligadas à Aeronáutica — e procedeu-se ao inquérito, que visava atingir a pessoa do Presidente Getúlio Vargas.

Na análise dessa realidade, necessário se torna esclarecer, e os fatos nos chamam a atenção que, embora as manchetes da época falassem no "mar de lama do Palácio do Catete", a figura do Presidente Getúlio Vargas se impôs pela dignidade e seriedade. Não há dúvida alguma, Sr. Presidente, que havia um esquema para depor o Presidente Vargas, desde a sua eleição pelo voto popular, em 1950, tramado por grande parte dos militares e pela imprensa.

Aproveitaram-se do incidente ocorrido com o assassinato do Major Rubens Vaz para a investigação contra o Presidente, que culminou com o seu suicídio. As manchetes da época — repito — falavam numa expressão que ficou célebre: "O mar de lama do Palácio do Catete".

Permito-me ler trecho de pronunciamento do então Vice-Presidente, Café Filho, que foi Presidente da República, participante, junto com os ministros militares, do golpe contra Getúlio Vargas, sobre acusações de improbidade àquele governo:

"Mais de uma vez vi nas mãos de Lourival Fontes bilhetes de Getúlio, externando violenta reação quanto

a qualquer tipo de desonestidade de que porventura se incriminasse o seu governo. Foram as únicas vezes em que notei manifestações de tanta indignação, em linguagem daquela natureza, por parte de Vargas, geralmente um homem sereno e cordial, que sabia conter-se. Muito dado a conceder indultos em processos de homicídio e violências físicas, ele quase sistematicamente negava esse indulto em casos de roubo ou furto. Irritava-se com as acusações e, convencida a improcedência, determinava quase sempre a Lourival Fontes que esclarecesse o assunto para uma resposta que deveria ser mais enérgica."

Essa análise, feita por um seu adversário integrante do esquema da derrubada, ao contrário do que ocorre com o atual Vice-Presidente da República, o ex-Senador Itamar Franco, cuja posição e discrição são elogiadas até por Ministros do Presidente Collor, mostra o estilo e a personalidade do Presidente Vargas.

Nunca me esqueço quando, após a morte de Getúlio Vargas, ao abrir-se o seu inventário, soube-se que, após 20 anos como Presidente da República, Governador do Rio Grande do Sul, Deputado Federal e Ministro da Fazenda, depois de ocupar todos esses cargos, havia deixado aos seus filhos menos do que recebera de herança do seu pai.

Essa era a figura de Getúlio Vargas. O "mar de lama", na verdade, era um esquema da imprensa da época para buscar a derrubada do Presidente. O atentado foi uma loucura! Uma irresponsabilidade! Como Lacerda vivia atacando Vargas pelo rádio, demolindo a imagem do Presidente, aqueles probres coitados pensaram que a melhor forma de defesa seria dar um tiro na figura do acusador. À época, inclusive, Getúlio Vargas disse: "Quem deu o tiro no Coronel, atingiu a mim, ao meu governo e a minha honra".

Imaginar que o Presidente da República fosse recorrer a uma forma grotesca, vulgar, ridícula de terminar com os debates, autorizando um membro da sua Guarda a atirar em Carlos Lacerda, é um absurdo! Todos sabiam que não era verdade.

O "mar de lama" consistia nisso.

O grande escândalo era o empréstimo do Banco do Brasil e um cidadão sem tradição — a não ser de repórter — como proprietário de jornal, para lançar o jornal *Última Hora*. Errado? Pode ser que sim. Empréstimo equivocado, com vantagem maiores? Pode ser que sim. Havia, isto sim, um esquema deliberado para derrubar o Presidente Getúlio Vargas.

Em 1953/1954, a UDN pediu o *impeachment* do Presidente, que, em votação no Congresso Nacional, foi derrubado por 143 a 43 votos, se não me engano. Veio, então, a "República do Galeão". Iniciou-se o inquérito militar para apurar a morte do Major Rubens Vaz, que concluiu pelo pedido de licença de Getúlio Vargas. Assim defendeu a imprensa, e o Presidente até pensou em se licenciar.

Ficou célebre a história do dia 24 de agosto, quando ele reuniu o seu Ministério. O Dr. Getúlio Vargas, naquela madrugada, concordou em se afastar até que se fizessem as amplas apurações, mas o Ministro da Guerra General Zenóbio teria comunicado que os militares não aceitariam mais a licença e exigiam o afastamento definitivo.

Conta a História que o Ministro da Justiça, Dr. Tancredo Neves, teria garantido ao Presidente que, nomeado Ministro da Guerra, terminaria com o movimento. O Presidente Vargas respondeu-lhe que não, afastou-se e, depois, soube-se do seu suicídio. O inquérito militar, a chamada "República do Ga-

leão", determinou o afastamento do Presidente, exigiu seu afastamento e ele terminou praticando suicídio.

Quando vejo o atual Ministro da Aeronáutica preocupado em que não haja exagero por parte do Congresso, acho que S. Ex^a tem toda razão. É muito importante meditar e analisar o que diz o Ministro Sócrates Monteiro. S. Ex^a critica a radicalização e pede que tenhamos muito cuidado para que não haja um "linchamento" do Presidente da República. O Ministro Sócrates devia ser tenente da Aeronáutica, trinta e oito anos atrás, à época dos acontecimentos envolvendo o Presidente Getúlio Vargas.

Naquela época o Congresso negou o impeachment; a Aeronáutica, na República do Galeão, condenou o Presidente, exigiu seu afastamento.

Que fantástica coincidência é essa? Na próxima segunda-feira, 24 de agosto, o Relator lerá o relatório da CPI envolvendo os atuais acontecimentos.

A coincidência determinou que, exatamente, no dia 24 de agosto, 38 anos depois, uma CPI analisará os acontecimentos atuais. A ligação parece-me importante para salientarmos, em primeiro lugar, como é significativo esse momento; 38 anos depois, vivendo, apesar de toda a crise, um momento de grandeza das instituições deste País. Agora, talvez, pela primeira vez na história deste País, a crise está sendo equacionada pelas instituições, porque em nossa História as crises desmoralizam as instituições e resolvem-se à margem das instituições. Foi assim em 1954, foi assim em 1964. A história da República, neste País, é uma história de crises sucedidas à margem das instituições.

Hoje, estamos vivendo um fato fantástico. Parece que este é um país desenvolvido, país democrata; uma CPI, democraticamente constituída, está analisando com as mais amplas oportunidades de defesa, mas isso está ocorrendo no Congresso Nacional. Para qualquer dúvida, qualquer interrogação sobre os direitos das pessoas que estão sendo acusadas, dos PCs da vida, está ali o Poder Judiciário.

Vemos a todo momento — está aqui o ilustre Líder Ney Maranhão — os representantes do Governo defendendo-o, e é justo que o façam. Pode o Sr. PC, os parentes do Sr. PC, a equipe do Sr. PC ou o próprio Presidente da República dizer que seus direitos não podem ser tocados.

Temos uma CPI mista do Congresso Nacional, aberta e pública, onde estão os Parlamentares do Governo, com grande capacidade e com grande competência, fazendo sua defesa e, inclusive, dentro daquilo que acham lógico, a defesa dos outros envolvidos. Mas isso está sendo feito dentro do Congresso Nacional. As pessoas estão sendo convocadas, algumas vêm, outras não vêm. Umas que vêm tratam-nos com ironia e com deboche, como o Sr. PC, como o Sr. Cláudio Vieira, Secretário do Presidente, no entanto é o direito deles.

Hoje, na atual crise, estamos mostrando como é importante a convivência com a democracia, como é importante o regime democrático.

É mais demorado? Pode ser que sim. Em 1954, pode ser que tenha sido mais rápido porque os militares exigiram a renúncia. Houve o suicídio. Em 1964, quando derrubaram o Presidente João Goulart, também pode ter sido mais rápido.

Pode ter sido mais rápido, todavia não me parece que tenha sido a melhor solução. Volto a dizer: estamos vivendo, em meio de toda essa crise, talvez o momento mais alto das nossas instituições ao longo da História do regime republicano neste País. E, por mais grave que seja, é a primeira vez que as instituições estão atuando, democrática e livremente.

Faço justiça com relação a isto ao Presidente e ao Poder: estamos buscando a verdade, a CPI está agindo com a tranquilidade necessária. Não há militar nem polícia, não há ninguém que impeça esse trabalho. Pode haver dificuldade, aqui, acolá, natural nessas questões. Não há aquele clima que houve em 1954 e em 1964: um esquema de derrubada, um esquema de golpe.

Tenho dito mil vezes: não foi nenhum senador, nenhum deputado, não foi nenhum jornal, não foi a CUT, não foi o PT, não foi ninguém que levantou essa bandeira, esse debate, essa discussão.

Até ontem, o Dr. Leonel Brizola, que tem condições de empolgar, um líder populista natural, vinha tranqüila e serenamente defendendo a pessoa do Presidente da República; ao contrário do Lacerda de 54 e do Lacerda de 64.

Hoje não temos UDN. A UDN em 54 e em 64 estava no esquema do golpe. Olhando para qualquer lado, não vejo isso. Vejo os militares — justiça seja feita, nota 10 aos militares — com dignidade, com seriedade, com credibilidade, garantindo as instituições. Quando falo, respeitando, da posição do Ministro Sócrates Monteiro, é para dizer que S. Ex^a respeita a posição da CPI, a posição do Congresso Nacional.

S. Ex^a tem razão quando nos adverte que precisamos evitar radicalismos, como o do Presidente Fernando Collor ao conchamar o povo a ir às ruas de verde e amarelo, numa afirmativa ingênua, para não dizer infantil, para não dizer pueril. Se eu perguntasse a qualquer cidadão, se perguntasse ao meu filho se ele acha que o Presidente deve convocar o povo para ir à rua de verde e amarelo, este diria: "Pai, acho que não, porque não me parece que ele está numa alta. O que vejo, em todo lugar, é o povo irritado, é o povo revoltado." Mas o ambiente é exatamente este: estamos vivendo, ao nível de Forças Armadas, um clima do mais absoluto respeito e da mais absoluta seriedade.

O Sr. Ronaldo Aragão — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Pois não, nobre Senador Ronaldo Aragão.

O Sr. Ronaldo Aragão — Ouvi atentamente desde o início do pronunciamento de V. Ex^a, quando faz um retrospecto da crise de 1954. Nessa época, eu tinha 9 anos.

O SR. PEDRO SIMON — Mais velho do que o presidente, que tinha 5.

O Sr. Ronaldo Aragão — Mas li a respeito do desenrolar da conversa no palácio, no Rio de Janeiro. E li também a respeito do atentado da Toneleiros. As radiografias feitas no pé de Lacerda provam que na realidade o tiro não atingiu o pé do Lacerda, porque o tiro de um revólver calibre 45 que atingisse o pé de uma pessoa o esmagaria. Um estudo feito logo após todos esses atentados revelou isso. Eram esses os esclarecimentos sobre o atentado sofrido por Carlos Lacerda. V. Ex^a faz uma análise e diz que toda essa crise se transfere para os dias atuais. Naquela época havia a banda da UDN, e quase como uma obsessão Carlos Lacerda queria derrubar o Governo de Vargas. Hoje nada disso ocorre; tudo é apurado na maior tranqüilidade, sob o regime democrático, das liberdades; há o direito de defesa. V. Ex^a se refere também ao dia fatídico, 24 de agosto, que se aproxima. Será, Senador Pedro Simon, que esses fatos irão se repetir na História do Brasil? Não creio. Parece-me que, e aí reporto-me a Sílvia Romero, que o presidencialismo é um regime de balcão. E estamos a cada dia provando isso, porque se isso tivesse ocorrido no

regime Parlamentarista, essa crise já teria sido resolvida, o gabinete já teria caído, já se estaria apurando os fatos e o Brasil continuaria em seu ritmo normal de desenvolvimento. O que está ocorrendo hoje é que o Brasil parou, está parado. O povo vai às ruas pedindo uma posição, o fim, a conclusão, e não sei — quero me reportar — se o dia 24 de agosto vai ser o dia fatídico dessa decisão. E V. Ex^a, com antecedência, refere-se à crise vivida por Getúlio Vargas, pelo seu governo, quando estamos nos aproximando do dia 24 de agosto, o dia em que o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito será lido. Faço a indagação: Será que o dia 24 está marcado em nossa história como dia fatídico, o dia das decisões? Essa é a interrogação que faço. V. Ex^a, com muita antecedência — hoje — já lança no seu pronunciamento a indagação sobre este 24 de agosto, fazendo um retrospecto desde a época de Vargas. Faço-lhe a indagação: É essa a conotação trazida por V. Ex^a, com muita propriedade, no dia de hoje, quando se reporta a 24 de agosto, o dia fatídico para o Governo Vargas? Será que esse dia também o será para este Governo, será o início das decisões, da apuração da Comissão Parlamentar de Inquérito? Não sei se V. Ex^a está sendo profeta, mas há muita propriedade em seu discurso. Quero parabenizar V. Ex^a por fazer esse retrospecto e chegar a 24 de agosto de 1992, à crise atual. Parabenizo V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço o importante aparte de V. Ex^a e antecipo o que ia deixar para mais adiante. Com toda sinceridade, não creio que este 24 de agosto será fatídico. As minhas previsões e a análise que faço são tranquilas com relação à diferença entre os dois. No 24 de agosto anterior, sem direito de defesa, sem o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal decidirem, sem nenhuma análise, a República do Galeão resolveu que o Presidente tinha que cair. E sairia desmoralizado do mar de lama do Catete, sem chances de se defender. Exigiram a queda do Presidente, e ele cometeu o suicídio.

Neste 24 de agosto, temos uma CPI que debaterá, discutirá o relatório e dois dias depois concluirá. Os jornais estão publicando como votará A, como votará B. Com relação ao *impeachment*, sempre digo que ainda não tenho decisão, ainda não votei. Se sou membro da CPI, tenho que ouvir o debate, participar da discussão. Tenho que dar direito, até a última hora, ao Presidente e à sua equipe de assessores, aos seus auxiliares, aos seus Parlamentares, para que façam suas defesas e apresentem suas argumentações.

Mas se for o que está acontecendo hoje, depois da célebre Operação Uruguai, quando o Sr. Cláudio Vieira trouxe uma argumentação fantasmagórica... Aliás, se não fosse o Sr. Cláudio Vieira que levasse a cópia daquela nota promissória e daquele contrato, que contasse aquela história de que tinha pego três milhões e setecentos mil dólares e trazido esse dinheiro do Uruguai, de uma empresa cujo proprietário, que assinou a entrega do dinheiro, está sendo processado, esteve oito meses preso por organização de quadrilha, tendo sido responsabilizado pelo assassinato de um fiscal da alfândega de lá, e com esse dinheiro teria comprado 318 quilos de ouro e entregue para outro cidadão — que também está foragido — que age no mercado paralelo, dizendo-lhe para guardar o ouro, e esse cidadão teria sido fiel depositário do Senhor Presidente da República, que dizia: “Olha, tenho que pagar tantas contas, derrube duas barras de ouro, pegue o dinheiro e deposite nas contas de a ou de b”...

Fosse o Senador Eduardo Suplicy quem tivesse trazido esse história, o Governo teria feito o maior escândalo, dizendo

que o nobre Senador estaria cometendo uma calúnia, que se tratava de uma mentira, que era imoralidade, pois queriam comprometer o Presidente da República, porém, quem a contou foi o Secretário do Presidente.

Depois desse ridículo, não tenho visto mais a defesa do Governo. A única coisa que estou vendo é a operação para se conseguir 1/3 da Câmara dos Deputados, ou os recursos que vão à Suprema Corte.

Se dissesse que não ouvi nenhuma defesa, não estaria sendo verdadeiro. Anteontem saiu alguém do Palácio do Planalto contestando os US\$9 milhões colocados na conta da secretária do Presidente. Não são 9 milhões, e sim 3 milhões. Como se 3 milhões não houvesse problema; o problema existiria se fossem 9 milhões de dólares.

A meu ver, a cada dia que passa a situação está ficando mais difícil. Tenho procurado explicar a situação à opinião pública brasileira. Ela pensa, nobre Senador Ney Maranhão, que no dia 26 de agosto a CPI decidirá pelo *impeachment* — ou não. Se decidir pelo *impeachment*, a Câmara dos Deputados, uma semana depois, vota “sim” ou “não”. Sabemos que não é isso. Todos sabemos — o Senador Ney Maranhão está todos os dias na CPI cobrando isso — que a CPI não foi feita contra o Presidente Fernando Collor de Mello e nem poderia ser. A CPI apura as denúncias do Sr. Pedro Collor contra o Sr. PC Farias.

Como chegou ao Presidente da República? Chegou ao Presidente porque quando se investiga os atos do Sr. PC termina-se chegando ao Presidente; Quando se analisa o que ele fazia e o que não fazia, termina-se chegando ao Presidente; porque lá pelas tantas seu irmão, o Sr. Pedro Collor, termina atingindo-o; porque lá pelas tantas, para falar sobre Vasp e dizer que o Presidente da Petrobrás estava sendo pressionado — o ex-Presidente da Petrobrás, que está na Inglaterra, e fora nomeado pelo Presidente Collor — para que desse 50 milhões de dólares em empréstimo ao Sr. Canhedo, chegaram ao Presidente da República, porque as solicitações partiam do Palácio e o Sr. PC teria falado em nome do Presidente.

Aí aparece um motorista e conta uma história na IstoÉ que nos deixa meio boquiabertos. O que é isso? Será que é verdade? Ou não é?

O Presidente da República vai para a televisão e afirma: “Quero dizer que as minhas contas são pagas pela minha secretária, na conta n° tal, no banco tal, e quem deposita o dinheiro é o meu secretário, fulano de tal”. O motorista veio depor — e, dolorosamente, todas as afirmações dele parece-me que correspondem à verdade. Então se chegou ao Presidente. Chegou-se ao Presidente e apareceram os cheques fantasmas. Uma coisa fantástica! Apareceram as reformas na Casa da Dinda, outra coisa fantástica! A CPI, repito, tem fatos muito graves que envolvem o Presidente, porém ela não vai decidir se haverá *impeachment* ou não! O que a CPI pode fazer é dizer: nesse inquérito, sobre as acusações do Sr. Pedro Collor contra o Sr. PC; encontramos fatos muito graves que envolvem o Senhor Presidente da República. Remeta-se à Câmara dos Deputados. Para iniciar o *impeachment* precisa ser requerido por uma entidade ou cidadã — parece-me que a OAB; pela unanimidade dos seus Presidentes estaduais e do seu Conselho Nacional está disposta a entrar, independentemente da CPI, com o pedido de *impeachment*. Entrando, começa a tramitar na Câmara dos Deputados e depois no Senado, se a Câmara dos Deputados, por dois terços, apresentar uma denúncia a esta Casa. Tendo à Mesa o Presidente do Supremo, nós nos transformamos em desem-

baradores, ministros ou juízes, e votaremos. Quanto tempo levará, não sei. Se acontecerá, também não sei.

A verdade é que na História do Brasil não temos conhecimento de **impeachment**. Conhecemos golpe, suicídio, renúncia, no entanto **impeachment** não conhecemos. E, na História do mundo, também, não é muito tradicional o **impeachment**. É uma figura complexa, e o Senador Ronaldo Aragão levantou muito bem, no Parlamentarismo não haveria nada disso. No Parlamentarismo, se o Presidente Collor fosse o Primeiro-Ministro, a publicação da *Veja*; com a entrevista do seu irmão, seria o bastante para Sua Excelência cair. Não precisa saber se é verdade, se é mentira, não interessa. É verdade o que se diz, aquelas coisas que nós sabemos? Não interessa se era verdade ou mentira. O homem perdeu a credibilidade, perdeu a confiança. No Parlamentarismo não há CPI para investigar corrupção contra o Primeiro-Ministro, nem contra os seus auxiliares, não se investiga o irmão, a cunhada, a mãe, a mulher, a ex-mulher, não existe isso. No Parlamentarismo se se tem confiança fica, se não se tem cai. E cai no dia seguinte.

Então, a acusação de que por causa da crise a Bolsa está caindo, o dólar está subindo, a economia não aguenta mais, isso não pode continuar... Como se fôssemos os culpados, nós e a CPI fôssemos responsáveis pelo que está acontecendo. O problema que nós estamos vivendo, a crise do Presidente Collor é uma; a crise do presidencialismo, que mais uma vez se manifesta, é outra. Foi assim em 54, foi assim em 64, é assim agora e será assim daqui a dez, doze ou daqui a cinco anos se continuar o sistema presidencialista, porque é da sua essência.

Penso que, hoje, o destino do Presidente Collor é infinitamente diferente do destino do Presidente Getúlio Vargas. Ao Presidente Getúlio Vargas, nos seus 72 anos de idade, não lhe deram nenhuma chance. Simplesmente disseram: "O Senhor está deposto, sai agora e não volta. Seu vice-Presidente, que está no esquema do golpe, assumirá no seu lugar". Dizem que se Getúlio Vargas não tivesse se suicidado, aqueles militares o teriam colocado sentado na "República do Galeão" para responder no inquérito, para sua humilhação e desmoralização.

O Presidente Collor, nos seus 43 anos, está no esplendor da sua mocidade. Vejo a integridade, a tranquilidade, a serenidade, com que a CPI está se desenvolvendo, sem nenhum ataque, nenhuma ofensa ao Presidente da República, ao seu nome, a sua dignidade, nós estamos investigando os fatos. Não há neste Senado, nem na Câmara dos Deputados, nos jornais nada que não signifique a busca da verdade.

No dia 26 se julga. Se for decidido que há responsabilidade do Presidente, e as entidades entrarem com o pedido de **impeachment**, o processo terá uma longa tramitação.

Quero dizer ao ilustre Ministro da Aeronáutica, como é diferente quando prevalecem as instituições. Não há ninguém pensando em atingir ou fazer o linchamento do Presidente, usando a expressão utilizada por S. Ex^a Pelo contrário. Há a garantia total e absoluta ao Presidente.

O Sr. Ney Maranhão — V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON — Com prazer, ouço V. Ex^a, nobre Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex^a sabe da estima, do respeito e da admiração que tenho

por V. Ex^a. V. Ex^a representa o altivo povo do Rio Grande do Sul e eu, como político há 40 anos, milito e represento o povo pernambucano. Comecei a minha vida pública ouvindo aquele que considero o maior líder político deste século: Getúlio Vargas. Tenho na memória a sua **Carta Testamento**. Foi Sua Excelência quem me iniciou na vida pública. Tenho, em meu gabinete, Senador Pedro Simon, o retrato do General Flores da Cunha, dando-me um presente, no meio de vários Deputados, no Palácio Tiradentes. No episódio de 1955, também tentaram que não tomasse posse o grande Presidente Juscelino. V. Ex^a, assim como eu, sabe muito bem dos episódios. Senador Pedro Simon, estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex^a, apesar de ter chegado um pouco atrasado, mas gostaria de tê-lo ouvido desde o início. A minha preocupação — como tenho certeza seja que também é a de V. Ex^a, opostir que é do Governo, opositor construtivo, pois a palavra de V. Ex^a merece respeito e acatamento juntos aos altos escalões do Governo — quando V. Ex^a discorda da voz do Ministro Sócrates...

O SR. PEDRO SIMON — Não. Não discordo! Pelo contrário! Creio que a advertência de S. Ex^a é absolutamente correta. É um alerta. É bom, principalmente, quando estão falando em manifestações de rua...

O Sr. Ney Maranhão — Então, eu estava equivocado.

O SR. PEDRO SIMON — Só estou lembrando a diferença de agora e da época em que S. Ex^a era um jovem tenente.

O Sr. Ney Maranhão — Esse período a que V. Ex^a acaba de se referir, lembrando o episódio do Galeão, do Dr. Getúlio, faz-me lembrar que, naquela época, — tinha eu 22 anos de idade — eu era Prefeito da minha terra e integrava os quadros do Partido Trabalhista Brasileiro. Em 1954, elegei-me Deputado Federal. Acompanhei isso de perto. E quero fazer uma comparação, Governador e Senador Pedro Simon, daquilo que, no meu entender, é muito parecido. Naquela época do Dr. Getúlio Vargas não havia os cartéis, os oligopólios. Existiam as multinacionais. E V. Ex^a se lembra que uma multinacional não se contentava em ganhar 500.000%, neste País. V. Ex^a se lembra do Relatório Link, que dizia que no Brasil não existia petróleo. E o Presidente Getúlio Vargas criou o CSN, o início do desenvolvimento da independência econômica do nosso País, em Volta Redonda, é a Petrobrás. E por detrás do povo, daqueles que queriam derrubar o Presidente Getúlio Vargas — porque ele começou a independência econômica do nosso País, com a criação dessas duas grandes empresas que iriam começar a independência econômica do Brasil — juntou-se a imprensa. Naquele tempo, V. Ex^a se lembra, a imprensa, os **Diários Associados** comandavam uma grande rede nacional, o **Correio da Manhã**, o **Diário de Notícias**, o **Tribuna da Imprensa** e, como V. Ex^a acaba de citar, a famosa Banda de Música da UDN que quando o PSD e o PTB ganhavam uma eleição iam para a porta dos quartéis dizer que o PTB e o PSD eram comunistas e corruptos. E fizeram cerco a Getúlio Vargas. Getúlio procurou ter uma voz para se defender perante os descamisados, perante o povo brasileiro criando a **Última Hora**, apoiando a **Última Hora** de Samuel Wainer, mas essa voz não pôde ser ouvida em todos os quadrantes do País. E o que houve, Senador Pedro Simon, Getúlio não tinha televisão para falar diretamente ao povo brasileiro no momento exato e ficou encurralado no Catete, criaram aquele ambiente do mar de lama nos porões do Catete. V. Ex^a sabe muito bem disso e no final, quando

o grande gaúcho, o grande brasileiro, Dr. Getúlio, para não derramar o sangue do povo brasileiro porque se ele tivesse reagido teria ido em frente aquele que recebeu a caneta de presente, o grande Tancredo Neves, iria reagir juntamente com outros nacionalistas, mas ele não quis derramar o sangue dos brasileiros. Quando recebeu aquela carta dizendo para se licenciar e era uma licença da qual ele não voltaria mais e houve aquele episódio, diferente do de agora, diferente da posição de comunicação que hoje tem o Presidente. Senador Pedro Simon, o Presidente da República, este Presidente que foi eleito com 35 milhões de votos do povo brasileiro, foi eleito contra, V. Exª há de reconhecer, a maioria da classe política. O Partido de V. Exª, por exemplo, com um homem como o Sr. Ulysses Guimarães porque eu considero S. Exª o Churchill brasileiro, pois foi quem disse: "Vamos votar!"

O SR. PEDRO SIMON — Nobre Senador, eu lhe concedi o aparte e V. Exª continuará com o mesmo, para honra minha mas me permita fazer um pequeno esclarecimento: concordo que a campanha do Doutor Collor, no primeiro turno, foi, nitidamente, uma campanha de ridicularização da classe política e de empresários e tudo o mais — todos contra. Agora, no segundo turno, a grande maioria da classe política estava com o Presidente Collor. Lembro-me que fui dos poucos e, talvez, tenha sido o único Governador que subiu no palanque do Lula no segundo turno e todas as informações que eu tinha era de que ou os Governadores estavam calados ou, então, o pessoal do PFL apoiou o Collor, o PDS do Sr. Maluf apoiou o Collor, o PTB do Sr. Affonso Camargo apoiou o Collor. Meu Deus! Pegam os candidatos à Presidência da República e, praticamente, sobrou o Sr. Leonel Brizola que apoiou o Lula, é verdade, e o Sr. Mário Covas, depois de muito esforço — o PSDB discutiu, debateu, analisou e, ao final, concordaram em apoiá-lo. Os outros apoiaram Collor. Então, quando o amigo fala em 35 milhões de votos do Sr. Collor, não é bem assim. Foi no segundo em que tínhamos duas opções: ou era Lula ou era Collor. Lembro-me que Governadores de Estado, empresários e políticos me diziam: "Tu és louco. Tu vais subir no palanque do Lula. Não seja maluco. Não pode ser..." A maioria foi ao palanque do Collor.

O Sr. Ney Maranhão — Nobre Senador, o que houve, exclusivamente, no segundo turno, é que a "locomotiva" foi Collor com os "vagões" — como essa parte que apoiou o Presidente Collor não tinha outra opção, Collor ganhou a eleição, Senador, sozinho. Foi a bandeira dele, ele previu as mudanças no mundo, Senador. O Presidente do Partido de V. Exª, o grande Presidente Ulysses Guimarães, por quem tenho respeito, sempre votei nele, e V. Exª sabe a ligação que tenho com algumas pessoas do seu Partido...

O SR. PEDRO SIMON — É quando não votou veja a confusão que deu...

O Sr. Ney Maranhão — Senador, e o que foi que aconteceu? O Dr. Ulysses teve 6,7% da votação; o PFL teve tanto voto quanto aquele que tinha apenas 30 segundos na televisão, não me lembro nem do seu nome.

O SR. PEDRO SIMON — Enéas.

O Sr. Ney Maranhão — O PFL teve votação quase igual à do Sr. Enéas. Então, Senador, sou homem que defende o Presidente Collor, acredito em Sua Excelência, não concordo e não poderia defender uma formiga de roça como PC Farias. Não! Claro, assim como outras formigas de roça que estão por aí fora, mas acredito no Presidente Fernando Co-

llor, esse homem, Senador, que conseguiu reunir no Rio de Janeiro, agora, praticamente todos os chefes de Estado deste Planeta. O Rio de Janeiro deu a volta por cima, porque era tratado por uma área da imprensa como a cidade de marginais, e o Presidente realizou a Eco-92, da qual o Partido de V. Exª, na pessoa do Senador Coutinho Jorge, foi um dos grandes incentivadores aqui dentro do Congresso. E o Presidente Collor, essa figura deste século, reúne no Rio de Janeiro todos esses chefes de Estado, mostrando um Brasil novo. E, hoje, Senador, existe uma maquinação — não tenha dúvida, não digo do Partido de V. Exª, porque o Partido de V. Exª tem condições e opções de, amanhã, assumir o poder no Presidencialismo, no meu entender, porque não acredito que o Parlamentarismo vença; mas no presidencialismo, o Partido de Exª tem condições. Mas o que existe, Senador, é uma orquestração — o Ministro Sócrates está alertando para isso: querem prejudicar o Presidente antes das coisas serem realmente encaminhadas dentro da democracia, dentro da Constituição. O PT não tolera o Presidente Fernando Collor, desde o início, Senador Pedro Simon, através do Deputado Hélio Bicudo, através do Luiz Ignácio, pede o **impeachment** do Presidente, porque não aceita, Senador Pedro Simon, a derrubada do muro de Berlim, no Leste Europeu, onde eles defendem o capital sem risco, mas o mundo mudou. E o Presidente Fernando Collor.

O SR. PEDRO SIMON — Inclusive não existe mais o Leste Europeu.

O Sr. Ney Maranhão — ... mas defendem isso, ainda, V. Exª sabe disso, todos sabemos. Sabe V. Exª que não aceito, por exemplo, dentro da CPI, estamos fazendo um grande trabalho, não tenho dúvida nenhuma, mas sou um homem que digo o que sinto e o PT a quem chamo e continuo a chamar, mantendo a minha posição, é o "Partido do golpe": PT; comandado, aqui, nesta Casa, pelo Senador Eduardo Suplicy, que fez tudo que foi possível, com os seus correligionários, para subir nas pesquisas em São Paulo e vai ser derrotado por aquele que era a marca registrada de corrupto, de irresponsável, e o povo brasileiro, graças a Deus, abriu os olhos e vai ser eleito Prefeito de São Paulo o Dr. Paulo Maluf. Então mostro a V. Exª a preocupação que tenho, Senador Pedro Simon, com relação a esse problema; porque querem rifar, querem julgar o Presidente Fernando Collor de Mello antes que a Constituição, antes que nós tenhamos que fazer as coisas dentro da lei e dentro da ordem. Está aqui, Senador Pedro Simon, um relatório que me foi entregue ontem, com respeito ao Ministro Alceni Guerra. Está aqui o relatório criado pelo Ministro Adib Jatene, uma pessoa que eu, V. Exª e todos nós não temos nada contra a sua credibilidade, pelo contrário, um homem internacionalmente conhecido e que tem um grande respeito à Nação, e V. Exª concorda com isso. Vou ler e passar para V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — A Mesa pede ao nobre orador que aguarde, porque V. Exª está inclusive inscrito. Existem cinco oradores que já vieram à mesa várias vezes para, após o Senador Pedro Simon, fazerem o seu pronunciamento e V. Exª é um dos oradores inscritos. A Mesa pede a ajuda dos Srs. Senadores, porque os nossos colegas estão pedindo para falar.

O Sr. Ney Maranhão — Peço desculpas, Sr. Presidente, pela paciência de Jó que V. Exª está tendo comigo. Mas vou ler três trechinhos aqui e vou entregar ao nosso Governador e Senador Pedro Simon. "Houve também, em nosso entendi-

mento, um excessivo achincalhe em relação ao Dr. Alceni Guerra, inclusive buscando atingi-lo em fotos apresentadas nos jornais, em que o mesmo passeava de bicicleta (fls. 241 e 242, verso), com o que esta CI não concorda, visto não ser um procedimento pautado nos princípios éticos e legais. “E, finalmente, Senador Pedro Simon: “Com relação ao Ministro Alceni Guerra, esta comissão louvou-se de seu depoimento às folhas 394 e 404, o qual foi assistido pelo Presidente desta comissão a convite da autoridade policial. E, no que tange ao processo de aquisição de bicicletas, não encontramos nenhum ato do referido ex-Ministro que possa incriminá-lo, bastando para tanto colher os subsídios às folhas 300 e 305, onde a referida autoridade ministerial adotou, por intermédio de aviso, as providências legais e cabíveis.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço-lhe, Senador.

O Sr. Ney Maranhão — Chamo a atenção da Casa e da opinião pública no sentido de que não podemos, de maneira alguma prejudicar — e V. Exª, da tribuna, concorda com a voz da sensatez, desse artigo do fundo do *Jornal do Brasil*, em que o Ministro Sócrates Monteiro avisa a Nação brasileira. V. Exª desculpe-me pelo meu extenso aparte, quase um discurso paralelo. Mais uma vez, com respeito e a admiração que tenho por V. Exª, desculpe-me por este aparte tão longo ao discurso de V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço muito a interferência do ilustre Senador, a quem faço justiça. Nesta Casa, na CPI, mantém a carência da sua posição, enfrentando toda a impopularidade que ela pode apresentar. S. Exª é um homem de ação; defende... Tenho muito respeito pelas pessoas que não agem de acordo com as circunstâncias, mas preservam sua identidade em qualquer circunstância. Respondo a V. Exª, primeiro: mérito ao Senhor Presidente da República, ao Brasil, pela Eco-92, tudo bem! Mas o Senador Ney Maranhão exagerou um pouquinho. Não foi o Presidente que reuniu os presidentes do mundo inteiro na Eco-92. Foi uma realização da ONU, coordenada pelo governo anterior, o do Presidente José Sarney, que conseguiu trazer para o Brasil a Eco-92. Esta reunião foi muito importante, foi um grande evento. Aliás, gostei muito da ação do Presidente da República na Eco-92. Presidiu bem na hora de dar a palavra, na hora de discursar, está com a palavra o fulano de tal etc. Ali foi ótimo, para aquilo ele serve bem. Muito bem, contudo não foi ele quem convocou. Foi um acontecimento marcado pela ONU.

Sobre o PT, digo com todo respeito, acabou esse negócio de falar em Leste Europeu. Não existe mais Leste, nem comunismo, nem coisa alguma. Vejo o PT avançando, inclusive se modernizando. Na CPI o Senador Eduardo Suplicy e os outros membros do PT estão tendo um comportamento elogiável e respeitável, dentro do esquema da Comissão.

Com relação a Maluf, sua posição em São Paulo é muito boa. Perguntaram-lhe, numa mesa-redonda, em São Paulo, quando reunidos os candidatos a Prefeito desta capital — contou-me o Senador Eduardo Suplicy e foi confirmado pelo Senador por Santa Catarina —; “Além de o senhor ser o candidato a Prefeito, o senhor, também, é Presidente do PDS. Qual a posição do PDS na CPI?”

Maluf respondeu: “O senhor não sabe? A posição do PDS, na CPI, foi definida quando o nosso Líder, o Senador Esperidião Amin, escolheu para ser representante do PDS, na CPI, o Senador, Desembargador, homem imparcial, que é o Senador José Paulo Bisol. “No debate da Globo, em que se saiu muito bem, no último domingo, foi ele quem

indagou: “Mas não me fizeram a pergunta: E com relação a essa CPI? Com relação ao que está acontecendo quero formular meu protesto e a minha revolta! “Quer dizer, o mais radical adversário dos escândalos que estão acontecendo com relação ao esquema do Sr. PC é o Sr. Paulo Maluf.

Então, não dá para dizer que em São Paulo o Senador Eduardo Suplicy é o homem da CPI e o Sr. Paulo Maluf é contra a CPI e tem 50%.

O Sr. Ney Maranhão — Pelo contrário, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON — Lá em São Paulo o Sr. Paulo Maluf está definindo a sua posição pela moralização, pela dignidade, para apurar e para mandar os ladrões para a cadeia. Está é a linguagem que o Sr. Maluf está usando em São Paulo. (O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Sr. Presidente, eu pediria que fizesse parte do meu pronunciamento o artigo “Os últimos dias de Vargas”, de Carlos Heitor Cony; e a parte final de Vargas, que consta do original.

Estamos vivendo horas realmente importantes. Não creio — como poderia ter sido levantado aqui — que esse 24 de agosto tenha um destino em nada que se identifique com 24 de agosto de 1954; 38 anos depois. Aquela época o Presidente Fernando Collor de Mello tinha exatamente cinco anos de idade; hoje está aí, Presidente eleito com 35 milhões de votos.

Às vezes fico a analisar: com 39 anos, Presidente da República, com sessenta anos poderia estar exercendo o terceiro mandato de Presidente da República. Não estamos criticando o Presidente da República nem pelos atos do seu governo. Para alguns, até, eu tenho uma análise e uma posição muito simpática. A modernidade a que se refere, tudo bem. Acho que a privatização como foi feita, deixa muito a desejar. Privatizar, tudo bem, mas não leiloar. Alguns setores importantes, como indústrias siderúrgicas, estão sendo dadas de graça, de presente, porém não é esse o tema em discussão.

O que importa, nobre Senador, é que ninguém está atingindo o Presidente da República por causa da modernidade. Pelo contrário. Repare V. Exª que os jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* são órgãos de imprensa conservadores, voltados para a tal da modernidade e que a têm aplaudido. Todas as decisões do Presidente Collor pela modernidade têm o apoio e os editoriais desses jornais. Lá no Rio Grande do Sul, o jornal *Zero Hora* tem tido importante papel na análise e nas exposições com relação a fatos da CPI, e também o *Correio do Povo*. Esses jornais aplaudem o Presidente Collor nas medidas chamadas renovadoras do seu Governo. Há um aplauso geral para as privatizações.

Está acontecendo uma coisa fantástica no Congresso, que tem que ser analisada: a Assembleia Nacional Constituinte pensava de uma forma; nós, agora, nesse Congresso Nacional, pensamos de outra. Há uma diferença de 180 graus.

A Assembleia Nacional Constituinte tinha com relação a funcionários, ao monopólio estatal, às empresas nacionais uma posição nitidamente nacionalista. Hoje, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, a posição é totalmente diferente. É verdade que o mundo mudou. Nesses quatro anos caiu o Muro de Berlim, desapareceu o Leste Europeu, implodiu a União Soviética. Não se sabe o que vai acontecer com o comunismo.

No que se refere à modernidade — meta do Presidente Fernando Collor de Mello — Sua Excelência tem o apoio

do Congresso Nacional, maioria no PMDB, no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e na imprensa.

Não dá para comparar, meu nobre e querido Senador Ney Maranhão, com 1954, quando a imprensa não admitia a Petrobrás e houve uma guerra contra o Dr. Getúlio Vargas ou com 1964 quando houve uma guerra contra o Presidente João Goulart por causa das reformas de base, da Reforma Agrária, dos atos da Central do Brasil, por ter assinado aqueles projetos das reformas de base.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Ney Maranhão — V. Exª é contra a privatização. Os operários da CSN — Companhia Siderúrgica Nacional — pedem hoje a privatização.

O SR. PEDRO SIMON — Aí é que está. Os operários da Companhia Siderúrgica Nacional pedem a privatização.

O Sr. Ney Maranhão — A mentalidade mudou.

O SR. PEDRO SIMON — Perdão, pelo visto não sei expressar-me. Vem agora o Senador Ney Maranhão e diz que até os operários da CSN querem a privatização. Logo, a tese da modernidade do Governo do Presidente Fernando Collor de Mello tem os operários, o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, a imprensa, os empresários. Todos estão favoráveis ao Presidente Fernando Collor de Mello na tese da modernidade. Portanto, Senador Ney Maranhão, a crise em relação ao Presidente Collor não é pela tese da modernidade ou quanto às mudanças que Sua Excelência está fazendo, não é o quanto ao governo que Sua Excelência está fazendo...

O Sr. Ney Maranhão — São aqueles que foram contrariados nos seus grandes interesses, Senador.

O SR. PEDRO SIMON — ... mas quanto à corrupção, à imoralidade, à indecência que começou a aparecer e a crescer. E, lamentavelmente, ao longo do tempo...

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira. Fazendo soar a campainha.) — A Mesa pede ao nobre orador que conclua, não mais concedendo apartes, para que possamos conceder a palavra aos outros Senadores.

O SR. PEDRO SIMON — Perdoe-me, Sr. Presidente, mas é importante repetir, porque esse aspecto é fundamental.

O Sr. Ney Maranhão — Num debate dessa natureza, Sr. Presidente, V. Exª deveria ter paciência de Jó. Como Líder do Governo, estou defendendo posições importantes. Respeito muito a tese do Senador Pedro Simon, mas como Líder do Governo, não concordo com elas e tenho que defender as posições do Governo. Mas acato a decisão de V. Exª porque o respeito. O Senador Pedro Simon pode terminar o seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Nobre Senador Ney Maranhão, eu gostaria de dizer que, sentado a esta mesa, tenho a obrigação de defender o Regimento. Estamos há mais de uma hora ouvindo o pronunciamento do Senador Pedro Simon e, se continuarmos com os apartes, os outros oradores, inclusive V. Exª, que também está inscrito para falar hoje, não terão oportunidade de fazê-lo porque o tempo da sessão se vai esgotar.

Por isso, peço aos Srs. Senadores que não apartem e ao nobre orador que não conceda mais apartes e conclua.

O SR. PEDRO SIMON — Sr. Presidente, perdoe-me, mas é importante que eu repita: quanto às teses de modernidade do Presidente da República, as privatizações, as mudanças, as realizações, quanto a isso, ele tem maioria os que são contrários pensam como eu, que divirjo em alguns aspectos. A imprensa não está contra o Presidente por causa da modernidade — disse bem o Senador Ney Maranhão. Os operários da empresa são favoráveis à privatização. Nada existe contra o governo do Presidente Collor; o que há são os fatos que, a essa altura, envolvem o Presidente, avançam e atingem um ponto que não sabemos onde chegará.

Sr. Presidente, não pertencço à UDN, não sou daquele grupo da chamada eterna vigilância, preocupado sempre em descobrir onde está a corrupção. Tenho até medo de pessoas que falam muito em moralização. Dignidade e seriedade são atribuições do homem público. Já fui Ministro de Estado, Governador e nunca saí por aí dizendo que sou honesto, decente, isso, ou aquilo. Somos o que somos e, para mim não há mérito. É o mínimo que devemos ser.

V. Exª, Sr. Presidente, foi Governador. Eu fui Governador, e ser honesto é o mínimo que podemos ser. Nos meus debates, nas minhas campanhas eleitorais, jamais cobraria do meu adversário se ele foi isso, foi aquilo; nunca me preocupei. Mas fico com medo, às vezes, quando assumo à tribuna e começo a falar nessas teses, e me pergunto: Será que estou virando UDN? Será que estou, de repente, em um esquema e saindo por um caminho que não é o meu? Não.

V. Exª me farão justiça. No ano passado, criei uma subcomissão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da qual sou Presidente, para discutir as causas da impunidade. Vim a esta tribuna e falei com os nobres Parlamentares porque isso não podia continuar assim. Não se falava ainda no que está acontecendo agora, nada tinha a ver com o que está acontecendo agora. O País não pode continuar como está. Não pode apenas o ladrão de galinha ir para a cadeia.

Falava eu no caso DELFIN, e a solução do problema foi o que me motivou, para após todo aquele escândalo que aconteceu por irresponsabilidade terminou, Sr. Presidente, com pessoas ganhando uma montanha de dinheiro, saindo mais ricas do episódio do que se a DELFIN estivesse funcionando o tempo todo, porque vão receber os juros e mais correção, uma montanha de dinheiro.

Houve reuniões importantes no gabinete do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Presidente da Câmara, Presidente do Senado, Ministro da Justiça, Procurador da República, Presidente do Tribunal de Contas. Este modesto representante do querido Presidente e chefe Senador Nelson Carneiro foi por ele indicado como Presidente dessa subcomissão. Lá debatíamos exatamente isto: as causas da impunidade. O que podemos fazer? De repente, acontecem fatos.

É importante salientar — perdoe-me, Sr. Presidente, sei que estou sendo indelicado, mas é importante destacar que não fomos nós, não foi V. Exª dessa tribuna, mas o Senador Humberto Lucena, o nosso Líder Lucena, um dos poucos que falou nesse assunto. E isso foi num crescendo e envolveu fatos denunciados e repetidos. Lembro-me das primeiras notícias que saíram e estavam numa crônica social do jornal *Correio Braziliense*: "Estão dizendo que o Sr. Paulo César está comprando moeda podre para as privatizações". As notícias foram surgindo sobre o Sr. Paulo César. Isso foi ouvido.

No ano passado, o Deputado Luiz Roberto Ponte fez aquela armação, dizendo que as empreiteiras denunciavam

a existência de escândalos, que as porcentagens estavam atingindo valor inconcebível. Vim a esta tribuna quando o portavoza do Presidente disse que o Governo iria processar, incriminar, interpor judicialmente o Deputado Luiz Ponte.

Fui Governador e quando me diziam alguma coisa com relação ao meu Governo, eu chamava a pessoa para conversar com ela. Queria saber o que era, o que não era, o que existia e o que não existia. Imaginem os senhores uma pessoa de bem, de paz, como o Deputado Luiz Roberto Ponte nessa situação. Essas coisas vieram, foram acontecendo, e os fatos se repetindo.

Em meio a isso, veio a entrevista do irmão do Presidente, apontando fatos graves, sérios. A primeira vez que o Sr. Pedro Collor falou que não tinha nada a ver com isso, foi quando denunciou, lá de Alagoas, que tinha um dossiê sobre o PC, vim a esta tribuna dizer que não estava entendendo mais nada, pois o irmão do Presidente da República dissera que o Sr. Paulo César Farias teria um esquema, com dinheiro emprestado — não sei de quem —, para montar um jornal, a fim de demolir o jornal da família do Collor, onde o Presidente é sócio e a mãe dele, D. Leda, tem mais ou menos 70% das ações.

Disse desta tribuna que alguma coisa estava acontecendo, porque é irracional, é ilógico o que está acontecendo. Como pode o Senhor Presidente da República, que tem 5% do jornal, que é da sua mãe, amplamente majoritário, fazer um esquema permitindo que o Sr. Paulo César Farias vá lá, monte um jornal moderno para destruir o jornal que o irmão de Sua Excelência dirige e que pertence a sua mãe?

Alguma coisa está acontecendo e para denunciá-la vim a esta tribuna. Os fatos foram sucedendo.

O Sr. Antônio Ermírio de Moraes veio depor na CPI e todos sabem que ele é um homem de respeito. Na CPI perguntou-se a ele: O senhor deu US\$270 mil como parcela inicial o Sr. Paulo César Farias?

Sim, eu dei.

“Mas por que motivo? Que trabalho ele executou?”

“Ele foi prestar serviço. Paguei porque ele era o homem de confiança do Presidente da República.”

Dez empresários foram depor na Polícia Federal e disseram exatamente isso. Ou será que o tal PC é o maior economista deste País? É o maior assessor? Um empresário foi à CPI e interrogado se dera 200 e tantos mil dólares ao Sr. PC, ele disse que sim. E perguntado se o Sr. PC fizera algum estudo, alguma análise, respondeu:

“Não. Não fiz nada.”

Mas como foi?

Respondeu o empresário: “Foi de boca”.

“Como de boca?”

“Nós conversamos com ele”.

“Mas por que com ele?”

“Porque ele era o homem que representava o Presidente. Porque ele era o homem que estava na Casa da Dinda. Porque é o homem que projetou o “Brasil Novo”. Conversamos com ele e falando com ele, ganhamos três licitações. E saiu barato para nós”.

O Sr. Ney Maranhão — V. Exª veja o caso do Antônio Ermírio de Moraes. Na Comissão esse senhor disse que deu 200 e tantos mil dólares a uma empresa do PC para fazer um trabalho para sua empresa. V. Exª sabe, como eu e todos os demais — é pena que eu não estive aqui, naquela sexta-feira, pois havia feito uma operação e passei a noite toda

sem dormir —, que eu perguntaria ao Sr. Antônio Ermírio de Moraes, como maior empresário do País, que tem hoje a melhor assessoria deste País, inclusive é o chefe desses cartéis, por que pedira ajuda a uma empresa dessa natureza. Se ele pediu é porque, ao dar os US\$ 215 mil, tinha interesse em ganhar dez vezes mais os 215 mil em benefícios que o Sr. PC poderia trazer para a sua empresa devido a essa situação.

O SR. PEDRO SIMON — Nem vou defender o Dr. Antônio Ermírio, pois não é o caso.

Mas veja o que disse, Senador: ele deu US\$230 mil porque tinha interesse em ganhar milhões. Será que o Grupo Votorantim imaginou que o Sr. PC poderia conceder alguma vantagem, ou o Sr. PC Farias falava em nome do Senhor Presidente da República?

O Sr. Ney Maranhão — Quem tem que ser colocado na cadeia é o Sr. PC. V. Exª, que foi Governador de Estado, sabe muito bem que um “amigo-da-onça” pode usar o seu nome, a sua amizade em benefício próprio. Estou com V. Exª e com a Nação brasileira: é preciso exigir que a lei seja cumprida e os bens do Sr. PC Farias confiscados. Não entendo por que um homem como o Sr. Antônio Ermírio de Moraes, que tem uma boa equipe, veio a pedir assessoria ao Sr. PC. V. Exª pode me explicar?

O SR. PEDRO SIMON — Pelo mesmo motivo que o Grupo Odebrecht, da Bahia, deu para o Sr. PC US\$4 milhões; pelo mesmo motivo alegado pelos empresários que depuseram na Polícia Federal, quando foram encontradas as notas frias, de que o Sr. PC os havia procurado em nome do Senhor Presidente da República. Ou será que alguém imagina que os maiores empresários deste País vão dar milhões de dólares para o Sr. PC pela cara dele?

De repente estão dizendo que o Sr. PC é um gênio em finanças, é um gênio bancário. Como pode um empresário, que tem apenas seis funcionários — nenhum técnico —, prestar, assessoria às maiores empresas?

O Sr. Ney Maranhão — V. Exª, que foi Governador de Estado, sabe que qualquer um pode usar o seu nome em benefício próprio. Foi o que houve.

O SR. PEDRO SIMON — E o Presidente não sabia?

O Sr. Ney Maranhão — Acredito que não.

O SR. PEDRO SIMON — Com esse dinheiro, o Sr. PC depositava na Casa da Dinda, comprava carro novo para o Presidente e Sua Excelência não sabia?

O Sr. Ney Maranhão — Acredito que não.

O SR. PEDRO SIMON — Perdoe-me, então, a sinceridade, mas, se esse homem não sabe administrar a Casa da Dinda, não sabe quem deposita na sua conta, não pode presidir o País.

O Sr. Ney Maranhão — O dono da casa às vezes é o último a saber.

O SR. PEDRO SIMON — Isso é da maior gravidade, porque, se todos esses fatos aconteceram do lado do Presidente e ele não sabia, esse cidadão não serve para acompanhar as questões econômicas, não pode discutir uma dívida externa de US\$140 bilhões.

O Sr. Ney Maranhão — Há muitos anos a reserva cambial deste País não atinge os US\$20 bilhões como se vê atualmente.

O SR. PEDRO SIMON — Veja, Sr. Presidente, é o nobre Líder quem afirma que o Presidente não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — A Mesa, constrangida, volta a interferir nos debates e pede ao nobre Senador Pedro Simon que conclua o seu pronunciamento.

Logo depois do Senador Magno Bacelar, falará o Senador Ney Maranhão e V. Exª poderá apartear-lo, dando continuidade, assim, e esse debate.

O SR. PEDRO SIMON — Vou encerrar, Sr. Presidente.

Não há nada contra o Presidente da República nos atos do seu governo. O mesmo, entretanto, não se pode dizer de Getúlio Vargas, que, desde que assumiu a Presidência, teve a UDN e os militares como opositores, sempre tramando um golpe. Quando Jânio Quadros renunciou, os militares não deixaram João Goulart voltar para o Brasil e ocupar o cargo. Ele veio quando se tentou implantar o Parlamentarismo, daquela maneira difícil, mas era a última chance. Quando ele começou a falar em reformas de base, derrubaram-no.

O Dr. João Goulart só voltou para este País morto. Foi o único Presidente deste País que morreu no exílio. Inventou-se tudo contra o Dr. Goulart, inclusive que ele era o maior fazendeiro da história do País.

O Sr. Ney Maranhão — Sou testemunha disto.

O SR. PEDRO SIMON — O irmão dele e eu fomos a Montevideu, chamados por ele, para trazer uma procuração a ser entregue ao Diretor-Presidente da revista *Time-Life*, que havia feito uma reportagem sobre as fazendas que o Dr. João Goulart havia comprado no exercício da Presidência da República. S. Exª se comprometia a vender, por US\$1 cada fazenda cuja compra aquele diretor comprovasse durante aquele período.

Falei da tribuna da Assembléia Legislativa. Nenhum jornal brasileiro, entretanto, quis publicar a carta do Presidente, embora tivessem divulgado em páginas inteiras as acusações contra o Sr. João Goulart. Esse homem morreu no exílio. Lá no Rio Grande do Sul, foi uma luta enorme conseguir enterrá-lo com honras, porque a determinação era de que ele teria que vir e ser enterrado imediatamente. No meio das Forças Armadas e do povo, fomos em direção ao cemitério, onde o Dr. Tancredo Neves e eu falamos, da beira do túmulo, que o Brasil, um dia, faria justiça à imagem daquele homem que tinha pelo menos o direito a que se fizesse justiça com relação ao seu nome.

Nada disso queremos para o Presidente Collor, que está tendo todos os direitos de defesa, seja na CPI, onde tem defensores, seja em cadeia nacional de rádio e TV, quando o Brasil pode assisti-lo.

Sua Excelência tem feito sua ampla defesa. Esta é uma mera CPI, não é a República do Galeão, que determinou o afastamento de Getúlio.

Hoje, no entanto, ao se iniciar o processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados, o Presidente terá todos os direitos.

Na história da República deste País — e o Senador Nelson Carneiro pode confirmar isso —, é a primeira vez que a crise está sendo administrada pelas instituições e não na caserna. Hoje, Executivo, Congresso e Judiciário, estamos cumprindo rigorosamente o ritual de um país democrático. Justiça seja feita aos militares, que estão comportando-se com alta dignidade e seriedade.

Respeito, também, todas as outras forças, pois não vejo nem na CUT, nem na Igreja, nem em lugar nenhum incita-

mento, pelo contrário. Até vou ser muito sincero: não foi um ato de provocação, foi um ato infeliz e ingênuo do Presidente da República, que, levado pelo improviso, resolveu fazer a convocação para que as pessoas usassem verde e amarelo.

Outro dia, na casa do jornalista Moreno, contaram-me que, na véspera de domingo, no aniversário de outra jornalista, falou-se sobre tudo menos sobre isso, porque ninguém havia ouvido falar de mobilização alguma para o dia seguinte.

Em nome do meu Partido, Sr. Presidente, fui Presidente do Comitê do MDB na campanha das "Diretas já". Na ocasião, o Dr. Ulysses Guimarães encarregou-me de coordenar o movimento. Reunimos todos os Presidentes estaduais no Rio Grande do Sul, na esquina democrática. Estavam presentes o Dr. Tancredo Neves e o Dr. Ulysses Guimarães. Reunimos os que passavam por ali e foi crescendo o movimento.

Mas o que está acontecendo agora de espontâneo, é um movimento de alma, no sentido de que alguma coisa tem que mudar. Isso é o mais importante, meu nobre Senador Ney Maranhão. Não estou aí a cobrar, pelo amor de Deus, o sangue de quem quer que seja, mas algo deve ocorrer para se dar uma resposta à opinião pública; alguma coisa tem que acontecer com relação a tudo que se noticia. Como disse aquela secretária que depôs na nossa CPI, isso não pode resultar em pizza. Alguma coisa tem que acontecer; o povo olha para nós. Não deixa de ser doloroso e trágico que, de repente, os índices de prestígio do Congresso estejam os mais altos dos últimos tempos. É uma pena que seja assim, é uma pena que a opinião pública olhe para cá apenas na hora de crise.

Na verdade, a opinião pública olha para cá, porque está vendo que alguma coisa está sendo feita no sentido de mudar o que está aí. O Presidente Fernando Collor de Mello, meu nobre Líder, bem ou mal cometeu um equívoco. Porque o que V. Exª disse agora com relação ao PC, Sua Excelência, o Presidente, não disse. Até hoje não se conseguiu arrancar uma vírgula do Sr. Fernando Collor de Mello com relação ao Sr. PC.

Então, é o que a opinião pública diz: se Sua Excelência não fala é porque não pode falar. Vemos o irmão do Sr. PC, o Deputado e outros dizerem que se alguém falar, o Sr. PC não fica só, porque vai muita gente importante com ele. Quando o irmão Deputado falou em Parlamentar, nós da CPI, o Presidente Mauro Benevides, o Presidente Ibsen Pinheiro, exigimos que desse os nomes, e ele voltou atrás. Agora quando ele diz que tem um dossiê que envolve pessoas importantes, o Presidente não diz uma palavra. Mantém-se quieto, silencioso.

O Sr. Ney Maranhão — Falará por último, Senador, no momento preciso.

O SR. PEDRO SIMON — Pode ser que Sua Excelência fale.

O Sr. Ney Maranhão — O Governo até hoje não fez nenhuma interferência — V. Exª há de fazer justiça — com respeito à CPI. Pela primeira vez na história temos bandido de colarinho branco na cadeia; agora, no Governo do Presidente Fernando Collor de Mello, porque no INSS se furtava desde Getúlio Vargas.

O SR. PEDRO SIMON — Sr. Presidente, o povo observa o Congresso. Tenho medo disso e volto a repetir: cada vez que o rádio, o jornal e a televisão me procuram, tenho insistido em dizer que, pelo amor de Deus, não existe CPI do *impeach-*

ment. Não pode ser cobrado de nós que determinemos o impeachment do Presidente, porque a nossa CPI não foi feita para isso.

Podemos dizer que existem fatos graves envolvendo o Presidente, mas não podemos terminar declarando: Peça-se o impeachment do Presidente. Essa não é a nossa missão.

Vai haver um longo percurso nesse processo, que passa pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

O pessoal do Governo, Sr. Presidente, poderá dizer o seguinte: terça-feira, a CPI se reúne, diz que há fatos graves envolvendo a responsabilidade do Presidente. Depois disso, a opinião pública ficará revoltada, protestará, ficará profundamente magoada.

E é verdade. Tenho medo de que a opinião pública fique magoada com o Congresso Nacional, com a CPI, quando se disser que tudo isso não vai dar em nada.

Só não imagine o Presidente Fernando Collor e os homens do Governo que essa mágoa somará para eles. O povo espera uma decisão; o povo espera e tem o direito de esperar algumas coisas.

Por amor de Deus, os senhores andam por aí. O que os seus amigos, os seus vizinhos, os seus parentes perguntam? Será que desta vez vai acontecer alguma coisa? Pelo menos, por onde ando, é só o que perguntam.

Por isso, Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a e peço desculpas, mas parece-me importante essa análise que faço. Há 38 anos, quando o Presidente Fernando Collor tinha 5 anos, aconteceu o 24 de agosto do Presidente Getúlio Vargas; 38 anos depois, quando o Sr. Fernando Collor de Mello é o Presidente da República, acontece o seu 24 de agosto, graças a Deus, bem diferente, num ambiente de paz, de democracia, de liberdade, quando as instituições estão funcionando e Sua Excelência tem o mais absoluto direito de defesa. Se a CPI foi adiante, o Congresso Nacional dará ao Senhor Presidente o mais amplo direito de defesa, o que mostra que as instituições valem a pena.

Sr. Presidente, tiro duas conclusões. A primeira: que bom será se, depois de toda essa desgraça, entendamos que, no dia 21 de abril, devamos votar o Parlamentarismo. Que seja esta desgraça a última da história do País, Sr. Presidente.

Não tenho nenhuma dúvida que, se não votarmos o Parlamentarismo, daqui a 10, 12 anos, o Senador mais jovem que está aqui deverá voltar a esta tribuna para dizer: em 1954 tivemos Getúlio Vargas; em 1964 tivemos João Goulart; em 1990 o Senhor Fernando Collor; e agora temos sei eu lá quem. Imaginar que o próximo presidente eleito será o salvador da pátria é ingenuidade.

O regime presidencialista, dolorosamente, é isso que está aí. Elege-se um Presidente da República com 35 milhões de votos, salvador, deus, e depois é isso, Sr. Presidente. Não resolve o problema da inflação porque não pode resolver; não resolve o problema da dignidade total porque não pode resolver; não resolve os problemas sociais porque não pode resolver. Mas o povo, quando vota, Sr. Presidente, vota num pai e acredita que aquele pai resolverá todos os problemas. O Presidente da República começa a desgastar-se antes de assumir, ao compor seu Ministério, e vai se desgastando sempre.

No regime Parlamentarista, o Presidente da República coordena as forças militares. Numa crise enorme, como esta de agora, se Fernando Collor fosse o Primeiro-Ministro e houvesse uma crise entre o Congresso e o Primeiro-Ministro,

o Congresso dissolveria o gabinete, o Presidente da República fecharia o Congresso Nacional e seria resolvida a crise.

O Presidente, numa crise como essa, seria o herói; em vez de ser a vítima, o réu. De um lado o Gabinete, desacreditado, desmoralizado; do outro lado a Câmara, o Congresso, que está brigando com o Gabinete, não tem grandeza. O Presidente demitiria o Gabinete, desmancharia a Câmara e convocaria eleições gerais. Eleições gerais: nova expectativa, nova esperança, novo Congresso, novo Gabinete, novo Primeiro-Ministro, nova realidade. O Brasil tem que esperar cinco anos para ter um novo presidente, para ter uma nova realidade que, dois meses depois, cai em desgraça. Que essa experiência seja real!

E a segunda conclusão, Sr. Presidente, é que entendamos que as instituições são válidas, são legítimas e que o caminho das instituições é um grande caminho. Não venham apontar o problema da queda da Bolsa, porque pagamos caro quando há golpe e não se garantem as instituições.

Estamos usando um grande exemplo, Sr. Presidente: pela primeira vez na História da República brasileira, a crise passa pelas instituições. E as instituições estão mostrando que têm competência para abortar a crise. Que os militares cumpram a sua missão; que cumpramos a nossa missão e que o povo espera que, se Deus quiser, saíamos dessa; e vamos sair!

Peço-lhe desculpas, Sr. Presidente, por haver excedido o tempo regimental.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. PEDRO SIMON EM SEU DISCURSO:

Manchete 1º-9-79

Presidentes-Brasil

OS ÚLTIMOS DIAS DE VARGAS

O atentado a Carlos Lacerda

A República do Galeão

Dramática reunião do ministério

A carta-testamento

O tiro que abalou o Brasil

Por Carlos Heitor Cony

As primeiras horas do dia 5 de agosto de 1954, o ministro da Justiça, Tancredo Neves, voltava de um jantar e preparava-se para dormir. O telefone toca. O ministro atende. Reconhece a voz do Coronel Milton Gonçalves do gabinete do General Armando de Moraes Âncora, chefe de polícia do Distrito Federal. A comunicação é rápida e incompleta:

— Deram um tiro no Carlos Lacerda e o feriram ligeiramente no pé...

— Só isso? Podia ser pior!

Houve uma pausa. O coronel tomou fôlego para anunciar "o pior":

— Mataram um oficial da Aeronáutica que acompanhava o jornalista. É um tal de Vaz ou outro nome parecido...

O mês de agosto se iniciava, havia um pleito eleitoral marcado para outubro e a agitação dos meios políticos era quase normal, para a época e para os métodos de então. No domingo, dia 2, corre na Gávea o 22º Grande Prêmio Brasil, vitória de El Aragonês, conduzido por Luiz Rigoni. No mesmo dia, Flamengo e Fluminense jogam pelo campeonato carioca de futebol 5 a 2 Flamengo.

Jean Lurçat, em visita ao Brasil, inaugura a sua exposição de tapeçaria no Museu de Arte Moderna. Um filme de John Huston faz furor nos setores especializados: Beat the Devil,

elenco da pesada, com Humphrey Bogart, Peter Lorre, Gina Lollobrigida, Jennifer Jones e Robert Morley. Manchete de um jornal da Oposição: "Somos um povo honrado governado por ladrões." A **Tribuna da Imprensa**, jornal de Carlos Lacerda, faz carga contra Lutero Vargas, filho do presidente, acusado de ser o sustentáculo político da administração da Prefeitura do Distrito Federal. Para variar, o dono do jornal assina artigo em que chama o Sr. João Cleofas, udenista pernambucano de Calabar. Na Câmara dos Deputados discute-se um projeto de emenda ao Código Civil: a obstinação de Nelson Carneiro dará um dia o divórcio à legislação brasileira. No Senado, onde as paixões estão amortecidas pela idade ou pela conveniência, os pais da pátria discutem a reforma ortográfica. Os jornais informam o dia de Getúlio: "O presidente trabalhou até tarde. Depois das seis horas o seu gabinete ainda tinha luz. Assinou decreto que proíbe a acumulação de cargos públicos".

Um pequeno anúncio fica perdido na confusa paginação daqueles tempos — os jornais não tinham diagramação, era na base do "desce à oficina que cabe". O anúncio é simples:

CONFERÊNCIA

Carlos Lacerda fará hoje, às 20h30min, no auditório do Externato São José (Rua Barão de Mesquita, 164), uma conferência sobre problemas da atualidade, promovida pelo Departamento Cultural da Associação dos Antigos Alunos do Externato São José.

Os interesses culturais daquela associação são bastante específicos: Trata-se de saber se o Sr. Lutero Vargas é mais ladrão do que o Sr. Samuel Wainer, se o Sr. Lourival Fontes ia para o inferno ou para o purgatório, quem é o mais bonito entre os Srs. Juarez Távora e Eduardo Gomes — uma problemática extensa que engodava a classe média e abria graves divergências entre as Forças Armadas. Não havia ninguém mais adequado para responder a tão importantes questões do que o jornalista Carlos Lacerda.

Numa cidade do antigo Estado do Rio, o anúncio foi recortado da **Tribuna da Imprensa** e colocado na mão de um homem alto, magro, daquela cor que antigamente os jornais e os cartórios chamavam de "parda". Era Alcino. Um criminoso que, dias depois, a imprensa classificaria pistoleiro profissional, categoria trabalhista não prevista na CLT mas existente na prática, em Caxias e em outras urbes espalhadas ao longo das margens do Meriti. Semanas antes, Alcino fora enviado a Barra Mansa atrás de seu homem — mas não deu pé: Carlos Lacerda ficara bastante, cercado por muitas pessoas, o pistoleiro tinha um nome a zelar, não podia cometer erros, deixou a tarefa para melhor oportunidade.

Agora, recebia o recorte com as últimas e sumárias instruções:

— É hoje!

A conferência em que os citados problemas da atualidade foram analisados por Carlos Lacerda terminou aí por volta da meia-noite. Em frente ao portão do Externato São José, Alcino esperou a sua hora. Mas não teve hora nem vez. De repente, começou a sair muita gente ao mesmo tempo, o pistoleiro ficou sem saber o que fazer. Procurou um dos homens que o contrataram, de nome Climério, rosto cheio de bexigas, compradre do Tenente Gregório, chefe da guarda pessoal do presidente da República — apelido antigo dos atuais "seguranças" que mantêm o fogo sagrado da profissão, embora com outro layout.

— Não adianta — admitiu Climério. — Poder dar rolo. Vamos para Copacabana!

Tanto para cometer um crime como ir às compras ou ao cinema, seria mais fácil tomar o primeiro táxi que passasse pela Rua Barão de Mesquita. Mas Climério e Alcino telefonaram para um estabelecimento comercial junto ao Palácio do Catete, a fim de convocar os bons serviços de um motorista que ali fazia ponto, um tal de Raimundo. Ele custou a chegar à Tijuca, ainda havia gente no portão do colégio, onde o jornalista Carlos Lacerda suplementava suas idéias a respeito dos problemas da atualidade que, meia hora depois, se tornariam mais problemas e mais atuais: o táxi de Raimundo, transportando Alcino e Climério, entrava numa rua de Copacabana, quase parou em lugar errado, estacionou na Rua Paula Freitas, três metros além da esquina com a Rua Toneleros (onde Carlos Lacerda morava), com a frente do carro voltada para a Rua Barata Ribeiro.

Alcino examinou mais uma vez o revólver — um baita 45, arma militar. Guardou-o na cintura, dentro do velho coldre de couro, fechou o paletó e saiu do táxi.

Passou cinco vezes pelo trecho onde, na certa, o jornalista saltaria: o edifício tem um canteiro no meio da calçada, isolando as escadas do passeio, formando uma espécie de pista de acesso ao portão principal do prédio. Alcino sentiu que — afinal — tinha o seu homem. Um carro parou em frente ao prédio marcado. Dele saíram três pessoas: dois homens e um rapaz. Ficaram conversando na calçada, uma despedida à brasileira, volta e meia ameaçavam ir embora, mas a conversa continuava mais um pouco e demorava, até que parecia que iam novamente embora e a despedida não acabava.

Alcino sentiu a arma pesar. As mãos ficaram irritadas e os olhos brilharam, na decisão final. Atravessou a rua em passos lentos, quase em diagonal. Ao atingir a calçada onde estavam os três recém-chegados, abriu o paletó, ainda sem pressa. Notou que houve um movimento de surpresa da parte das três pessoas que — enfim — perceberam que ele chegava e por que chegava. A mão foi rápida: a arma brilhou na escuridão (segundo declarou textualmente o jornalista, no dia seguinte) e fez fogo. Conseguiu descarregar o revólver em poucos segundos. O último tiro foi dado num vigilante municipal que surgiu inesperadamente e sacou da arma: Alcino inutilizou-o com um tiro perfeito — no pé. Tomou o táxi, que estava com o motor ligado. O guarda, caído e ferido, atingiu com dois disparos a mala do táxi.

Na calçada da Rua Toneleros havia um outro homem tombado. Muitas janelas se acenderam durante a fuzilaria. Três jornalistas que por ali passavam, vindos do **Diário Carioca**, foram ver o que havia. O que havia abalaria a nação e custaria a vida de Getúlio Vargas.

Na edição do dia 6 de agosto, a **Tribuna da Imprensa** publica versão do incidente, dada pela "vítima sobrevivente", denominação que o próprio Lacerda fez questão de invocar para si. Diz Carlos Lacerda:

— "Estávamos os três na calçada (Major Vaz, meu filho e eu) quando notei um homem pardo que se aproximava e, na distância de cinco metros, abriu o paletó e disparou seu revólver em cima de nós. Imediatamente, outros tiros foram disparados de outra direção, numa fuzilaria infernal."

No meio do fogo, diz Lacerda que revidou aos tiros e empurrou seu filho para dentro da garagem do prédio onde morava. Em seguida, também entrou no prédio, deu a volta pela garagem e saiu pelo portão principal, "a fim de tentar

uma perseguição ao criminoso". O tempo que demorou em dar essa volta foi pouco. Mesmo assim, ao voltar à calçada, ele descobriu duas coisas: que estava ferido no pé, o sangue saindo pelo cadarço do sapato: e que havia um corpo estendido na calçada.

O menor Sérgio Lacerda também declarou ao mesmo jornal que "os tiros vinham de várias direções". E os diversos jornais que fizeram gráficos do tiroteio, baseando-se em declarações das já inúmeras testemunhas oculares, estabeleceram três diferentes pontos de ataque ao jornalista.

Treze anos depois do incidente, a vítima sobrevivente narra, em suas memórias, uma versão que difere substancialmente da anterior, dada logo após o incidente. Pelo relato publicado em *Manchete*, em 17 de agosto de 1967, Lacerda afirma que somente Alcino teria atirado:

"O vulto descarregou o revólver."

Diz também que sacou da arma, calibre 38, e começou a atirar. Assim, a fuzilaria de todas as direções ficou reduzida, pelo tempo ou pela conveniência, a uma troca de tiros que será apenas lamentável se não tivesse sido trágica — como o foi — por ter deixado na calçada um cadáver.

O detalhe é importante, pois nele é que se situa, justamente, um dos pontos da versão oficiosa que pouco a pouco vai sendo analisada por peritos e curiosos que se dedicam ao assunto. Se Lacerda e seu filho não mentiram na madrugada do dia 5, ele teria sido vítima de uma tocaia, e não do ataque frontal de um pistoleiro. Assim, diversos pistoleiros estariam entocados nas proximidades de seu edifício. Mais precisamente — e ainda segundo os relatos e gráficos publicados na ocasião: havia um pistoleiro na esquina da Rua Hilário de Gouveia: e outro bem em frente ao prédio nº 180 local do incidente; e mais outro (Alcino), que veio da Rua Paula Freitas e se aproximou para o tiro à queimadura. A tocaia tinha pelo menos, três focos de ataque — e foi isso que Lacerda e seu filho disseram aos jornais, logo depois do atentado: "Os tiros vieram de várias direções."

Além dos três pistoleiros procurados, a polícia e mais tarde a Aeronáutica tratavam de prender o maior número de suspeitos que, por acaso ou por propósito, àquele dia e àquela hora, tivessem transitado pela Rua Toneleros ou pelas proximidades. A mulher do Deputado Danton Coelho foi vista naquela rua e, naquela rua, muitos outros personagens da vida pública começaram a ser acusados de terem por ali passado na hora do incidente.

Com a prisão de Climério, denunciado pelo motorista, o crime sofreu uma modificação substancial: através de Climério chegava-se diretamente a Gregório, ao Catete, a Getúlio. O elo que a oposição tanto pretendia estava consumado, perfeito, indestrutível. Caçado por helicópteros e por cães. Climério trazia o selo oficial do atentado: era ex-membro da guarda pessoal de Vargas, compadre de Gregório. O governo sentiu o golpe e — de uma forma geral — todos sentiram que, a partir daquele instante, a própria figura de Getúlio Vargas ficava em jogo.

Obtida essa vantagem, o inquérito, que passara das mãos da polícia para as da Aeronáutica, tomou uma diretiva básica: forçar apenas uma porta, obter apenas um sentido, determinar um único movimento. Não se falou mais em tiroteio de várias direções. Nem mesmo em crime. Do dia 18 de agosto em diante. Lacerda não mais falará em crise de Toneleros, mas em *crise* de Toneleros. É nesse dia que ele escreveu o seu melhor artigo. A dor, causada pelo tiro no pé, já estava esque-

cida. Os susto passara. Contados os mortos e feridos, sobrara uma coisa importante que nestes países sempre tem servido para derrubar, os governos: um cadáver. Não adiantava mais descarregar a culpa pelos culpados, já presos quase todos, e confessos. Tampouco se espremeria maior caldo daquele submundo que gravitava em torno do Catete. Foi assim que Lacerda chegou, ou por conta própria ou por advertências oportunamente sopradas a seu ouvido, à constatação com que inicia o seu artigo do dia 18: "a crise é essencialmente política" e "o remédio adequado e eficaz só pode ser de natureza política".

A questão é colocada, afinal, sob a ótica certa. Como episódio policial, o atentado da Toneleros estava praticamente encerrado.

Quem primeiro abriu os olhos de Gregório e insinuou que se devia "tomar uma atitude contra Lacerda" foi um marginal que, na época, tinha contatos com a polícia e com a política. A influência desse homem junto a Gregório, era pequena, mas assim mesmo seu raciocínio foi válido. Com Getúlio acontecerá o mesmo que acontecia a Pinheiro Machado. Um louco qualquer, impressionado pela campanha de Lacerda, concentraria no presidente todo seu ódio. Eliminando Getúlio, esse louco julgaria estar prestando um grande serviço ao país e ao mundo.

Gregório não tinha nada contra o "Dr. Lacerda". Não lia jornais, sabia vagamente que o tal "Dr. Lacerda" espinhava violentamente o presidente e os seus parentes. Não chegava ser motivo para um atentado. Mas havia em Gregório um solo sagrado, um território imune a qualquer raciocínio: o da segurança pessoal do presidente. A possibilidade de um atentado gratuito, estúpido, como o que vitimou Pinheiro Machado, podia tornar-se viável.

Foi por intermédio dessa hipótese que começou a se formar na cabeça de Gregório uma espécie de plano, muito rudimentar ainda, e que não incluía, de imediato, a liquidação física do jornalista.

Uma vez preso Gregório prometeu ajustar contas com dois homens: um deles, por tê-lo roubado nos negócios em que ambos eram sócios, e que os tranços da vida mais tarde chegaram a tornar íntimo e correligionário do antigo jornalista. O outro, por ter sido o homem que lhe metera na cabeça aquela idéia que, antes mesmo de tomar corpo, foi executada por outros escalões.

Dia antes de deixar a prisão, Gregório tombava assassinado. Não teve tempo nem oportunidade de se vingar. Mas, sobretudo, não teve tempo nem oportunidade de dizer tudo o que realmente sabia.

24 de agosto de 1954 — **Zero hora** — Sozinho, no quarto do terceiro andar do Palácio do Catete, Getúlio Vargas olha o relógio em cima de um velho móvel. Os dois ponteiros unidos, marcando o último minuto de um dia duro e conflituoso. E o primeiro instante de um novo dia que se abre à frente, pressago e áspero como os demais daquele mês. Nas próximas horas terá de tomar a decisão mais importante de sua vida.

Para a crise em que seu governo se debate, há mais de 15 dias, as soluções já quase não contam. Tem mais de setenta anos, um passado repleto de vitórias e amarguras. No plano pessoal, não se sente atingido, embora saiba que, dessa vez, não poderá separar o homem do estadista, a sua carne de sua imagem. É um homem sozinho, apesar de tudo. A solidão sempre lhe fez bem, sempre lhe ensinou fortaleza, genero-

sidade e resignação. Por isso, ele não sofre. Apenas aguarda sua hora.

Sua filha Alzira entrou no quarto:

— Meia-noite papai. A coisa vai ficar feia daqui por diante. Estou informada de que o dia D será amanhã, 25. Dia do Soldado. Vou agora dar um pulo em Niterói, colocar em ordem as minhas coisas. Há três dias não vou em casa. Voltarei logo que puder.

Ele encarou sua filha:

— Sim. Vá dormir. Tu andas muito cansada.

Ficou novamente sozinho. O relógio marcava, agora, os primeiros cinco minutos do dia 24. Acabara de saber, por Alzira, que o dia D seria amanhã. Sim, a crise política cobrava-lhe uma definição e ele, pela primeira vez sentia que chegara afinal, a hora de separar indissolavelmente o homem do político. A crise política terá uma solução política — e para isso, dentro em pouco reuniria seus auxiliares, ouviria a opinião de todos e de cada um sobre os últimos acontecimentos: tomaria depois a decisão, não em caráter pessoal, mas em caráter público. O governo, como um todo, responderia às críticas e às acusações, optando por uma solução que deveria equivaler, ao mesmo tempo, a uma resposta e a um sacrifício.

No plano pessoal, contudo, sabia que tanto o sacrifício como a resposta teriam de ser outros. Derrotado como político teria de vencer como homem. Poderia, desde o primeiro dia da crise ter partido para a articulação política — ele era hábil o bastante para manobrar em qualquer sentido. Mas se omitia. De que adiantaria mais uma manobra mais uma batalha que não adiantava ganhar uma peleja a mais na política que já dera tanta vitórias, e contra a qual nutria agora um desamor que só era menor diante de sua fadiga?

Foi ao cofre, num dos cantos do quarto, e de lá retirou alguns papéis, uma espécie de carta. Sabia de cor aquele documento. Como tudo o que escrevia, aquela carta tivera uma redação gradativa e demorada mas afinal conseguira o texto exato para exprimir o que sentia e pretendia.

A Versão oficial do crime será um dia desmentida por revelações que ainda estão em segredo

Numa entrevista três anos antes, Vargas previu que seria morto no governo

Tudo começara nos dias seguintes ao atentado da Rua Toneleros, quando percebeu que, por trás da histeria da oposição e do assanhamento de seus adversários, havia todo um dispositivo econômico e financeiro a subvencionar e a incentivar os descontentes daqui de dentro. Afirmara, antes de tomar posse, em 1951, que talvez morresse no exercício da presidência. E, mesmo que não morresse assassinado, não saberia nem poderia prever até que ponto seus nervos agüentariam as pressões que ele, durante o governo, teria de desencadear. Pois as pressões ali estavam e seus nervos, aparentemente controlados, conseguiam afinal o cansaço definitivo e inexorável. O cansaço também exato.

Redigira, dias antes, durante um despacho, o pequeno bilhete que serviria de introdução ou de encerramento a um documento posterior. “À sanha dos meus inimigos deixo o legado de minha morte”. Seu ajudante-de-ordens, o Major Fitipaldi, encontrou o papel entre outros documentos de rotina e levou o bilhete ao conhecimento de sua filha Alzira.

Apanhou o bilhete e o rasgou. A frase ali escrita, embora pequena, tinha para ele um grande significado. Tão grande que não podia ser resumido naquele simples desabafo pessoal. Por isso, mesmo, e pensando melhor sobre o assunto, já rabis-cara o esboço de um outro documento o qual deveria ser mais completo, tanto na forma, como em conteúdo. Chamara um amigo de confiança, José Maciel Filho, para desdobrar as poucas linhas que anotara. Além das frases de próprio punho, deixara indicações: “Aqui entram detalhes técnicos, não estou a par das últimas cifras”.

De início pensara num discurso, num pronunciamento oficial à nação, traumatizada pela crise e pelas denúncias que o cercavam. Mas considerou que não lhe cabia falar fora de tempo, antes que as autoridades encarregadas do inquérito policial-militar se manifestassem oficialmente, apresentando as conclusões. O que havia, até então, eram verdades e inverdades transpiradas de um tumultuado processo muito mais político que policial. Não competia a ele, como chefe da nação, intrometer-se na mecânica processual.

Ao receber os primeiros esboços, Maciel Filho pensou tratar-se de um discurso, ou de uma declaração do governo, pressionado então pelos acontecimentos. Contudo, pelo teor de algumas emendas posteriores, começou a suspeitar de que alguma coisa se escondia naquela mensagem. A crise chegava a seu clímax e a possibilidade de um movimento armado era, dia a dia, um pouco mais que uma hipótese e um pouco menos que uma imposição. Sim, talvez fosse isso: em caso de luta armada, ou de uma resistência pessoal e suicida em defesa de seu mandato e de sua honra, o presidente necessitaria de lançar um manifesto, ou, quando menos, deixar um testamento. Examinada posteriormente, e a sangue-frio, a carta parecia, em sua redação final, com um bilhete de suicida. Mas a verdade é que a resistência mesmo à simples resistência política, naquela crise e naquela altura da crise, equivalia a um suicídio.

Ele guardou os papéis no bolso e desceu à sala dos despachos. O Palácio do Catete estava iluminado desde o fim do expediente do dia anterior. Um dia que ele fizera questão de cumprir rotineiramente, recebendo pessoas, despachando o expediente. Uma comissão de donas-de-casa fora visitá-lo, levaram-lhe um memorial sobre a carestia da vida, ele ouviu as queixas e encaminhou as solicitações aos departamentos competentes. O poeta Augusto Frederico Schmidt pedira-lhe audiência: viera conversar sobre areias monásticas.

Encerrado o expediente, a situação política, agravada pelos últimos acontecimentos (manifestos de brigadeiros, almirantes e generais), tornou a crise militar oficialmente aberta. Quase ninguém se retirara do palácio. Ele subira para jantar e depois se recolhera a seus aposentos, no terceiro andar, mas agora, que descia em direção à sala dos despachos, percebia que o Catete vivia uma agitação de festa ou de crise. Os jardins estavam tomados por soldados, ali concentrados por ordem do chefe de sua Casa Militar.

A sala dos despachos cheia. Além dos ministros, diversas pessoas ali estavam: parentes, membros do governo, até mesmo alguns jornalistas. O respeito que a sua presença impunha fez com que os estranhos ao ministério pouco a pouco se retirassem. De olhos baixos, ele caminhou lentamente para a cabeceira da mesa de reuniões; não cumprimentou ninguém, não estava sombrio, nem agastado. Quem o conhecesse bem e o observasse naquela noite, saberia que ele estava tranqüilo. Seu rosto, impenetrável — como sempre, de esfinge —, tinha

Ela foi interpelar o pai e recebeu a resposta:

— Deixa de bobagem. Não é isso que tu estás pensando. alguns tiques que revelavam aos mais íntimos alguns poucos indícios do que lhe ia dentro. O beijo pendido, como um muxoxo incompleto, era sinal de aborrecimento ou de conflito interior. Um olhar distante, periférico, revelava nele um tipo de cansaço que ia ao desprezo.

Nessa noite, mesmo os mais íntimos nada puderam ler em seu semblante: era, já uma espécie de máscara final e lúcida, serena. Mais tarde, na manhã seguinte, todos concordariam em que a sua fisionomia mantinha o tom exato para o momento. A exatidão seria assim a marca de sua última aparição pública. Um rosto exato para si mesmo e para a História.

Ninguém levou a sério quando ele disse que só morto sairia do Catete

Em matéria de fisionomias, havia naquela sala um extravagante mostruário de rostos lívidos e devastados pelas emoções do momento. Osvaldo Aranha, uma cabeleira branca e rebelde, era ainda o mesmo homem de vinte e cinco anos atrás — mas em sua voz havia, agora um som áspero que não era raiva mas já não era calma. Tancredo Neves, um amigo recente e já antigo, dos mais jovens do ministério, trazia na palidez do rosto o cansaço daqueles últimos dias, daquelas últimas noites. José Américo de Almeida, outro homem de 30, os óculos de miopia fazendo refletir aquelas espirais com que os caricaturistas o marcavam, estava distante — não apenas da mesa, mas dos últimos acontecimentos. Dera entrevistas aos jornais da oposição e um intrigante palaciano levou o recorte a Getúlio: um de seus ministros, justamente um homem de 30, fazia coro com a oposição e falava em renúncia.

O Presidente pronunciou poucas palavras. Em voz baixa, calma, firme, comunicou os motivos — que todos já sabiam — daquela reunião.

Uma velha praxe de reuniões ministeriais dá o primeiro lugar à pasta da Justiça. É o setor político do governo e, por isso, o mais bem informado sobre os acontecimentos políticos. Contudo, a crise daquela noite já não era mais política, mas estritamente militar. Como sempre, as velhas raposas da política ataçavam os brios das Forças Armadas, furtivamente, conspiravam, faziam esquemas e suposições e, uma vez deflagrada a crise militar, retiravam-se a casas de amigos, para aguardar os acontecimentos, os quais se limitavam a uma alternativa: ou tomavam o poder ou embarcavam para o exílio.

Assim, o primeiro a falar naquela noite foi Zenóbio:

— Dos oitenta generais que servem no Rio, com efetivo comando de tropas, trinta e sete já assinaram um manifesto de solidariedade aos brigadeiros que estão contra o governo. Acredito que a maior parte da tropa não está disposta a combater a Aeronáutica e a Marinha. De minha parte, estou disposto a resistir. Vim da Vila, onde tomava as últimas providências para a resistência. Agora, para ressaltar futuras responsabilidades, comunico a todos os presentes que, desta vez, a resistência vai provocar derramamento de sangue.

As palavras de Zenóbio não constituíam novidade. Todos ali sabiam da situação, a única dúvida existente limitava-se ao exato número de signatários do memorial de apoio aos brigadeiros revoltados. Alguns diziam que apenas 17 generais haviam assinado, outros não estavam a par de nada, vinha Zenóbio e declarava que eram trinta e sete, as cifras eram

importantes, os golpes de força se resolviam e sempre se resolveram na base de cálculos análogos, tantos canhões, tantos tanques, tantos generais — e um presidente é deposto ou mantido.

Tancredo Neves falou em seguida. Manifestava-se pela resistência, o governo fizera e continuava fazendo tudo o que se tornava necessário ao esclarecimento do crime. O processo continuava, os inquisidores do Galeão não sofriam nenhuma pressão, os criminosos envolvidos já estavam presos, a ordem legal do país não sofrera em continuidade. A crise militar, decorrente da agitação política dos últimos dias, era, assim, impertinente. O governo nada tinha do que se envergonhar. Se aparecessem soldados para depor o presidente, a solução era resistir. Ele estava disposto a isso. Nem todo homem merece a oportunidade de morrer em defesa de uma causa justa. Como amigo de Getúlio e como ministro de um governo ameaçado de deposição, ele optava pela resistência pessoal.

O Almirante Guilhobel, mais ambíguo que medroso, disse a sua verdade:

— A Marinha não pensa em levantar-se, nem em depor o presidente. Mas já se manifestou em favor da Aeronáutica. Lamento verificar, presidente, que o senhor seja sempre traído por seu ministro da Guerra.

O Brigadeiro Epaminondas dos Santos, nomeado para a pasta da Aeronáutica em plena crise e sem ter conseguido tomar posse efetiva do cargo, limitou-se a informar o óbvio:

— Não oculto as dificuldades em que me encontro em face da unanimidade da Aeronáutica em oposição ao governo.

Os demais ministros deveriam ser consultados por mera formalidade. Seria natural que acompanhassem o pronunciamento de Tancredo, ministro também civil e que corajosamente mostrava-se leal não apenas a um chefe, mas a um princípio: só os ratos abandonam o navio na hora do naufrágio. Mas José Américo de Almeida abriu as cancelas da debandada: exortou que o presidente “afugentasse os espectos sombrio e ameaçadores com um grande gesto”. O antigo homem de 30, o candidato de 37, o presidente do partido da oposição em 45, trazia agora, para o seio do governo, a mesma sugestão dos adversários de Vargas: a renúncia. José Américo não chegou a falar em renúncia — palavra que andava no cabeçalho dos jornais adversários ao Catete. Falou no grande gesto e longe estava de supor que Getúlio responderia a todos, mesmo a José Américo, com um grande gesto.

Os outros ministros sentiram-se aliviados. Dividiram-se amorosamente entre a renúncia ou a resistência.

Silencioso, astuto no olhar, sutil no ouvido, Getúlio examinava não apenas o sentido de cada fala de seus ministros, mas os seus gestos, o tom de suas vozes, o movimento de suas mãos. Ele sabia o que cada ministro realmente pensava e desejava.

Súbito, a porta se abriu e entraram diversas pessoas que se mantinham do lado de fora. Alzira Vargas, uma das primeiras a entrar interpelou o ministro da Guerra:

— General Zenóbio, isto aqui não é uma simples manobra política. São vidas que estão em jogo, inclusive a minha, e por isso dou-me o direito de falar. O senhor sabe tão bem quanto eu que na Vila Militar nada foi alterado. E sem a Vila, pode alguém pretender dar golpes neste país?

A intromissão da filha do presidente na reunião ministerial desencadeou o bate-boca, quebrou o gelo protocolar daquela última sessão de um governo em morte.

Os ministros discutiam agora entre si. Zenóbio elevava a voz, batia no peito onde as cartucheiras demonstravam que ele estava disposto à luta:

— Vou botar a Vila na rua!”

O Brigadeiro Epaminondas também desabafou a seu modo:

— A solução é mandar prender o Juarez e o Eduardo Gomes. Acabamos logo com a crise!

Zenóbio provoca:

— E por que você não os prende?

— Não tenho mais tropa! Forneça você os homens e o local da prisão que eu vou lá e prendo os dois!

Os ministros se dispensavam o tratamento de excelência e se tratavam de você. Era um sintoma. Osvaldo Aranha resumiu os fatos e opiniões:

— Vejo três soluções: a primeira seria a resistência pessoal, ao preço da própria vida e à qual me declaro solidário desde logo. A segunda seria um balanço das forças fiéis ao governo para rechaçar militarmente qualquer tentativa contra a Constituição; e, finalmente, resta a solução da renúncia, mas esta seria uma decisão de foro íntimo e em cuja apreciação não nos cabe entrar.

Os dois homens de 30, os mais antigos ali naquela sala, os que mais conheciam Getúlio, haviam ferido a corda no mesmo ponto sensível. José Américo falara em grande gesto. Aranha falava em foro íntimo.

Amaral Peixoto, com a responsabilidade de parente e político, trouxe a habilidade pessedista ao debate: a fórmula contemporizadora. Nem resistência armada, nem renúncia. Nem o desespero, nem a humilhação. Antes, o meio-termo, digno para ambas as partes em jogo: a licença. A palavra, lançada no ar com segurança e cálculo, pegou. Era uma safada, não apenas para o governo, mas para aqueles homens que não sabiam, até então, se estavam sendo temerários ou covardes para consigo mesmos e para com a História. Getúlio resolveu encerrar a reunião, ao memos no que lhe dizia respeito.

A voz pausada, serena, anunciou:

— Já que os senhores não decidem, eu vou decidir. Minha determinação aos ministros militares é no sentido de que mantenham a ordem e o respeito à Constituição. Nestas condições, estarei disposto a solicitar uma licença, até que se apurem as responsabilidades. Caso contrário, se quiserem impor a violência e chegar até o Catete, daqui levarão apenas o meu cadáver.

A palavra cadáver foi soprada como as demais, sem qualquer emoção, sem qualquer vestígio de ameaça, mas também sem qualquer vacilação.

Ele deu um boa-noite geral e subiu para o quarto, no terceiro andar. Os ministros sozinhos agora, tinham no que pensar. Necessitavam redigir um comunicado oficial da reunião, dando conhecimento à nação de que o presidente resolvera solicitar licença do cargo. Tancredo redigiu a nota.

Foi uma estranha sensação aquela: voltar novamente ao quarto, ficar mais uma vez sozinho. Sua solidão, agora, era mais densa e calma. De há muito fatigara-se do poder — e, o que era pior, fatigara-se da vida. Conhecia os homens — o suficiente para mais nada esperar deles. Mas conhecia-se bastante bem — e por isso sabia que se apegaria não mais à vida ou a carne, mas aos conceitos que haviam formado e firmado a sua personalidade, o seu gosto é o seu peso de homem.

Lourival Fontes
Glauro Carneiro

A FACE FINAL DE VARGAS

(Os Bilhetes de Getúlio)

Atitudes contra corrupção

A HONESTIDADE PESSOAL

“Erram indignamente os que ainda duvidam da honestidade e pureza pessoal do Sr. Getúlio Vargas — declara Lourival Fontes — Nunca lhe percebi a fascinação pelo dinheiro, glória ou sexo. Mas ele não pôde evitar que gozassem de sua sombra os aproveitadores, os oportunistas e os corruptos. Até homens pobres e malnascidos, que o acompanharam no exílio, não resistiram à atração das graças. Tentei ajudá-lo a resistir a muitas dessas aventuras, mas hoje não deixo de confessar a inutilidade daquela esperança.”

Métodos e não o Homem

O ex-Chefe da Casa Civil de Vargas é enfático neste ponto: pode-se criticar alguns métodos do homem a quem serviu; pode-se fazer objeções a seus métodos políticos; pode-se apontar escolhas de maus auxiliares, mas jamais se poderá, sob pena de atentado à verdade histórica, querer incriminá-lo em qualquer ato de corrupção ou de desonestidade. Nessa questão de escolha dos auxiliares, inclusive, foi Vargas obrigado a servir-se e utilizar-se do material disponível à época. E frisa:

“Nenhum governo se pode livrar da imoralidade e das irregularidades. Neste socorro coletivo, escapam, algumas vezes, o pudor, a correção e a decência de um homem. Mas o naufrágio é geral para a Nação. O velho Nabuco de Araújo aplicava ao caso a teoria dos vasos comunicantes. Explicava que na corrupção geral não há classe ou categoria que se considere imaculada. A ilusão de muita gente em crer ora na Magistratura, ora na Igreja, ora no Exército, tem aí a justificação das suas amarguras e decepções.”

Prossegue Lourival Fontes na análise, repetindo o que já dissera a Medeiros Lima: “Antes ou depois de 1930, os homens não mudaram de padrão. A política era feita com a tradição de influências locais ou liberalismo do bacharelado. Mas precisamos considerar que, depois de 1930, houve um levantamento vertiginoso do País. Política e negócios passaram a ser sinônimos. O próprio custo das eleições abriu a oportunidade aos milionários e aos demagogos. É um ciclo de escândalos a que nenhum país escapou, começando pelos desregramentos dos Estados Unidos até os esbanjamentos da China Nacionalista. A própria penetração estrangeira cria nos dirigentes responsáveis um segundo espírito, que é nada nacional. Os nossos homens públicos não se afeiçoaram as escolas ou tradições morais. A pureza é alguma coisa contra a corrente. Quando alguém passa pelo governo ou pela política sem se poluir, não recebe a consagração do conceito público, sendo, ao contrário, até crismado de atrasado ou de inepto...”

O Sr. Getúlio Vargas, assim, sofreu o ônus de governar um país com decência. Não pode ser responsabilizado pelo que fizeram às suas costas, pois não tinha mil olhos para vigiar. Poucos corresponderam à sua confiança pessoal e entre esses me incluo imodestamente. Lembro-me de que, certa vez, perguntou-me por um adversário. Eu respondi que não o tinha visto nem procurado, e acrescentei que havia uma tal guerrinha de intrigas contra mim que eu já me sentia inibido. Respondeu-me sorrindo: “Eu rió dessas intrigas que me

fazem de você. Não se preocupe; você é da minha confiança e faz o que eu mando. Os outros, você mande à...". E usou uma expressão adequada mas não muito publicável".

O Carro de Landi

Este é um capítulo rico de bilhetes e comunicações e que muito honra e redime a figura de Getúlio Vargas. Vamos abordar alguns deles, sempre que possível com as suas estórias.

Um dia, o Sr. Getúlio Vargas foi assistir às provas duma corrida internacional de automóveis de que muito gostava. O corredor brasileiro Francisco Landi, mesmo sem carro apropriado, tirou o segundo lugar. O povo aclamou o Presidente e, aos gritos, reclamou um veículo para o corredor favorito. Dias depois, no jardim do Catete, estava um carrão aparelhado, solicitando-se ao Presidente que fizesse a doação. Ele praticou, como diz Lourival Fontes, "apenas um ato simbólico". Um deputado o acusou, semanas depois, de haver ofertado o automóvel com verba do Banco do Brasil. Não procedia a acusação e, com a lista dos ofertantes, foi ela destruída. Mas algum tempo depois, respondendo a inquérito, o Sr. Ovídio de Abreu reconstituiu a acusação. O Presidente irritou-se e mandou imediatamente verificar a denúncia para desmentir. Informou-lhe Lourival Fontes, para surpresa sua, que o fato era verdadeiro, a verba saíra do Banco do Brasil, a conta estava aberta.

O Presidente, muito sério, só fez dizer: "Vou mandar que eles devolvam o dinheiro ao Banco do Brasil". Nada mais soube Lourival Fontes, até o dia em que, depois do inquérito do Galeão, foi divulgado que o dinheiro voltara aos cofres públicos.

Outro caso relacionou-se com a venda dum sítio do Ministro Apolônio Sales a um Instituto de previdência. Vargas mandou que Lourival Fontes apurasse o caso, que se transformou, no final da investigação, apenas numa mentira infantil, numa acusação forjada para causar sensação na imprensa. Noutra ocasião, o Ministro Horácio Láfer foi acusado de patrocinar interesses. O Presidente também mandou apurar a denúncia. E foi concluído que se tratava apenas da apresentação feita pelo ministro de um deputado, a uma terceira pessoa, sem que o fato implicasse nenhum volume de negócios.

Certa vez, Getúlio despachou contra o pai da Deputada Ivete Vargas, sua sobrinha-neta, num processo da Lohner, sem que o parentesco de nada influísse. E quando D. Darcy, sua esposa, foi à Europa, para o Festival de Corbeville, Getúlio recomendou ao Chefe da Casa Civil: "Ela vai viajar como minha mulher e não como esposa do Presidente da República. Oriente o Governo para não dar qualquer publicidade, inclusive cambiais".

PROVIDENCIA DA REPUBLICA
GABINETE DO PRESIDENTE

Lourival

Exijo que se informe como
está sendo feito o trabalho
de conversão com países estrangeiros,
e se algum resultado
foi conseguido, nos últimos
três meses. Agora como fazer
para que a conversão seja feita
de acordo com as regras
internacionais.

Exijo que se informe como
está sendo feito o trabalho
de conversão com países estrangeiros,
e se algum resultado
foi conseguido, nos últimos
três meses.

Os Acordos Comerciais

"Desejo que você me informe como estão sendo feitos esses acordos comerciais com os países estrangeiros — indaga o Presidente — Vi, por acaso, publicado um com a Austria, no Diário Oficial. Agora vão fazer outro com a França. Até agora não fui ouvido e sei que estão fazendo coisas com as quais eu não estou de acordo. Procure saber do Itamarati, do Banco do Brasil e do Ministério da Fazenda. Esclareça isso".

A Vigilância Administrativa

Essa ânsia de participar de todos os atos do seu Governo, não deixando, na medida do possível, que ele empreendesse negócios contra os quais pessoalmente se opunha ou ignorava, está presente em várias mensagens de Vargas. Leiamos outras, que se referem ao caso:

"Na primeira audiência de hoje devo receber esse deputado italiano que vem tratar dos assuntos dum convênio ou acordo italo-brasileiro. No entanto: 1) não conheço esse convênio; 2) Ignoro por quem foi firmado; 3) Se tem aprovação do Congresso; 4) Qual a autoridade incumbida da execução desse convênio. Principalmente esse último quesito, preciso saber antes de conversar com o homem".

"Esse artigo duma missão americana que acaba de apresentar relatório sobre o abastecimento. Que relatório é esse que ainda não veio ao meu conhecimento? Fala em plano de alimentação que ainda não conheço e, depois, em plano ferroviário. Ora, o plano ferroviário está consubstanciado num

projeto enviado ao Congresso há quase dois anos. Lá se acha. Os americanos têm restrições em emprestar dinheiro aos nossos transportes sem a passagem desse projeto de reorganização que está há dois anos na Câmara dos Deputados. O Governo é que demora, brinca com o tempo, mas ninguém ataca o Congresso. Aliás, não é atacar, e sim apenas fixar as responsabilidades".

Contrabando

Vendo na imprensa notícias de contrabando em qualquer parte da nação, a reação do Sr. Getúlio Vargas era imediata:

"Saber do Coriolano que houve a respeito da entrada de uísque e outras coisas em Fortaleza, no Ceará, e que providências foram tomadas".

"Saber o que há de verdade sobre esses 800 milhões de cruzeiros de automóveis de passeio".

"Ao Lourival para transmitir ao João Neves que designei Maciel Filho para tratar do assunto do contrabando de divisas de café e cacau em virtude da sua função de Superintendente da Moeda e do Crédito; que este já apurou muita coisa; a rede é muito vasta e abrange vários setores. Hoje o Maciel irá entender-se com ele".

"Precisa falar ao Andrade Queiroz sobre a necessidade urgente de substituição dos elementos da Fazenda no desempenho de funções fiscais no Pará. Refiro-me especialmente à fiscalização aduaneira, aérea e postal. O contrabando vem nos aviões e até de armas. Já enviei a nota sobre nomes para o cargo. Onde está?"

Precisa falar ao Andrade
de Queiroz sobre a necessidade
urgente de substituição
dos elementos da Fazenda no
desempenho de funções fiscais no
Pará. Refiro-me especialmente à
fiscalização aduaneira, aérea e po-
stal. O contrabando vem nos
aviões e até de armas. Já en-
viei a nota sobre nomes para
o cargo. Onde está?

Fundo Sindical

Insistia Getúlio em que seus auxiliares investigassem as defraudações e negociatas para que o Governo não sofresse a publicidade desfavorável que tanto mal lhe trazia.

“Perguntar ao Segadas se realmente fracassou a sindicância sobre a dilapidação do Fundo Sindical. Que essas dilapidações apuradas prejudicam mais ao Governo que esses fantasmas de comunismo que muitas vezes é um disfarce para ocultar escândalos administrativos”.

“Saber do Chefe de Polícia sobre a marcha do inquérito sobre o Fundo Sindical, enviado pelo Ministério do Trabalho há vários meses. Já fiz essa pergunta mais de uma vez e ainda não tive resposta; 2º) Saber, também, do diretor do SAPS, como do MT, como vai o inquérito que se deve estar fazendo no mesmo SAPS”.

Banco de Crédito Cooperativo

“Que informações tem o Ministro da Agricultura sobre a sindicância no Banco de Crédito Cooperativo?”

“Pedir informações ao Ministro da Agricultura sobre o inquérito do Banco de Crédito Cooperativo. Parece que essa comissão está sendo entravada no desempenho de sua missão ou é incapaz”;

“Diga ao Ministro da Agricultura que promova a substituição dessa comissão de inquérito do Banco de Crédito Cooperativo. Parece que há interesse da mesma em ocultar o que lá se passou”.

Um Mandado de Segurança

Getúlio se revoltava com o descaso da gente que, por dever de ofício, se deveria interessar pela coisa pública.

“Examine esse processo e veja como uma solicitação de mandado de segurança ao Supremo Tribunal, feita por um interessado, longa e documentadamente, é informada pelo Ministério da Fazenda. A incúria e a displicência da informação a mim dirigida, merece que se conceda o mandato. Eu como juiz o faria. Não é ouvido nenhum defensor público, procurador ou coisa semelhante. No fim do processo, sem que se junte nenhuma justificativa ao ato oficial, uma escriptuária presta ligeira informação, quase dando razão ao impetrante. E isso remete-me para transmitir ao Supremo Tribunal”.

Em 24 de Março de 1953, o fiscal José Conrado Veiga, inquieto com os entraves postos à sua missão de sustar o contrabando aéreo em São Paulo, dirigiu carta ao Presidente, assim redigida: “Prezado e eminente amigo Dr. Getúlio Vargas — O caso do contrabando aéreo de São Paulo necessita da atuação direta do meu prezado amigo. No Ministério, nada mais conseguirei. Andrade Queiroz me informou, por telefone, para São Paulo, de que o Excelentíssimo Sr. Ministro não telefonaria mais para o Dr. Mário Beni, Secretário da Fazenda de São Paulo, que de início se recusou a entregar a mercadoria e agora deixou de responder ao ofício que lhe foi dirigido, contestando o parecer da Consultoria Jurídica. As forças ocultas estão agindo e penso que deva ser prestigiado o princípio da autoridade. Sabe V. Ex^a, de outros detalhes e precisamos vencê-los. A medida a ser tomada, no momento, seria a autorização de V. Ex^a para que eu falasse com o Exm^o Sr. Governador de São Paulo e, em caso de recusa, V. Ex^a, com a prudência e sabedoria do seu cargo e seu patriotismo, saberá o que deva fazer. Amigo incondicional e grato (as) José Conrado Veiga”.

Getúlio escreveu: “Leia essa nota. Parece que existe algo esquisito por trás disso. Converse com o fiscal José Conrado Veiga, autor desse bilhete. Talvez uma certa publicidade indiscreta esclarecesse essa resistência...”

A Colaboração Reclamada

Embora suas múltiplas obrigações teoricamente não dessem para o Presidente da República se ocupar de questões internas da administração média, tal não se dava.

“Convém chamar os Srs. Geraldo Teixeira e Osmar Carvalho, diretores de serviço indicados por mim para o IPASE. Consta-me que eles estão criando dificuldades e (querendo) desmoralizar o diretor do Instituto. Diga-lhes que precisam mudar de atitude e compenetrar-se de seus deveres de colaboração”.

“Indagar da Polícia que há sobre o noticiário de jornais referente ao furto de gasolina e lubrificantes, na Polícia, Fazenda e outras repartições”.

“Previna ao Maciel Filho que me envie com brevidade os informes sobre falcaturas na Viação e Obras Públicas, empreitadas etc”.

“Pergunte ao Vital sobre esse assunto da Maternidade Santa Cruz. Há muitas acusações sobre esse serviço”.

“Diga ao Segadas que suspenda a posse do novo diretor da Caixa da Leopoldina, em virtude das acusações contra ele trazidas pelo Amaral Peixoto”.

Um Ato de Hostilidade ao PSD

Há um bilhete curiosíssimo pelo qual se verifica que abrir inquérito no Brasil representa, às vezes, ato de hostilidade a partidos políticos...

1) “Na reunião do PSD houve uma declaração sobre a atitude a tomar relativamente à publicação do inquérito feito no Banco do Brasil. Consta que o Senador Ivo de Aquino fez uma declaração estranhando minha atitude contra o PSD. Será que um inquérito no Banco do Brasil é considerado inicialmente como um ato de hostilidade do PSD? Não tive esse propósito e estava mesmo longe de pensar em tal interpretação; 2) Que há sobre esse desfalque no IAPETC falado pelos jornais; 3) E essas acusações na Câmara à Rádio Nacional? Parece haver algum fundamento”.

Hospitais Particulares

O Presidente soube que certos Institutos encaminhavam tuberculosos a hospitais particulares havendo, à disposição, bons e aparelhados centros oficiais: “Dizer ao Ministro do Trabalho que há Institutos que pagam a hospitais particulares 120 a 150 mil cruzeiros por mês, no entanto criam dificuldades a enviar, por menos do que isso, ao hospital de Curicica. Espero que, no próximo despacho, ele me traga informações sobre esse assunto. Parece haver interesses criados que estão resistindo a essa orientação de colocar os tuberculosos em estabelecimentos oficiais bem aparelhados, para colocá-los em casas de saúde particulares, onde a cobrança de extraordinários encarece muito a despesa dos Institutos”.

Três Delegados

Em certa ocasião, o Presidente se surpreendeu de que fossem três delegados para um seminário, no estrangeiro, quando um, na sua opinião, bastaria. E escreveu: “Houve algum esclarecimento mais sobre aquele decreto de Exterior, nomeando uma comissão de 3 delegados para o Seminário? Mande o decreto”. Lourival Fontes, pouco depois, mandava

a resposta: "Sem ônus para o Tesouro. Pagos pelas entidades representadas".

O Caso do Algodão

Pedia sempre contas dos expedientes despachados e não chegados ao destino: "É preciso descobrir a exposição do Ministério da Fazenda sobre a venda de algodão. Essa exposição despachada para que se submetesse ao exame do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, há mais de uma semana não chegou, nem no Banco do Brasil nem no Ministério da Fazenda. A Secretaria da Presidência precisa informar para onde foi remetido esse expediente".

Muito Salário

O controle exercido pelo Sr. Getúlio Vargas chegava, às vezes, ao inacreditável. Não se falando de bilhetes costumeiros, tais como "Quanto ganha o Chefe de Polícia", há um em que ele reclama os altos salários pagos ao diretor de uma empresa estalal semifalida:

"Falar ao Ministro da Fazenda que o diretor da Costeira ganha muito para uma companhia falida — 32 mil cruzeiros por mês. Isso deve ser reduzido. Estava bom para o Cel. Coelho Cintra porque este emprestava à Costeira o alto prestígio do seu nome"

Secas e Auxílios

"É preciso falar ao Ministro da Viação sabendo como vão os serviços das secas do Norte; se está faltando verba, e se há algum pedido de crédito e onde se acha. Há grande falta de farinha e existe um regular estoque em Santa Catarina, Imbituba, que está se deteriorando. Saber da Comissão de Abastecimento do Nordeste que providências está tomando, quem está substituindo o Cabello nessa comissão etc".

O Desafio

Publicou o *Correio da Manhã* que o Sr. Getúlio Vargas facilitara negócios do Sr. Armindo Moura no Banco do Brasil. A resposta do Presidente foi a mais veemente: "Informaram-me que alguns jornais me acusam de facilitar negócios do Sr. Armindo Moura no Banco do Brasil. Nunca me interessei por qualquer negócio desse senhor nem de ninguém, nem dele recebi qualquer solicitação. Os cães que costumam cravar os dentes na reputação alheia ficam desafiados a provar o que alegam? E notou, mais embaixo, no mesmo bilhete: "Esse é o sentido de um desmentido a publicar, sem o caráter de uma resposta pessoal minha. A notícia foi publicada pelo *Correio da Manhã*. Conviria saber antes sua origem. Tenho ouvido falar nesse nome, como político contra o Etelvino; não me recorde de o ter visto".

CEXIM

"Falar ao Coriolando que estão me chegando notícias de várias concessões da CEXIM no regime de compensações em forma escandalosa, a troca de objetos de luxo e com alto ágio. É necessário que ele verifique isso com todo o rigor, pois me parece que ele está sendo iludido. Além do fumo, há vários outros negócios semelhantes. Insisto para que ele verifique que concessões foram feitas no regime das compensações e em que condições. Consta-me, também, que estão sendo revalidadas compensações já caducas".

Deve Pagar

Sabendo o Sr. Getúlio Vargas que um dos Institutos devia dinheiro à Campanha contra a Tuberculose, mandou advertir:

"Diga ao Presidente do IAPI, Afonso César, que é preciso mandar pagar à Campanha contra a Tuberculose, internamento dos seus. É o único Instituto que está em débito".

O interesse pela marcha dos inquéritos explica este outro bilhete: "Saber como vai o inquérito mandado proceder nos Correios e Telégrafos. Que providências tomou o Ministro da Viação".

Passando uma emenda no Congresso, autorizando o Governo a abrir uma verba de 4 milhões para o restaurante da Universidade do Brasil, Getúlio comentou, vigilante como sempre:

"Ora, os estudantes são alimentados pelo restaurante do SAPS, aqui no Rio, que tem verba de 10 milhões. Por que esses 4 milhões para o restaurante da Universidade, que ainda este ano ficou com os saldos orçamentários? Essa verba não deve ser para alimentar os estudantes. Estes são atendidos pelo Restaurante do SAPS. Por que essa emenda de 4 milhões? Quem irá alimentar-se com ela?"

A pretensão dos médicos do serviço público, de entrar em greve para forçar o atendimento de suas reivindicações, foi outro assunto que mereceu de Getúlio um bilhete: "Essa pretendida greve dos médicos, querendo impor ao Congresso o aumento dos seus vencimentos, como funcionários públicos, é uma coisa inédita. E o pior é que se trata de agitação promovida por um grupo comunista, apoiado pelos comunistas e procurando coagir os outros médicos. E isto ainda insuflado por um noticiário tendencioso. Chamar a atenção para a opinião sensata do País e a nota do Ministro da Educação. Publicidade nesse sentido".

"Alerte o Wainer para silenciar nesse assunto da greve dos médicos".

Punir os Culpados

A preocupação continua; apurar os fatos e punir os culpados...

"Informar o que ficou apurado sobre a denúncia da negociata dos automóveis para punir os culpados ou desmascarar o caluniador".

O Caso do Cônsul

Estranhou o Sr. Getúlio Vargas que um funcionário do Itamaraty, lotado para servir num local, o fizesse em outro:

"Luís de Souza Martins, cônsul privativo em Barranquilla, Colômbia, servindo em Bogotá. Determinar que vá servir no consulado de Barranquilla. Não se justifica um cônsul privativo servindo fora de seu consulado".

Lourival Fontes informou: "O Itamaraty providenciou a volta desse Cônsul Privativo para Barranquilla, a fim de exercer lá suas funções".

Tribunal de Contas

O Chefe da Casa Civil redigiu uma nota para o Presidente: "Soubemos que o Tribunal de Contas pretende negar o registro porque os prazos de execução dos serviços, que, no edital de concorrência era de quatro anos, foi reduzido para dois. Essa redução foi feita, porém, com pleno assentimento dos concorrentes, que assinaram os contratos, sem nenhuma majoração de preços e sem nenhuma outra compensação".

Getúlio escreveu ao pé da nota acima: "O serviço de dragagem é urgente. Os contratantes concordaram em reduzir o prazo de 4 para 2 anos. É o interesse público. Faça qualquer demanda para que não neguem registro".

Desastre da Central

Querendo definir bem as responsabilidades num desastre ferroviário da Central do Brasil, o Presidente da República mandou a comunicação a Fontes:

“Ainda sobre o desastre da Central. Resultou do choque de dois trens. Qual a causa desse choque? Até que ponto o Governo é responsável pelo choque de dois trens?”

Câmbio Fácil

Lendo na imprensa que fora concedida pela CEXIM câmbio para a aquisição de cavalos de corrida, pelo Sr. Euvaldo Lodi, no valor de 21 milhões de francos, Vargas recortou a notícia, pregou-a num papel e incisivamente mandou “perguntar ao diretor da CEXIM o que havia de verdade sobre aquilo, para desmentir”. Observe-se que ele, nesse bilhete, não admite nem a possibilidade de que o caso fosse verdadeiro.

E mais tarde, recomendou: “Prevenir ao Banco do Brasil (Carteira de Câmbio) que se deve examinar a possibilidade de apertar um tanto esse fornecimento de dólares para o exterior, principalmente para viagens, missões e conferências, pois está havendo exagero”.

Baixada Fluminense e DNER

Vargas não perdia oportunidade de colocar os termos nos seus devidos lugares.

“Diga ao Dr. Regis Bittencourt que estranho não tenha sido enviado o engenheiro. Este iria informar o Governo sobre técnica: qualidade, quantidade, possibilidade de transporte. Quanto ao convênio comercial e a moeda em que deve ser feito o pagamento, é assunto que escapa ao Departamento”.

“Falar ao Ministro da Viação sobre a situação dos serviços na Baixada Fluminense. Consta-me que estão muito abandonados. Os engenheiros não comparecem, os operários não trabalham, as canalizações estão sendo obstruídas etc”.

Publicidade do Governo

Insistindo na moralização administrativa, Vargas a colocava em termos de combate pessoal com os detratores. Queria colocar o povo no conhecimento do que estava ocorrendo e, por isso, desejava publicidade para a defesa do Governo:

“O discurso do Lâfer, de calorosa defesa do Governo, precisa ter uma boa divulgação no rádio e na imprensa. Isso é necessário como resposta a essa onda de negativismo propagado de uns e fraqueza de outros”.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Bacelar.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Magno Bacelar, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eptácio Cafeteira.

O SR. PRESIDENTE (Eptácio Cafeteira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT — MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, depois de bebermos os ensinamentos do nobre Senador Pedro Simon por 1h45min, eu precisava ter muita coragem para, com a minha humildade, ocupar esta tribuna; tanta coragem que, já que precisava dela, vim à tribuna. Desses ensinamentos, extraí a afirmativa do nobre Senador de que as instituições no Brasil estão funcionando. E é isso que nos anima.

— Sr. Presidente, Srs. Senadores, no momento em que no Congresso Nacional funcionam inúmeras comissões de inquérito, das quais fiz parte, talvez, da maioria delas, por ser assíduo; quando a Justiça do Rio Grande do Sul instaura uma turma de Juízes — o termo é turma mesmo — para julgar Prefeitos com denúncias de corrupção (pelo noticiário são oitenta Prefeitos); quando a guerra nos tribunais eleitorais vem-se avolumando, pela audácia e abuso daqueles que, em tendo as contas reprovadas, ainda tentam voltar a ser Prefeitos; no momento em que há um estado de espírito do povo brasileiro pedindo punição dos culpados — o Senador Pedro Simon falou, também, na busca das causas e no combate à impunidade —, venho à tribuna prestar uma homenagem ao Poder Judiciário.

No meu Estado — e não vai aqui regionalismo, apenas o exemplo —, todos os Prefeitos que tiveram as contas reprovadas, estão tendo as suas candidaturas negadas. E faria a justiça de dizer que o Congresso Nacional também funciona...

Há na Casa um projeto de autoria do nobre Senador Gerson Camata propondo que o Governo Federal sequer repasse verbas orçamentárias para Governadores e Prefeitos que tenham indicado para os seus quadros de auxiliares pessoas que têm processos. É bom ressaltar e vale a pena reconhecer o trabalho da justiça.

O Sr. Gerson Camata — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MAGNO BACELAR — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Gerson Camata — Agradeço a citação e reitero a importância da fala de V. Exª. Tem-se lido nos jornais e ouvido nas conversas, em todas as partes, que a CPI está passando o País a limpo. A meu ver, ela está fazendo um excelente trabalho, mas não está ainda passando o País a limpo. Enquanto se fazem acusações ao Sr. Paulo César Cavalcante Farias, há muita gente aproveitando-se do lusco-fusco e se locupletando. Porém, essa atitude do Poder Judiciário, que acontece também no Estado do Espírito Santo — ela é nacional —, vai passar o País a limpo. Todos aqueles que têm as suas contas rejeitadas, ou estão incursos em processos, estão tendo as suas candidaturas vetadas pelo Poder Judiciário. Aliás, obedecendo à lei, que não era obedecida até há pouco tempo, ou até agora. Na época da discussão e votação do Orçamento — V. Exª acompanhou, porque estava também na Comissão — apresentei uma emenda dizendo que nenhum centavo daquele orçamento poderia ser transferido a Estados e municípios cujos governadores e Prefeitos tivessem nomeado para cargos comissionados — portanto de sua livre escolha — pessoas que estivessem sendo objeto de comissões de inquérito ou que tivessem tido contas rejeitadas em tribunais de contas. Logo a seguir, me sugeriram que os fundos constitucionais teriam que ser retirados dessa proibição. Então, refiz a proposição, na Comissão de Orçamento, dizendo que à exceção dos fundos constitucionais — que são o Fundo de Participação dos Municípios, o fundo da educação, o salário-educação, que são os repasses previstos na Constituição — nenhuma outra verba, nenhum outro recurso poderia ser repassado para Governadores e Prefeitos que tivessem nomeado indivíduos desonestos, comprovadamente, para cargos comissionados. Mas V. Exª viu o que ocorreu no dia da votação no Orçamento. Na madrugada, na Comissão de Orçamento, a emenda passou; quando chegou ao Plenário, ocorreu uma coisa interessante: nenhum Líder, nem o do meu Partido, o PDC, apoiou a minha emenda. O que me levou, então,

a apresentar a contra-emenda: "Terão preferência no recebimento de verbas do Governo Federal Governadores e Prefeitos que comprovadamente tenham nomeado ladrões para cargos comissionados de sua livre escolha". Porque já que ninguém aceitou a emenda da honestidade, eu quis ver como reagiriam à contra-emenda, a emenda da desonestidade. E quase ela foi aprovada, por uma distração: mas que na hora retiraram a emenda. Pois bem, o PT votou contra. É interessante a justificativa dos Líderes. O Líder do meu Partido, o PDC, por exemplo, disse o seguinte: "A emenda é muito interessante, é patriótica, mas o PDC vota contra". E todos os Partidos encaminharam a favor e votaram contra. Transformei, então, a emenda num projeto de lei, que está aqui na Casa. Vamos ver se com esse clima criado pela CPI ele vai tramitar; ele já está há dois anos aqui e espero que na hora em que a CPI chegar às conclusões sobre a mudança na legislação, sobre as medidas que devam ser tomadas para evitar que ocorram novamente esses fatos que ela está registrando, ela até recomende a aprovação desse projeto de lei. Mas o importante, V. Ex^a ressalta bem e na hora oportuna, é esse apoio que tem que ser dado ao Poder Judiciário, que sei que é pressionado, muitas vezes, por fortunas; os juízes são pressionados nos seus municípios, mas estão mantendo uma atitude ímpar, no Brasil, cumprindo a lei nesse aspecto. Quem tem a conta rejeitada, quem está sub judice, quem está sendo investigado, não pode ser candidato nem a Prefeito, nem a vereador, nem a cargo eletivo. É oportuna a manifestação — repito — porque apóia essa ação do Poder Judiciário para passar o País a limpo. Muito obrigado pela citação, e pela lembrança do meu projeto de lei também.

O SR. MAGNO BACELAR — Agradeço o aparte de V. Ex^a, que engrandece o meu modesto pronunciamento, mas fiz justiça ao citar o projeto de V. Ex^a. E diria que não estou apoiando e dizia também o Senador Pedro Simon que não é preciso que se diga que é honesto, porque está cumprindo...

A justiça não está precisando do meu apoio, mas, tenho certeza, precisa do nosso reconhecimento. V. Ex^a diz que esses que malversaram a coisa pública são ricos e pressionam pelo dinheiro, pelos jornais. Quero registrar também um fato que ocorreu no Maranhão. Muitos deles estão indo à imprensa com matéria paga, de primeira página, para impressionar a justiça, que passa ao largo, julgando os processos com a maior isenção. Chegam a ponto de utilizar o jornal do ex-Presidente José Sarney para, em primeira página, dizer que têm o apoio o ex-Presidente, nosso Companheiro e Colega Senador José Sarney, do Governador Lobão, homens íntegros que, tenho certeza, desconhecem a manobra que alguns jornalistas estão permitindo seja feita.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGNO BACELAR - Com muita honra, nobre Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro - O nobre Senador Gerson Camata referiu-se a um projeto que se encontra há dois anos no Senado Federal. Como Presidente Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, temo que esse projeto esteja naquela da Comissão, de modo que eu gostaria que S. Ex^a esclarecesse em que pé se encontra esse projeto, em que Comissão. Porque se ele estiver na Comissão que presido, diligenciarei para que seja dado imediatamente o parecer.

O SR. MAGNO BACELAR — Agradeço a V. Ex^a nobre Senador.

O Sr. Nelson Carneiro — Eu gostaria que o Senador Gerson Camata esclarecesse onde se encontra o projeto, porque se não estiver na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não terei o trabalho de procurá-lo para dar andamento.

O Sr. Gerson Camata — Procurarei V. Ex^a, oportunamente, na Comissão. Ele está lá, mas com parecer contrário. Vou pedir até o apoio de V. Ex^a para ver se conseguimos melhorá-lo, revertendo o parecer.

O Sr. Nelson Carneiro — Fazer isso eu não posso, mas posso incluir na Ordem do Dia para que seja examinado pela Comissão. Mudar o parecer eu não posso, porque até hoje eu não avoquei nenhum projeto e me submeto sempre à decisão da maioria da Comissão.

O SR. MAGNO BACELAR — Sou testemunha disso, tenho a honra de fazer parte da Comissão que V. Ex^a preside.

O Sr. Alexandre Costa — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGNO BACELAR — Tenho a honra de ouvir V. Ex^a.

O Sr. Alexandre Costa — Nobre Senador Magno Bacelar, é muito louvável o protesto e o assunto que V. Ex^a traz à tribuna do Senado sobre a rejeição de contas de Prefeitos dos municípios brasileiros. Mas acho exagero, não posso ser solidário com V. Ex^a na regra geral. Não podemos, absolutamente, dar poderes a um tribunal de contas de município para vetar candidaturas. Ele julga as contas, mas sem sempre elas são desonestas. V. Ex^a, que é um velho Parlamentar do Maranhão, um homem experiente, que conhece todo o Estado, sabe o quanto as municipalidades são desprovidas de gente competente e capaz. Há contas que contêm erros de soma, erros de transferência de verba de um lugar para outro, e nem todas são desonestas. E por não serem todas desonestas não se pode aplicar a regra geral. A própria Constituição da República, V. Ex^a haverá de examinar, fala em contas insanáveis, erros insanáveis, rejeições insanáveis. Ora, se a Constituição fala em rejeições insanáveis, é porque admite que haja nessas contas julgadas pelos tribunais municipais. Nem todas são insanáveis. Conheço um caso semelhante ao que V. Ex^a citou. Por exemplo: o Prefeito da Cidade de Caxias, no Maranhão, as contas municipais são juntadas no todo; entra a Câmara dos Vereadores, entra a administração municipal. Vai o tribunal e encontra um erro nas contas da Câmara Municipal. Por que negar a aprovação da conta no todo, incluindo a da prefeitura municipal que não continha erro algum e era perfeitamente sanável, ou a da própria Câmara Municipal, também sanável? Penso que não podemos. Seria uma força imensa que se poderia dar e nós temos outros casos. Não conheço no Senado, mas conheço na Câmara Deputados que têm encostados no Supremo, pelas suas próprias imunidades, dois processos de peculato. E porque não são julgados no Supremo continuam sendo candidatos a vida inteira. Todos, de um modo geral. Então, não é possível, absolutamente. Concordo com V. Ex^a, penso que se deve moralizar o Brasil. Mas moralizar assim? Não! Trancando, evitando que um cidadão seja candidato por um veredito de um tribunal de município nem sempre muito capaz para fazê-lo; invalidando contra a Constituição Federal! Porque se o Tribunal negar, ele deveria dizer se a conta era sanável ou insanável, para que pudesse se enquadrar no artigo da Constituição Federal. Não diz. Apenas rejeita. Como disse o Senador Nelson Carneiro, demanda

quatro anos. Não há uma providência nem para sanar, nem para deixar insanável. Agora, às vésperas da eleição, entrar com recurso para evitar que aquele cidadão seja candidato? Não me parece uma coisa séria, se o Tribunal do Maranhão está cometendo esses desacertos, porque teria que, primeiro, verificar se o erro era sanável ou insanável. E não só o veredito do tribunal: "Rejeição de contas". Cabe à Justiça, justamente aos tribunais eleitorais, que são os desembargadores, os juízes capazes de julgamento, verificar o que é sanável e não sanável; rejeitar as insanáveis. — não podem ser candidatos — mas, naquelas sanáveis, o cidadão pode ser candidato. Tenho a impressão que essa minha intervenção no discurso de V. Exª ajudar-lhe-á no prosseguimento da luta para evitar que Prefeitos com contas insanáveis sejam candidatos. E conte inteiramente comigo, evitando que se faça injustiça generalizando, não permitindo a candidatura daqueles que têm contas rejeitadas, insanáveis. Muito obrigado.

O SR. MAGNO BACELAR — Nobre Senador Alexandre Costa, o aparte de V. Exª engrandece o meu discurso, principalmente porque sabe V. Exª que me tenho mantido ao longo dos anos seu eleitor exatamente pela admiração e pelo respeito que de mim merece.

Recolho a informação de que o fato de o Tribunal de Contas municipal opinar, não pode levar o Tribunal de Justiça a cassar Prefeitos. É verdade, nobre Senador.

O Tribunal de Contas, sabemos todos nós, é um órgão auxiliar como o Tribunal de Contas é órgão auxiliar da Câmara, do Senado e do Congresso Nacional como um todo. Ele opina, apenas emite parecer. Tivemos há pouco tempo, do Tribunal de Contas da União um parecer, no mínimo estranho, em que não queria aprovar as contas e não queria sequer indicar os erros. Há bem pouco tempo tivemos esse fato e que foi criticado aqui na tribuna.

Não admito também, nobre Senador, que o Tribunal de Contas municipal esteja sendo usado no Maranhão também para provar intervenções em municípios. Pela minha formação, sempre fui um homem contrário à violência, defensor do direito de resposta e não queria, no discurso desta manhã, levar para o ambiente regional, mas entendo V. Exª, aberto à exceção, ao citar a grande Cidade de Caxias. Eu também vou me valer do meu município, os Prefeitos do Município de Coelho Neto não prestam conta há mais de dez anos. A Câmara municipal não toma conhecimento desse fato e por isso mesmo rejeitou contas de Prefeitos que agora aparecem com uma nova ata, aprovada por uma câmara venal, dizendo que aquelas contas foram aprovadas. O escorço de nove a zero era o contrário.

É contra esses escândalos, sem querer particularizar, que este admirador de V. Exª vem à tribuna, não para endossar a intervenção que tem sido feita, indevidamente, em municípios do Maranhão, baseado e louvado tão-somente em contas do Tribunal de Contas dos municípios. Mas não deixo, nobre Senador. Quando a população de todo o País solta um grito preso na garganta pelas decepções e injustiças, pedindo a punição dos culpados, quando eu, que aqui fiz um discurso contra a criação de CPI, e, ainda, não estou — usando o termo do Sr. Ministro da Aeronáutica — sacrificando o Presidente da República. Eu sou daqueles que aguardam a decisão da Comissão, porque respeito a Instituição. Mas, neste momento, eu creio que é mais do que justo, mais do que honesto vir, aqui, e reconhecer a idoneidade e a isenção dos juízes do Maranhão e do País inteiro que, tenho certeza, saberão

separar o joio do trigo, a que V. Exª se refere, e julgar os processos com a dignidade e com a urgência que o caso requer.

O Sr. Elcio Alvares — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MAGNO BACELAR — Pois não. Ouço, com muita honra, o aparte de V. Exª, nobre Senador Elcio Alvares.

O Sr. Elcio Alvares — O seu discurso, Senador Magno Bacelar, está trazendo, por via oblíqua, um tema que é muito importante: a moralidade no trato da coisa pública. E, na verdade, nos últimos tempos, o Brasil tem assistido, de uma forma lamentável, uma onda de desmoralização, atingindo não só a coisa pública, mas também invadindo outros setores da vida nacional. Primeiramente, eu gostaria de enfocar o tema levantado pelo Senador Alexandre Costa. O problema do julgamento de contas de município precisa ter uma revisão no processo, e penso que essa forma procedimental de processar autoridades — inclusive — ou falar mais adiante sobre o problema do impeachment do Presidente precisa ser revista. Veja o seguinte: o Tribunal de Contas examina, num primeiro passo, as contas do Prefeito e às vezes constata verdadeiros absurdos, documentos forjados, recibos frios, e dá o seu parecer, porque o Tribunal de Contas não tem o condão de condenar quem quer que seja. De acordo com a lei vigente, ele manda para a Câmara Municipal de Vereadores, que aprecia o mérito da indicação do Tribunal. O Tribunal de Contas faz uma sugestão pela aprovação ou não. Aí é que acontece o absurdo. Geralmente os Prefeitos espertos, os Prefeitos sábios, os Prefeitos desonestos têm uma maioria na Câmara, é lógico. E aí é o problema do vereador fazer a ponte, o vereador ser empreiteiro de uma obra no pequeno distrito, e, no momento em que a Câmara julga — esse é que é o grave problema disso tudo — o processo tem uma decisão política: se a Câmara entender que o parecer do Tribunal de Contas, mesmo a evidência com documentos forjados, recibos manuseados, seja recusado pela Câmara, e aí não existe nada. Somente irá esse processo à Justiça, caso a Câmara Municipal entenda de consagrar o parecer do Tribunal de Contas, aí tem um segundo passo: mandar para o Promotor Público processar o Prefeito. No Espírito Santo — estou dando esse depoimento diante de dois magníficos Senadores do meu Estado: João Calmon e Gerson Camata, que aliás foi Governador do meu Estado com muito brilhantismo. Não conheço, com raríssima exceções, um parecer do Tribunal de Contas que tenha prosperado, com uma ou duas exceções, na História política do Estado, porque, geralmente, a Câmara recusa o parecer do Tribunal de Contas. Acho que quanto a forma de procedimento, o Senador Alexandre Costa tem razão; não podemos permitir, também, que um Tribunal de Contas às vezes, tenha se inspirado por dedos políticos. Isso, hoje, lá no Espírito Santo mudou. Os juízes do Tribunal de Contas do meu Estado, hoje, passam pelo crivo da Assembléia Legislativa mas, antigamente, eram nomeados pelos Governadores. Evidentemente, o fato de ser nomeado pelo Governador, por mimigo dileto, querido e havia um certo comprometimento político. E muitas decisões, sem colocar em dúvida a honorabilidade do Tribunal de Contas do Estado, muitas tiveram realmente um toque político. Porque no momento em que vão apreciar as contas de políticos, a coisa se envolve dentro de um processo político. Então, o que acho, realmente, é que há uma forma de procedimento que precisa ser revisada. Vou mais além: também, para se condenar alguém e decretar a inelegibilidade de alguém, é preciso que exista o processo

formado, concluído, com sentença transitada em julgado dizendo que o cidadão, realmente, cometeu atos de improbidade na vida pública.

De saída, condenar alguém ou afastá-lo de disputar qualquer cargo eletivo não é um procedimento nem democrático, nem justo e a justiça, sempre digo isso, pobre do processo que não acolhe o contraditório. Algumas vezes fiz restrição, em termos até da CPI, porque entendia que o contraditório tinha sido colocado à margem. Mas apenas gostaria, aproveitando o fulcro do seu discurso, de colocar esse problema de moralidade pública inteiramente a nu. O Senador Jutahy Magalhães, outro dia, teve a oportunidade de declarar aqui que todo homem público forçosamente teria de ter as suas declarações de renda exibidas ano a ano, mais ou menos isso, ou quem exercer um cargo, a propósito de um debate levantado pelo Senador Esperidião Amin, numa contenda entre o Governador Alceu Collares e o atual Secretário Nelson Marchesan. Acho que o administrador tem que ter a vida transparente. Nós, que exercemos a função pública, principalmente em funções executivas, temos que saber que a nossa vida tem que ser totalmente transparente. Agora o ponto principal a que eu gostaria de aludir: a emoção, neste momento, está sobrelevando a razão. O País está vivendo um clima de emoções que começa a contagiar vários setores da vida nacional, o que é grave. Assisti a um depoimento que considero altamente triste para a Comissão Parlamentar de Inquérito, sem entrar no mérito do Sr. Antônio Ermírio de Moraes, respeito-o como grande empresário. Foi um dos dias mais tristes da Comissão, porque à nossa CPI, tão ciosa de buscar as responsabilidades do Sr. Paulo César Farias, de tentar enquadrar o Presidente Fernando Collor de Mello, passou *in albis* sobre as declarações do Sr. Antônio Ermírio de Moraes. Não pode haver tráfico de influência sem que existam três pontas. Não tenho dúvida nenhuma de que o Sr. Paulo César Farias cometeu talvez um dos fatos mais negros da história política e administrativa deste País. Mas ele, sozinho, não receberia essa fortuna de bilhões de dólares. É preciso que tenha havido uma autoridade a nível de Governo, secretário ou Ministro, facultando o tráfico de influência. É preciso também que alguém tenha levado vantagem, para dar ao Sr. Paulo César Farias esse volume imenso de dinheiro que estorce a Nação. A CPI não pode parar somente no momento em que o Sr. Paulo César Farias e outros vão para o pelourinho da opinião pública; não pode parar no momento em que o Presidente da República, de forma oblíqua, também é atingido. Há uma obrigação maior da Procuradoria-Geral da República de investigar a fundo, porque se há um sentimento de moralidade — e esse é o tema do discurso de V. Ex^a — não pode ficar compartimentalizado a órgãos públicos ou envolvendo apenas políticos ou pessoas envolvidas com a máquina administrativa. Tem que atingir aqueles que favorecem exatamente uma prática altamente deletéria para a moralidade dos costumes. Então, Senador Magno Bacelar, seu discurso tem propriedade. Devemos engajar todo o País no momento em que todo ele se levanta dentro desse sentimento de moralidade; mas de uma moralidade que não ficará limitada à conveniência de um processo político. Essa moralidade tem que ser abrangente, total, uniforme. E apenas, encerrando o meu aparte, quero manifestar nesse momento também um cuidado, no momento em que começa a ganhar forma a discussão do **impeachment**, em que temos hipóteses, mesmo que o processo não venha ao Senado, é de bom alvitre que os Senadores, que formam o colegiado de juízes, para julgar num derradeiro

momento qualquer ato do Presidente da República, não percam de vista que somos juízes. Juiz não pode ser formador de prova contra quem quer que seja. É um princípio elementar de Direito: quem acusa não pode julgar.

Preocupei-me outro dia, quando verifiquei num grande jornal brasileiro, já uma relação dos Senadores que vão votar contra, dos que estão indecisos ou dos que ainda não têm opinião. Isso não é bom, porque os Senadores da República, caso aconteça o **impeachment**, que seria uma medida altamente prejudicial ao País. Hoje li com muita atenção as declarações do Ministro Paulo Brossard que repetem, inclusive, conceitos contidos em seu livro sobre **impeachment**. Temos que ter esse cuidado: nós Senadores somos políticos, devemos discutir a matéria como políticos, mas não podemos, de forma nenhuma, formar juízo de valor. No momento em que o Senador, que integra o Colégio de juízes, Colégio presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal — vejam só que não é apenas um julgamento político, é um julgamento que envolve as mais altas responsabilidades — o Senador, não pode, de maneira nenhuma, prejulgar, porque, se o fizer, não poderá participar de um julgamento tão importante para a vida da Nação, em que vai se decidir, se acontecer, o destino deste País. Perdoe-me, aproveitei o pronunciamento de V. Ex^a, dentro dessa crise da moralidade para dizer que os procedimentos têm que ser bem examinados, para que não permitamos, à luz da emoção, que se cometam desatinos, mesmo que sejam praticados em nome da democracia brasileira.

O SR. MAGNO BACELAR — Nobre Senador Elcio Alvares, usando as palavras de V. Ex^a, agradeço pelo pronunciamento que enriquece o meu discurso.

E quero ter o cuidado também de não extrapolar o tempo, porque, polidamente, iniciei criticando o abuso do mesmo.

Gostaria de concluir o meu raciocínio, Sr. Presidente, esclarecendo ao nobre Senador Elcio Alvares que não tenho intimidade com qualquer dos Desembargadores do Maranhão. Não vim à tribuna para defender julgamentos injustos; não vim à tribuna para endossar a prática de intervenção em municípios, baseada em pareceres de um Tribunal de Contas Municipal. Vim para defender o julgamento justo, com processos completos em que o promotor e o juiz participem, onde a Câmara de Vereadores tenha a idoneidade para julgar as contas dos Prefeitos. Nobres Senadores, vim aqui para defender a liberdade, para exaltar a justiça.

Disse também que não estou prejulgando o Presidente da República, mas me guardo para julgá-lo com a dignidade que o povo me conferiu, no momento oportuno. Não é uma adesão, não é uma defesa, é uma declaração de honestidade — a honestidade que me trouxe a esta tribuna nesta manhã —, para dizer ao povo brasileiro, que clama por justiça, que estou solidário com ele.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGNO BACELAR — Ouço V. Ex^a com muito prazer, nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Magno Bacelar, V. Ex^a está dissertando sobre um assunto que interessa a todos aqueles que acompanham as eleições deste ano; e são muitos os casos que têm ocorrido nos diversos Estados a respeito dessa questão que V. Ex^a aborda. Em primeiro lugar, acho que a nossa lei dá o direito de defesa. Quando as contas são rejeitadas pelo Tribunal, havendo recusa para a Justiça, o candidato não está impedido de concorrer à eleição. Quando

não há recurso para a Justiça, sim, o candidato é impedido. Não tendo havido recurso, a presunção é de que foi aceita a decisão. Nesse aspecto a lei foi, até certo ponto, sábia. Antigamente, a própria aceitação da denúncia já determinava a inelegibilidade do candidato. Não era necessário haver o julgamento e a condenação; bastaria a aceitação da denúncia. Noutro dia, tive oportunidade de dizer que eu, que sempre defendia a tese de que a denúncia não deveria ser considerada suficiente para alguém ser inelegível, paguei pela língua. Se essa lei ainda tivesse vigência, o Governador do meu Estado não seria candidato porque eu o denunciarei, a denúncia foi aceita pelo Supremo Tribunal Federal. No entanto, ele foi candidato a Governador por aquilo que eu sempre defendi: que alguém deveria ter direito de ser candidato se não tivesse a decisão da Justiça. Esse o aspecto que gostaria de frisar de que a lei permite recurso. Não havendo recurso, ficaria inelegível. Quanto à outra parte do **impeachment**, de termos aqui uma opinião, acredito que nós, como qualquer cidadão, temos o direito de opinar. No momento em que formos chamados a julgar, faremo-lo diante de fatos, de documentos, de provas, de manifestações e declarações dos acusados e dos que estão acusando. Portanto, não há um prejulgamento de fato a respeito de qualquer assunto, mas há numa manifestação de opinião que nós, como políticos, como cidadãos, como Senadores, temos o direito de opinar. O que tenho visto, acompanhando esse processo, não faz com que deva ainda esperar o relatório da CPI. Pelo que conheço, já me faz ter um ente de razões. Se depois os Srs. Advogados, o Senhor Presidente da República vierem aqui para debater a questão e mostrar que aqueles documentos não são verdadeiros, no caso, teremos que fazer outro tipo de julgamento. Porém, não há o prejulgamento que torne impeditiva a nossa presença na hora da decisão.

O SR. MAGNO BACELAR — Agradeço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Jutahy Magalhães, bem como os apartes que, tenho a certeza, engrandeceram o meu pronunciamento. Tive a honra de ser aparteado por Senadores do mais alto nível, como é o nível de todos que ocupam esta Casa.

O Sr. Alexandre Costa — Permite-me V. Ex^a um aparte.

O SR. MAGNO BACELAR — Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Alexandre Costa — Como vê, nobre Senador Magno Bacelar, estamos alinhados. Penso tal e qual como V. Ex^a descreveu no seu discurso. Aliás, V. Ex^a sempre andou ao lado das boas causas. Conheço-o de longa data. A objeção que fiz foi só à injustiça de se generalizar; se não se generalizar, acho que V. Ex^a luta por uma causa das mais justas, que é a moralidade da vida administrativa do Brasil. Tem que ver, tem que examinar as nuances desses processos em Tribunais de Contas. Como disse o Senador Elcio Alvares, vai à Câmara de Vereadores; nem sempre elas submetem ao Plenário; prendem. Como posso ser prejudicado, se V. Ex^a, por exemplo, não submeter ao Plenário uma rejeição de conta do município? Tem tudo isso. Conhecemos demais? Ninguém conhece mais do que V. Ex^a sou apenas um auxiliar que quer arrumar as prateleiras, colocar as coisas nos lugares para que não se generalize, apenas por uma rejeição de conta de um município, a desonestidade nas prefeituras municipais do Brasil. Fora isso, estou inteiramente de acordo com V. Ex^a Fora isso, acho que não devem ser candidatos aqueles que praticaram a desonestidade. Fora isso, acho que os tribunais devem agir com o mais alto rigor — a Justiça Eleitoral — para evitar

que continue o processo de desmoralização das administrações públicas municipais no Brasil. Muito obrigado.

O Sr. Magno Bacelar — Muito obrigado, nobre Senador, e não poderia ser diferente. Jamais colidi as minhas idéias com as de V. Ex^a, exatamente pelo que disse anteriormente: a admiração que tenho por V. Ex^a é porque V. Ex^a a merece.

Quero concluir, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V. Ex^a e agradecendo ao nobre Senador Ney Maranhão, que me cedeu a oportunidade de dizer, que: ao povo brasileiro, a quem tudo falta, deve restar pelo menos o consolo de que as instituições estão funcionando e que nós aqui estamos vigilantes em busca da justiça e da liberdade.

Obrigado, Sr. Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa — Chagas Rodrigues — Cid Sábola de Carvalho — Elcio Alvares — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Jarbas Passarinho — João Calmon — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaça — José Paulo Bisol — Jutahy Magalhães — Maurício Corrêa — Meira Filho — Nelson Carneiro — Ney Maranhão — Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — A Presidência recebeu, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais e do Movimento pela Ética na Política, manifestações de apoio à Comissão Parlamentar de Inquérito criada para investigar as denúncias sobre as atividades do Sr. Paulo César Farias, reafirmando sua confiança nos trabalhos do Congresso Nacional.

O expediente será encaminhado à Comissão criada pelo Requerimento nº 52/92 — CN.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 638, DE 1992

Nos termos do art. 210 do Regimento Interno, requeiro a transcrição, nos Anais do Senado, do documento "A crise política e a Nação", do Presidente da Força Sindical, Luiz Antônio de Medeiros, que expõe a posição da central sindical sobre a CPI que investiga os negócios do empresário Paulo César Farias com setores do Governo e sobre a crise política.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1992. — **José Eduardo.**
(*A Comissão Diretora.*)

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — De acordo com o art. 210, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 639, DE 1992

Requeiro, nos termos do art. 50 e do art. 49, inciso X da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, as seguintes informações:

1. Quais são os objetivos do programa de Leitorado que o Governo brasileiro mantém no exterior?
2. Qual a importância do Leitorado para a divulgação da língua, cultura e educação brasileiras no exterior?
3. Qual o número de leitores brasileiros mantidos pelo Governo brasileiro no exterior, por país e grupo de atividade?

4. Qual a forma de pagamento desses serviços, natureza de contrato de trabalho e o montante pago a cada um?

5. Como é determinado o valor do pagamento de cada um dos leitores?

6. Os leitores brasileiros trabalham ou prestam serviços em qual tipo de instituição estrangeira?

7. Há alguma vinculação entre os acordos culturais assinados com governos estrangeiros e as atividades dos leitores?

8. Qual a norma jurídica ou regimental que regulamenta o trabalho e a forma de contratação dos leitores?

9. Há algum estudo do Ministério das Relações Exteriores para regulamentar ou mudar a regulamentação do trabalho dos leitores brasileiros em exercício no exterior?

Justificação

Os programas de leitorado, mantidos pelo Governo, destinam-se, em regra, ao desenvolvimento de atividades culturais e educacionais, de coordenação e apoio às formas de divulgação da língua, cultura e educação nacionais no exterior.

Sabe-se que o Brasil vem mantendo programas de leitorado, há muito tempo, no exterior. Porém, faltam informações sobre os resultados desse empreendimento nacional, desenvolvido através da coordenação do Ministério das Relações Exteriores.

Temos recebido informações que os leitores brasileiros desempenham importantes funções junto a universidades estrangeiras, apoiam o desenvolvimento dos estudantes brasileiros inscritos em programas de pós-graduação no exterior, desempenham atividades fundamentais para a promoção da cultura pátria, entre outras atividades, mas, apesar disso, não recebem, por parte do Governo brasileiro, o apoio e as garantias trabalhistas e legais necessárias ao bom desempenho de suas atividades, a exemplo dos contratados locais das embaixadas brasileiras.

Tendo em vista que é prerrogativa constitucional do Poder Executivo a iniciativa de regulamentação de seus planos de cargos e salários, bem como a instituição de cargos e funções, há que se saber dos órgãos responsáveis se há algum projeto ou disposição governamental em regulamentar a atividade dos leitores brasileiros, dispondo sobre o regime de contratação e remuneração.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 1992. — Nelson Carneiro.

Ao exame da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III, do art. 216, do Regimento Interno.

Esgotado o tempo destinado ao Expediente
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão em turno único, da Redação Final das Emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1989 (nº 1.148, de 1988, na Casa de origem), oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 257, de 1992, de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre as ações de prevenções e controle das zoonoses urbanas e dá outras providências.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem apresentação de emendas, a Redação Final é dada como definitivamente aprovada, nos termos do art. 324, do Regimento Interno.

O projeto volta à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1989 (nº 1.148, de 1988, na Casa de origem.)

Dispõe sobre as ações de prevenção e controle das zoonoses urbanas e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

(corresponde à Emenda nº 3 — CAS)

Dê-se ao inciso II do art. 3º a seguinte redação:

“II — autoridades de saúde: as autoridades competentes dos órgãos integrantes da estrutura organizacional das Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”

EMENDA Nº 2

(corresponde à Emenda nº 2 — CAS)

Dê-se ao inciso III do art. 4º a seguinte redação:

“III — proteger a saúde da população urbana, mediante o emprego dos conhecimentos e experiências de saúde pública.”

EMENDA Nº 3

(corresponde à Emenda nº 1 — CAS)

Dê-se ao caput do art. 8º a seguinte redação:

“Art. 8º São obrigados a notificar as zoonoses que as autoridades de saúde declarem como de notificação obrigatória, além das pessoas previstas no artigo 8º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, as seguintes:”

EMENDA Nº 4

(corresponde à Emenda nº 4 — CAS)

Suprima-se do texto do artigo 19 a expressão “e dos Territórios.”

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Item 2:

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1992 (nº 83/91, na Câmara dos Deputados), que altera o artigo 29 da Constituição Federal.

Nos termos do art. 363 do Regimento, transcorre hoje o último dia para discussão da matéria e apresentação de emendas que não envolvam o mérito.

Em discussão a proposta de Emenda à Constituição nº 7, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria constará da Ordem do Dia da sessão ordinária da próxima terça-feira, em fase de votação.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Item 3:

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1992, de autoria do Senador Jutahy Magalhães e outros Senadores, que dá nova redação ao artigo 47 da Constituição (3ª sessão de discussão).

Em obediência ao disposto no art. 358, § 2º, do Regimento Interno, transcorre hoje o terceiro dia de discussão da proposta e apresentação de emendas assinadas por um terço no mínimo, da composição do Senado.

Em discussão a Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1992, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão terá prosseguimento na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o abastecimento alimentar do País tem sido uma das minhas maiores preocupações na vida pública. Até agora não estou convencido de que um país com a enormidade geográfica do nosso e com uma pujante agricultura tenha que passar pelo descalabro da falta de abastecimento. Não me convence também existir em nosso País esta realidade que nos constrange e que nos envergonha: o brasileiro passa fome, apesar de ser um País primordialmente agrícola.

Há como que um apelo mundial para que o mundo inteiro entre na era da modernidade. Sobre esta não quero pronunciar-me no momento. Só que esta modernidade está grassando pelo mundo afora, convivendo, sem uma reação de monta, com 1 bilhão e 200 milhões de seres humanos famintos. Em meio a essa tragédia que envergonha qualquer homem público responsável, perpassa um fatídico humor negro. Enquanto milhões e milhões de seres humanos passam fome, 35% da produção mundial de grãos são usados para alimentar animais. É o que falam as estatísticas publicadas na *Folha de S. Paulo*, num artigo do Sr. Antônio Ermírio de Moraes.

Diante disso, quem poderá dormir tranquilo se quiser levar realmente a sério sua vida pública? Como se pode conceber que animais tenham precedência na alimentação a serem humanos que dependem do alimento para viver? Um grito é pouco! Centenas de gritos é que devem ser dados! É o grito da indignação! Que pelo menos não tenhamos perdido a capacidade de indignar-nos!

Mas não basta indignar-se. É preciso buscar alternativas, porque a solução para o povo é a Lei Suprema!

A década de 90 é preocupante para o cientista Lester Brown, porque, segundo ele, a produção de alimentos no mundo está diminuindo cada vez mais. O mundo terá um prejuízo de cem milhões de toneladas de grãos graças, unicamente, à devastação do solo e à diminuta resposta que as plantas estão dando aos fertilizantes químicos.

Um dos problemas que a Rússia carrega em sua pouca produção agrícola é justamente a alta erosão do seu solo.

A China padece problemas semelhantes pelo cansaço de suas terras usadas por tantos séculos e devido à imensa densidade demográfica.

O Brasil, todavia, possui 150 milhões de hectares agrícolas. Temos sol e temos água em abundância. Há terrenos degradáveis em certas regiões, mas a maior parte de nossas terras é adequada à adubação e à mecanização modernas.

No entanto, estamos diante de um desafio que é “acelerar a modernização da agricultura, melhorar a armazenagem e baratear os portos. Isso nos daria muito emprego, mão-de-obra mais qualificada e melhores salários”. (Cf. Antônio Ermírio de Moraes — idem).

Quando penso no abastecimento brasileiro, Sr. Presidente, meu pensamento se volta para a China Continental e para uma frase do seu líder maior, Mao Tse-Tung, que dizia: “Povo de barriga cheia não pensa em revolução”.

O Brasil é um País agrícola com um clima totalmente favorável à agricultura. Façamos, então, agora, o paralelo entre o Brasil e a China Continental. No Brasil vivem 140 milhões de almas e na China 1 bilhão e 200 milhões. O problema da China é alimentar sua enorme população. Para alimentar um país tão grande, o abastecimento é seu problema maior. Apesar disso, na China ninguém morre de fome, ninguém pede esmola. Só 18% de suas terras são agricultáveis e, dessas, 60% são plantadas manualmente para que todos possam ter emprego certo. Esses 18% das terras agricultáveis na China significam 7,8% da agricultura do Planeta e alimentam 22% da população da Terra.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Senador, ao final do pronunciamento de V. Ex^a, eu gostaria de dar um aparte sobre outro assunto.

O SR. NEY MARANHÃO — Terei o maior prazer em ouvi-lo, nobre Senador.

Já o Brasil, se quiser, pode-se transformar na Califórnia da América Latina, principalmente o Nordeste, pela viabilidade do rio São Francisco, pela irrigação das terras e pelas construções dos açudes. Como resultado, teríamos o abastecimento do País e a exportação dos grãos que sobrassem para o mundo.

A China produz 600 milhões de toneladas de grãos. O Brasil, que tem dez vezes menos a população da China, produziu na última safra 70 milhões de toneladas e nós sentimos satisfeitos com esse resultado.

O Governo liberando verbas, como acaba de fazer, para o reajuste de preços mínimos e prorrogando o empréstimo, fará com que a produção agrícola seja bem maior no próximo ano.

Minha preocupação com o abastecimento no País, Sr. Presidente, se refere muito mais ao atendimento às classes menos favorecidas, que, até agora, não receberam nenhuma atenção e nunca a mereceram dos nossos dirigentes públicos. O abastecimento tem de contar com um órgão federal que ajude a equilibrar as distorções existentes, voltando-se, de modo especial, para a população mais pobre, que é a maioria dos brasileiros. Foi criada a Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB, que está aí para servir menos aos que estão bem, porque destes os supermercados cuidam, e, muito mais, dos que ganham de um a três salários mínimos.

Como criticar é bem mais fácil, Sr. Presidente, e como estamos buscando soluções para abastecer as camadas mais pobres da população, creio que uma delas, para atingir milhões de brasileiros que precisam de comer e a preços bem mais baratos, é nos servirmos das padarias. Estas foram engolidas pelos supermercados, servidores das classes alta e média-média. Mas existem por este País afora mais de 116 mil padarias nos bairros e periferias das grandes cidades. É para elas que nos devemos voltar. Por intermédio delas poderemos atingir 35 ou 40 milhões de brasileiros não afortunados.

Quatorze produtos alimentícios principais e mais uns seis produtos de limpeza seriam repassados às padarias pela CONAB. Assim, esta ajudaria a população mais carente e, por tabela, o médio, o pequeno e o microempresário, prestigiando-lhes os sindicatos.

Parece uma solução simples, Sr. Presidente. No entanto, para que aconteça é preciso a conscientização dos homens públicos e técnicos do Governo de que o abastecimento pleno das populações carentes passa pelo suporte das padarias dos bairros e periferias das grandes cidades. Os homens da Conab, mais do que quaisquer outros, devem estar conscientes disso, têm que acreditar que essa é uma solução possível. Vejo nisso, para a população mais pobre, uma solução definitiva.

O abastecimento alimentar, Sr. Presidente, é um desafio para qualquer governo, principalmente para o nosso, graças à dimensão do País e à precariedade de acessos viários em certas regiões. Mas a Conab tem que superar qualquer desafio que se lhe anteponha, porque, entre seus objetivos, dois deles são incisivos nos termos que estamos defendendo até agora:

1º — suprir carências alimentares nas áreas desassistidas ou não suficientemente atendidas pela iniciativa privada;

2º — fomentar o consumo dos produtos básicos e necessários à dieta alimentar da população carente.

Em termos sociais, a Conab, segundo seus estatutos, “poderá servir supletivamente à população não suficientemente atendida pelo setor privado, apoiar a produção, a agropecuária e a circulação de gêneros alimentícios e atender à necessidade de abastecimento alimentar da população.

Como esse dado, cremos que os médios, pequenos e microempresários merecerão atenção bastante especial da parte do Governo.

O abastecimento alimentar de populações desassistidas é o papel político, econômico e social da Conab. Esta é a presença do Estado na mediação de conflitos de interesses entre os produtores e consumidores, provocados principalmente pela sazonalidade da produção agrícola e pela vital importância que ela representa na formação da cesta básica necessária à sobrevivência da população, principalmente, do segmento mais carente.

Finalmente, Sr. Presidente, para minimizar a miséria daqueles que não têm o que comer, ou, se têm, compram os alimentos por um preço exorbitante, o Governo, através da Conab, tem que “regular e reduzir os preços aos consumidores de alimentos básicos junto às populações de baixa renda”. As padarias dos bairros e periferias seriam uma viável solução.

Sr. Presidente, à margem do abastecimento nacional, o Governo mantém programas sociais de complementação alimentar, a cargo da IBA, do INAN e da FAE. São programas voltados para a infância e para os estudantes carentes.

O quarto objetivo da Conab é formar estoques reguladores e estratégicos, objetivando absorver excedentes e corrigir desequilíbrios decorrentes das manobras especulativas. Com isso, afirma-se que a CONAB tem estoques e penso que nada mais natural que o Governo seja atendido pelo Governo, quando possível.

Aliás, foi aprovado, nesta Casa, Projeto de nº 14, de 1991, de minha autoria, que dispõe sobre a obrigatoriedade de órgãos da Administração Pública Federal realizarem suas compras na Companhia Nacional de Abastecimento, nos programas institucionais de combate às carências nutritivas, o que promoverá uma sensível redução de custos. O Governo já está cumprindo o meu projeto, no sentido da moralização da coisa pública, pois a Conab tem um controle de qualidade em todos os estados de Federação.

Sr. Presidente, o abastecimento alimentar do País grita por uma rápida solução. As populações carentes precisam de cuidados imediatos. Agilizando o processo de abasteci-

mento do País, estaremos realizando a redenção da fome de milhões de brasileiros.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Ouço, com a devida atenção, o meu amigo, Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Ney Maranhão, agradeço a compreensão de V. Exª, porque o momento oportuno para este aparte seria durante o discurso do Senador Pedro Simon. Evitei fazê-lo, entretanto, porque a Mesa estava, reitadamente, avisando que o tempo já se havia esgotado. Sabendo que V. Exª seria um dos oradores seguintes, preferi aguardar este momento, embora o assunto seja totalmente diferente daquele que pretendo abordar. V. Exª deu um aparte ao Senador Pedro Simon, dizendo que o Relatório Link afirmava que não havia petróleo no Brasil. Trata-se de um equívoco, Senador, aliás muito difundido neste País, que acabou se tornando uma verdade pela despreocupação de tomar conhecimento do real teor do Relatório Link. Ele não diz absolutamente isso. A preocupação do relatório foi mostrar que a empresa deveria aplicar preferencialmente os seus recursos na exploração de óleo onde já havia sido determinada a sua existência. Por outro lado, apontava as possibilidades de se encontrar petróleo em outras áreas, inclusive submarinas. Não tínhamos, na época, nem a técnica, nem os recursos necessários para fazermos essas prospeções. Então, essa afirmação do Relatório Link de que não havia petróleo no Brasil, V. Exª me desculpe, é uma versão infundada. Sei que V. Exª está transmitindo uma informação que é a mais difundida no País. Ainda outro dia, tive a oportunidade de pedir a transcrição, nos Anais, de um artigo que li, elaborado por um engenheiro da Petrobrás naquela época, em que ele demonstrava todos os pontos do Relatório Link. O Senador Jarbas Passatino, nosso companheiro, acompanhou essa questão e a conhece bem. No Governo de Getúlio Vargas, esse relatório foi aprovado. O presidente da Petrobrás, naquele período, era o general Juracy Magalhães, meu pai. Por essa razão, tive a preocupação de estudá-la mais profundamente. Por isso, V. Exª pode ter a certeza de que é um equívoco o que se afirma nesses relatórios. Basta lê-lo — é um relatório grande, dá trabalho tomar conhecimento dele — para mudar de opinião. Naquele período eu não era participante político, acompanhava como estudante apenas, e aqueles a quem seguia na época não participavam da banda de música da UDN; mas quero fazer justiça e figuras extraordinárias como as de Aliomar Baleeiro, Afonso Arinos, Pedro Aleixo e Adauto Lúcio Cardoso. Eles não eram golpistas. Podiam até divergir — dentro daquele espírito de moralidade que, muitas vezes se dizia possuir a velha UDN —, mas não viviam nas portas de quartéis para dar golpes. V. Exª teve o exemplo de que, mesmo tendo apoiado a Revolução, participando do Supremo Tribunal Federal, eles tomaram atitudes de reação contra qualquer ato de arbítrio, pela coragem cívica que tinham, para examinar, discutir, debater e enfrentar situações. Quanto ao caso Alcení Guerra, que foi outro ponto do aparte de V. Exª, esse Ministro perdeu a credibilidade pelas denúncias e, inclusive, foi afastado pelo próprio Presidente da República. Desconheço o andamento do processo. V. Exª, que tem experiência no Congresso, sabe que CPI, para produzir efeitos, deve poder acompanhar e rastrear cheques, fazer levantamentos de sigilos bancários e de sigilos fiscais para poder examinar. Se for à base de depoimentos, será apenas um confronto de opiniões, sem criar condições para que crime

por perjúrio seja punido. Confesso que, às vezes, eu ficava revoltado com aquelas testemunhas que se apresentavam com cinismo, como aquelas secretárias que aqui vieram depor, e inclusive o Sr. Cláudio Vieira. Por essa razão, não há possibilidade de se fazer apurações exclusivamente na base de depoimentos. Agora, podendo fazer os levantamentos, chegaremos a algumas conclusões. É o que ocorreu na CEME. Quais são os responsáveis? Vamos ver, não sei quais são, mas alguma coisa de podre aconteceu! Está sendo comprovado!

O SR. NEY MARANHÃO — Senador Jutahy Magalhães, ouvi com atenção, como sempre, o pronunciamento e o aparte de V. Exª concernente ao Relatório Link. O Governador, Senador e ex-Presidente da PETROBRÁS, o seu famoso pai, é homem por quem tenho grande respeito. Na época do Marechal Cordeiro Farias, que por sinal era o meu padrinho, eu o visitava às vezes quando o pai de V. Exª era Ministro das Relações Exteriores. Esse relatório, eu o vi superficialmente e creio que V. Exª tem suas razões quando diz que a maioria da opinião pública pensava que não existia petróleo. Havia grande dificuldade em se achar o petróleo. Concordo com V. Exª

Com respeito à banda de música, não sei se V. Exª entendeu bem. Esse aparte foi muito oportuno. Há de reconhecer V. Exª aquela figura inteligente de demolidor que comandava as oposições: Carlos Lacerda. Esse 1.º que eu chamava o chefe da Banda de Música.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Exª um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Pois, não, nobre Senador.

O Sr. Jutahy Magalhães — Carlos Lacerda não era chefe da banda de música, ele era realmente o demolidor.

O SR. NEY MARANHÃO — Demolidor e Líder da UDN.

O Sr. Jutahy Magalhães — Com relação à chamada banda de música, com a qual eu não concordava, V. Exª vai permitir-me tecer alguns comentários. Ocorreu até um fato histórico, para mim ocasional. No dia 23 de agosto de 1954, tive oportunidade de estar com o ex-Presidente Getúlio Vargas no Catete, na companhia de meu pai e de outros políticos da Bahia. Estávamos vindo da Bahia de uma convenção da UDN que havia ocorrido lá. E a UDN baiana apoiava o Presidente Getúlio Vargas. Por isso V. Exª vê que eu discordava dele, mas tenho o maior respeito pela figura. Há de convir V. Exª que não citei Carlos Lacerda.

O SR. NEY MARANHÃO — Correto.

O Sr. Jutahy Magalhães — Mas citei vários outros por cujas memórias tenho o maior respeito.

O SR. NEY MARANHÃO — Exatamente!

O Sr. Jutahy Magalhães — Porque esses não faziam parte de nenhuma tentativa de golpe. Aliomar Baleeiro falava na questão da maioria absoluta, mas era a defesa de uma tese. Eu poderia citar Prado Kelly, Virgílio Mello Franco e vários outros. Porém não citei exatamente esse de que V. Exª está falando. Esse não representa a Banda de Música.

O SR. NEY MARANHÃO — Falo na inteligência da Nação, naquela época representada no Congresso, onde várias vezes tive oportunidade de dizer: "Vai falar, hoje, o grande tribuno Octávio Mangabeira, da UDN". Era como se pudéssemos ouvir um papel cair no chão no Palácio Tiradentes. É grande o respeito que tenho a estas figuras: Adauto Lúcio

Cardoso, Prado Kelly, Aliomar Baleeiro, Afonso Arinos de Melo Franco. Senador Jutahy Magalhães, referia-me ao grande tribuno, homem que, na minha opinião, foi uma das maiores inteligências que passou pelo Congresso Nacional; mas Carlos Lacerda era um demolidor. Esse, quando atacava com a sua inteligência brilhante, não dava trégua; só quem o enfrentava, galhardamente, num debate, no meu entender, era um baiano: Tarcísio Vieira de Melo, Líder do PSD naquela época.

Essa foi a minha intenção. Não se comparava a homens como os que V. Exª mencionou. Principalmente o Partido de V. Exª tinha o seu pai como uma das bandeiras que até hoje reverenciamos.

Era a explicação que gostaria de dar a V. Exª

Quanto ao Ministro Alceni Guerra, darei o relatório a V. Exª De acordo com esse relatório, a comissão foi mantida pelo Ministro Adib Jatene. Não sei se V. Exª estava presente, quando li para o Senador Pedro Simon alguns de seus trechos. O que me chama atenção, Senador, é o aspecto sobre o qual conversamos ontem. A imprensa, muitas vezes, por informações não muito fidedignas, enlameia a dignidade de um homem público. No meu entender, pelo que consta do relatório, o Ministro Alceni Guerra foi massacrado e humilhado, justamente com sua família. Quando vi aquela fotografia dele e de seu menino numa bicicleta, imaginei o menino, a família, lendo as notícias veiculadas pela imprensa. Eu não queria estar no lugar do Ministro Alceni Guerra, como também V. Exª não gostaria.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Exª há de se recordar que, naquele período, até em apartes a discursos de V. Exª, por várias vezes mostrei a preocupação no julgamento do Sr. Alceni Guerra. Refiro-me à questão da Ceme, especificamente o caso de Alagoas, que a CPI está apurando. Foram feitos levantamentos de dados, de informações, de provas e de documentos que demonstram que houve alguma coisa de errado, que os recursos ultrapassaram em muito o valor da obra.

Por isso, tenho muito cuidado quando me expresso. Não sei quem são os culpados, porém há algo de podre na Ceme. Não sei quem foi o culpado direto. O fato comprovado existe. No caso, teremos que examinar os culpados.

O SR. NEY MARANHÃO — Perfeito. É isso que temos cuidado ao averiguar. Essa foi a minha posição ao chamar a atenção do Senador Pedro Simon, no seu pronunciamento. E quanto a esse prejulgamento. Não podemos aceitar isso.

O Ministro da Aeronáutica, na sua entrevista, falou a respeito disso. Um dos artigos de fundo do *Jornal do Brasil* seguiu essa linha. Não podemos prejudicar. Isso é muito importante porque, quando sai a manchete publicada de que o fulano é ladrão, até que se prove que a notícia não é verdadeira, infelizmente os prejuízos já serão enorme.

V. Exª tem lutado contra um problema existente na Bahia. Portanto, ninguém mais do que V. Exª sabe das dificuldades, das pedras existentes no caminho, para, no final, obter-se um documento para ser mostrado à Nação brasileira. Tenho a impressão de que já faz mais de dois anos — o nobre Senador tem razão — todos nós sabemos; mas atingir o objetivo é muito difícil.

O Sr. Jutahy Magalhães — A Justiça é lenta. É claro, às vezes não é muito cega. V. Exª fala desse processo que tenho contra o Governador do Estado da Bahia. Ele chegou

ao final no Supremo Tribunal Federal, o Relator deu o seu voto, outro Ministro pediu vistas e, infelizmente, até agora as vistas não foram concluídas. Acho que aí, sim, a Justiça ficou um pouco cega, para poder complementar as vistas desse processo. Infelizmente, isso acontece. Quanto a prejudgamento, no caso específico desse processo que está em andamento no Brasil há tanto tempo, V. Exª me desculpe, mas são tantos os fatos... Há aqueles que estão acompanhando de perto e que têm condições de examinar certos documentos, certas provas. Não é um prejudgamento; é uma formação de opinião, e o que está ocorrendo neste País — pode até existir prejudgamento de muitos que não conhecem as provas, não conhecem os documentos — é a manifestação de repúdio a tudo que representa corrupção.

O SR. NEY MARANHÃO — Concorde com V. Exª

O Sr. Jutahy Magalhães — Estava faltando ao povo brasileiro dar uma demonstração da sua indignação. Muitas vezes eu mesmo aqui reclamava: será possível que não haja mais quem tenha condições de se indignar com o que está ocorrendo neste País? E o que está acontecendo agora é que o povo está indo às ruas para mostrar a sua indignação, para dizer um basta. Chega! Chega de corrupção neste País! Temos que dar uma demonstração ao povo de que estamos solidários com esse sentimento, com essa indignação. Não podemos, em nome de nada, esquecer o que estamos vendo. Não devemos ter vendas em nossos olhos. Pode ser um símbolo da Justiça as vendas nos olhos, mas, muitas vezes, a própria Justiça precisa enxergar bem claro. Não podemos ter vendas nos olhos; temos que enxergar o que está se passando ao nosso redor. E o que está aí, Sr. Senador, é muito podre. Nunca ninguém poderia imaginar que este País enfrentaria essa crise de respeito, de ética, de moral, com as coisas públicas.

O SR. NEY MARANHÃO — Aliás, Sr. Senador, o País vem sofrendo esse tipo de imoralidade também há muitos anos. Que fique muito claro — não tenho dúvida, não trastejo um minuto — que os fatos são apurados, principalmente no que tange a essa figura do PC e de outros PCs que há por aí. V. Exª há de me fazer justiça. Hoje, facultamos a nossa Constituição, temos nos nossos gabinetes, no meu, no seu, um computador ligado a todos os órgãos do Governo e sabemos as verbas que saem, para onde saem e onde são aplicadas. Hoje, Antigamente não existia isso, Senador.

As ratazanas começaram a comer o queijo, na Previdência, na época do Dr. Getúlio; no regime militar, com a Coroa/Brastel, a Delfin, o escândalo da mandioca. E isso só vinha à tona, Senador, quando elas estavam empanurradas. Esse trabalho todo que o povo brasileiro vem acompanhando — os mais velhos já conhecem a história, e os mais moços a conhecem por intermédio da imprensa — desaguou nesse drama que vivemos. Tenho certeza, Senador, como V. Exª, como todos, que iremos a fundo nessa questão.

Agora, uma preocupação minha é que a imprensa, com as informações que dá, tenha levado o povo a esperar uma posição radical, uma posição de justiça em regra para esses que transgrediram a lei. Mas quando a CPI terminar e encaminhar esses processos à Justiça, queira Deus que muitas dessas coisas sirvam como fatos consumados para condenar exemplarmente essas figuras que estão aí e que todos nós conhecemos: V. Exª sabe que a CPI fez um tipo de investigação altamente sigilosa para pegarmos o bandido, o ladrão, com a boca na botija.

Num aparte ao Senador Pedro Simon, tive ocasião de dizer que alguns membros da CPI — não a maioria, pois todos fomos direcionados a apurar — algumas figuras a usaram muito bem ou tentaram usá-la para melhorar a posição política de seus Partidos em algumas regiões deste País.

Dentro dessa linha, o povo brasileiro está esperando uma exemplar medida que a Justiça irá tomar, e a minha preocupação é justamente essa. Muitas coisas foram tornadas públicas e esses transfugas da lei tiveram tempo de esconder certas documentações, para evitar que fossem pegos com a mão na botija.

Queira Deus — eu desejo — que toda essa gente seja exemplarmente punida, pois todos nós do Congresso Nacional esperamos isso.

O Sr. João Calmon — V. Exª me permite um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — com prazer, ouço V. Exª

O Sr. João Calmon — Nobre Senador Ney Maranhão, desejo felicitá-lo pelo seu discurso, que se reveste de singular significação, embora a nossa sessão às sextas-feiras não atraia muitos colegas ao plenário. V. Exª focalizou numerosos temas. Gostaria de tecer um rápido comentário sobre um assunto que o tem fascinado nos últimos anos e que inclui a República da China, Taiwan, a República Popular da China, a Coreia do Sul e outras áreas do Sudeste da Ásia. V. Exª focalizou o caso específico da República Popular da China, e aproveitou a oportunidade que V. Exª me oferece, neste momento, para procurar inserir um exemplo que pareceria inimaginável há alguns anos. Não me refiro apenas à disputa que se transformou quase numa briga, que ocorreu na República Popular da China quando foram postas à venda ações de companhias. Vou me centrar em dois pontos que têm sido também objeto da sua permanente atenção. Há poucos dias comparece à Comissão de Relações Exteriores do Senado, e em seguida à Comissão de Relações Exteriores da Câmara, o atual Embaixador da República Popular da China no Brasil. Foi uma pena, nobre Senador, que a presença do Embaixador não tivesse sido anunciada.

O SR. NEY MARANHÃO — Teria tido o prazer de estar lá.

O Sr. João Calmon — V. Exª mesmo, que está atento a esse problema, lá não estava. Compareci às duas reuniões. No Senado, tenho a impressão, estavam presentes com cinco ou seis Senadores; e na Câmara dos Deputados, apenas quatro Deputados e um Senador, que era eu. No entanto, a exposição do nosso Embaixador foi, realmente, de importância transcendental. E no momento — eu já disse isso, aqui neste plenário, pelo menos três ou quatro vezes — em que a atual Comunidade dos Estados Independentes abre concorrências internacionais para prospecção, exploração, refino e transporte de petróleo, concorrência que foi ganha por grupos japoneses e americanos, aproveitei a oportunidade e perguntei ao Embaixador do Brasil na República Popular da China qual a posição atual desse país em relação à exploração de petróleo. Ele me respondeu imediatamente, o que me deixou ainda mais impressionado, sobre a profundidade, a extensão, a transcendental importância da revolução a que estamos assistindo no mundo de hoje, tão importante quanto a Revolução Francesa no passado e outras de menor significação. A República Popular da China já permite, e até estimula, que companhias estrangeiras façam prospecção e exploração de petróleo submarino.

O SR. NEY MARANHÃO — Num país comunista, Senador

O Sr. João Calmon — É num país comunista. Temos o exemplo da antiga União Soviética, hoje Comunidade dos Estados Independentes; o exemplo da República Popular da China e, mais recentemente, de um país que desperta sempre de V. Exª um enorme interesse, a Coreia do Sul. Lá terminam um oleoduto que atravessa também a Coreia do Norte.

O SR. NEY MARANHÃO — A mais radical, de regime comunista.

O Sr. João Calmon — Já também se adaptando, embora de maneira tímida, aos novos tempos. Atravessa a Sibéria e vai buscar petróleo da Comunidade dos Estados Independentes, petróleo extraído e refinado por grupos americanos e japoneses. Este detalhe pode parecer até um pouco deslocador numa hora em que...

O SR. NEY MARANHÃO — É importante, Senador.

O Sr. João Calmon — ... todos nós estamos preocupados com a atualidade brasileira, com problemas institucionais.

Fu com a autoridade de quem já está com 75 anos de idade, portanto, não me resta uma década de permanência...

O SR. NEY MARANHÃO — Mas a experiência de V. Exª é muito grande.

O Sr. João Calmon — ... eu considero que esses exemplos do mundo comunista são de transcendental importância para nós, inseridos neles o da educação, que tem a máxima prioridade na Coreia do Sul, na República Popular da China, na antiga União Soviética. Neste momento, V. Exª me perdoe inserir um detalhe no seu discurso, quando outros talvez possam e são considerados de extrema importância. Mas eu não poderia deixar de louvar a sua permanente, crescente preocupação pelo intercâmbio com esses países da Ásia que podem proporcionar-nos lições de transcendental importância.

O SR. NEY MARANHÃO — Senador João Calmon, no meu entender, a China será o país do terceiro milênio. Acredito nisso plenamente pelo que vi naquele país asiático e estou acompanhando.

Aqui mesmo, nobre Senador, estamos aprovando, em regime de urgência, um projeto de minha autoria que, coincidentemente, está na Comissão de Economia, Fazenda e Planejamento, que diz respeito a média, pequena e microempresa. A justificativa do meu projeto, nobre Senador, está toda centrada na China comunista, nos regulamentos provisórios dos investimentos de capital estrangeiro que diz, textualmente, que o lucro das empresas do médio, pequeno e microempresário, no fim do ano, poderá ser remetido para fora do País, sem nenhum problema. Apenas exige, para evitar amanhã uma sonegação, que seja realizada essa transação por intermédio do Banco da China. Veja V. Exª, nobre Senador, que nós ainda estamos tentando regulamentar esses investimentos de capital estrangeiro. Foi o que eu disse ao Presidente do Senado, Senador Mauro Benevides: "Convide, juntamente com o Sr. Deputado Ibsen Pinheiro, os nossos Parlamentares a visitar a Ásia; dê prioridade a isso".

Nobre Senador, há outro aspecto também. Aqui no Ocidente existe a mentalidade de que o homem velho já está ultrapassado, já é um lixo. Há famílias ricas que, às vezes -- V. Exª sabe disso como eu --, internam pessoas mais idosas num abrigo, como se fossem restos. V. Exª sabe que na Ásia as pessoas mais idosas são respeitosamente atendidas nos seus

conselhos. V. Exª tem experiência, um passado com respeito à educação neste País; uma pessoa que tenha metade da sua idade, com a inteligência que tiver, de um computador, não tem a experiência que o Senador João Calmon tem, nessa sua vida toda, com respeito à educação no Brasil. Na Ásia, Senador, eles têm respeito pelos mais velhos e aproveitam o ensinamento deles. É por isso que a Ásia está crescendo econômica e moralmente, em todos os sentidos.

Lembro-me de uma frase, que V. Exª conhece muito bem, do famoso corso Napoleão Bonaparte, que dizia: "Ai do dia em que o gigante amarelo despertar".

Se não me engano, é mais ou menos assim. Mas gostaria que V. Exª me corrigisse se não estiver certo.

O Sr. João Calmon — Nobre Senador Ney Maranhão, esta frase de Napoleão tem um texto um pouco diferente, mas, no fundo, representa a mesma coisa. E foi utilizada esta frase como título do mais importante livro publicado há mais de 15 anos por um notável jornalista e escritor francês, que foi Ministro da Informação do Presidente Charles de Gaulle. O título desse livro é: "Quando a China Despertar, o Mundo Tremará". O autor desta frase profética: Napoleão Bonaparte. Daí a importância realmente transcendental do seu interesse por essa parte do mundo. E, então, nobre Senador Ney Maranhão, por uma feliz coincidência, ontem eu recebi de Pequim apenas 8 volumes, exclusivamente sobre Educação, que eu havia solicitado à Embaixada do Brasil na República Popular da China. Esta é, realmente, a grande meta, infelizmente, até hoje subestimada no Brasil.

O SR. NEY MARANHÃO — Exato. É o grande investimento.

O Sr. João Calmon — Vou repetir, exhaustivamente, são coisas absolutamente novas, tratando-se de países milenares. Na Coreia do Sul, cuja educação também pode despertar a nossa inveja, quase 90% das universidades são do setor privado. Na antiga União Soviética, antes mesmo da implantação da Comunidade dos Estados Independentes, Gorbachev, um estadista sem dúvida nenhuma, no seu livro *Perestroika*, faz a seguinte revelação: naquele período, após cuidadosas avaliações, foram fechadas, sumariamente, fábricas e universidades reconhecidamente ineficientes. Nobre Senador Ney Maranhão, o assunto é tão delicado, no Brasil, que tenho citado esta frase, mas acrescentando um comentário meu, porque, senão, eu correria o risco de ser trucidado. Fecharam universidades ineficientes. Então, cautelosamente, comento a frase do livro *Perestroika* de Gorbachev, acrescentando: aqui, no Brasil, nós jamais fecharíamos uma universidade, mesmo ineficiente. Nós iríamos traçar um plano para eliminar as suas deficiências sem partir para o seu fechamento. Mas V. Exª me deu a oportunidade de citar a frase realmente textual de Napoleão Bonaparte que, com a sua antevisão, previu o que está acontecendo. Muito obrigado.

O SR. NEY MARANHÃO — Muito obrigado, Senador João Calmon. O aparte de V. Exª muito enriqueceu este meu pronunciamento, porque V. Exª é um homem público, um Senador que defende o que há de mais importante: aquilo em que toda a Nação no Primeiro Mundo, desenvolvida, investe — Educação. É o maior investimento que um governo pode dar à sua pátria. Portanto, agradeço muito o aparte de V. Exª, que muito me enriqueceu nesta manhã de hoje, nesses debates tão importantes para nós Parlamentares.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ney Maranhão, o Sr. Epitácio Cafeteira deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero registrar, nesta oportunidade, que Planaltina, Cidade-Satélite de Brasília, está completando 133 anos de existência.

A Administração Regional da Cidade, em articulação com os grupos representativos da comunidade, elaborou uma vasta programação festiva, para comemorar o acontecimento, incluindo eventos cívicos, esportivos e culturais.

Sobre Planaltina, Sr. Presidente, Srs. Senadores, vale destacar que se trata de uma cidade de riqueza histórica inestimável, detentora de tradições religiosas seculares, predicados estes que a tornam singular entre suas congêneres no Distrito Federal.

Planaltina, que só ficou conhecida por este nome em 1917, foi anteriormente cognominada Vila Mestre D'Armas e abrigou, no início do Século, a Comissão Exploradora do Planalto Central, chefiada pelo Engenheiro Belga Luiz Cruis, que tinha a missão de estudar o possível local de implantação da futura Capital do Brasil.

Somente em 1960, com a inauguração de Brasília, Planaltina passou a integrar o Distrito Federal, mas a relevância de sua participação no processo de consolidação e transferência da Nova Capital Brasileira remonta aos idos de 1922, quando foi lançada, nos seus arredores, a Pedra Fundamental de Brasília.

Segundo o pesquisador Paulo Barbosa Magalhães, que em 1966 elaborou o Plano Diretor de Ocupação Territorial da Cidade, a comunidade de Planaltina "possuía seus valores específicos e padrões determinantes de comportamento coletivo e individual, traduzidos pelo constante esforço de preservação das coisas tradicionais e empreender novas realizações".

"Planaltina desenvolveu lenta e compassadamente, talvez por se localizar no coração do País e se distanciar muito do litoral."

Presentemente, a arquitetura semelhante à existente em fins do século 18, convive harmoniosamente com um arrojado plano urbanístico de expansão, conferindo à cidade alguns contrastes impressionantes, pois, embora embalada por ricas tradições, a antiga Mestre D'Armas representa hoje um autêntico pólo difusor de progresso na Região.

O Governo do Distrito Federal, através da ação dinâmica do Governador Roriz, tem dedicado especial atenção à Cidade, executando obras de grande significado para a população, notadamente nas áreas de infra-estrutura e urbanização.

Quero, em razão disto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, congratular-me com a comunidade de Planaltina por ocasião do aniversário da Cidade.

Que este povo empreendedor e que tanto contribuiu para a consolidação da Nova Capital do Brasil possa merecer, cada vez mais, as bênçãos da Divina Providência construindo uma cidade integrada, ciosa de suas tradições e voltada para o progresso e o bem-estar de seus habitantes.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, nestes

dias, expectativa do relatório final da CPI absorve as nossas preocupações.

É de tamanha gravidade o somatório de escândalos revelados ao longo desse período, compreendido entre as acusações do Sr. Pedro Collor e o encerramento das audiências, que permanecemos aturdidos, gravitando em torno desse deplorável pólo de atração.

Os espaços da imprensa têm-se preenchido com o noticiário originado pelas investigações, pouco sendo veiculado fora dessa esfera. Mesmo as teses apresentadas por ocasião da ECO-92 diluíram-se em meio às denúncias que vieram estarrecer a opinião pública.

Nesse tempo, os demais problemas que a nação enfrenta, igualmente graves, parecem remetidos ao limbo do esquecimento. Mas não porque tenham decrescido: apenas não têm sido debatidos. Na verdade, as dores, as carências da população continuam clamando por medidas que as solucionem.

Domina-nos um pesar profundo de ver a população brasileira que, na sua infinita credulidade, depositou confiança nas fugazes de um jovem sedutor, mergulhada numa situação de tanta desesperança. As promessas que lhe foram dirigidas, nas quais se traçavam os caminhos para o Primeiro Mundo, em breve espaço de tempo se configuraram falsidades; e a nação brasileira permanece incluída entre as mais pobres e sofredoras da Terra. Essas características são mundialmente conhecidas.

Em meados do primeiro semestre deste ano, a Organização das Nações Unidas publicou, dentre outros, dois documentos que mostram o resultado das pesquisas referentes às condições dos diversos povos do Globo. Um deles, que teve como diretora executiva a Dr^a Nafis Sadik, trata especificamente da situação da população mundial. O outro, cujo autor principal é o Dr. Mahbub Ul Hag, consiste no relatório anual do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Embora as diretrizes gerais do trabalho da Dra. Nafis Sadik mostrem tendência alarmista, que nos parece resultar dessa corrente neo-malthusiana — que preconiza o controle populacional severo *sine qua non* para a sobrevivência na terra — as colocações, baseadas em fatos, apresentadas ao longo do documento, não podem ser desconsideradas. Resalta, obviamente, em primeiro plano, a comparação efetuada entre os índices de crescimento populacional dos países desenvolvidos e aqueles dos países "em desenvolvimento", em meio aos quais somos citados. As projeções elaboradas pela Divisão de População das Nações Unidas revelam que, em 1992 o número de habitantes do planeta é de 5 bilhões e 450 milhões; e que, no curto espaço de tempo, de hoje ao ano de 2050, esse total terá duplicado. Quase a totalidade desse crescimento desordenado se dará na África, na América Latina e na Ásia, sendo responsáveis as fatias mais pobres. E, o que ainda agrava o prognóstico, concentra-se essa "explosão" nas zonas urbanas — 85% do aumento populacional inchará as cidades, de modo que haverá megacentros com mais de 300 milhões de habitantes.

Relativamente a esse aspecto, o censo, recentemente realizado, mostrou uma tendência de queda acelerada nas taxas de fecundidade das mulheres no Brasil. Entretanto, parece que a atual média brasileira de dois filhos por casal, embora signifique, dentro dos nossos padrões, uma colossal redução, não constitui, aos olhos especialistas, motivo de satisfação. Objetivamente, é fato conhecido que 85% dos nascimentos ocorrem entre as populações de baixa renda; que é de 1,8%

a média de crescimento de toda a população e que, se as camadas instruídas têm apenas um filho, é óbvio que os pobres ainda se multiplicam além do que deviam. Hoje, somos a 5ª população do mundo. Nos próximos 35 anos, teremos o dobro da população miserável que temos hoje. Uma pesquisa realizada pelo UNICEF apresenta um dado que reflete a situação da população brasileira hoje: 77,9% das crianças vivem em famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo.

A população carente do globo sofre problemas comuns: a desnutrição, sintoma flagrante da pobreza, alcança proporções alarmantes. A fome de alguns países da África, que a ajuda sistemática das nações ricas não tem sido capaz de aliviar, contribuiu decisivamente para que o número de desnutridos subisse, em dez anos, de 460 para 512 milhões de pessoas. Mas, também na América Latina e na Ásia, o acréscimo foi grande: aqui, mais 4 milhões; no Oriente, mais 40 milhões de famintos. Particularmente, no Brasil, o efeito da desnutrição se revela nas ainda altas taxas de mortalidade infantil, que é 600% mais alta que nos países avançados. De fato, o Brasil continua sendo um dos recordistas em mortalidade infantil, com 60 óbitos em cada mil nascimentos. Documento do UNICEF comenta uma verdade, da qual todos já tínhamos certeza: no Nordeste, onde a mortalidade infantil chega a 106 óbitos em cada mil nascimentos, "as verbas sociais nem sequer chegam aos necessitados". E a famosa LBA, que parte terá nesse crime?

As dificuldades de desenvolvimento corporal, sobretudo dos pobres do Nordeste, é outra manifestação. Ali, está em formação uma raça de nanicos — pessoas com 1.30m a 1.50m de altura, por não consumirem proteínas indispensáveis ao crescimento. É o próprio Ministério da Saúde que divulgou estudo, realizado pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. O nanismo está presente em 31% das famílias com renda *per capita* de até Cr\$ 30.000,00 (dados de abril deste ano, 1992), o que prova a relação desse problema físico com a condição econômica. Enquanto isso, as fatias bem aquinhoadas da população, tanto no plano nacional quanto no mundial, consomem muito além das suas necessidades, exigindo dispendiosos recursos médicos para acudir problemas gerados pelos excessos na alimentação. Segundo Paul Ehrlich, biólogo e professor da Universidade de Stanford, Califórnia, a população dos Estados Unidos — 253 milhões, a terceira maior do planeta — não só consome como também polui, com seus hábitos nefastos, de modo a constituir uma ameaça, diante das preocupações atuais com a exaustão de recursos e a degradação ambiental.

O relatório sobre o desenvolvimento humano é elaborado a partir de um posicionamento mais analítico em relação a esses desníveis na qualidade de vida da população mundial. Comparando "índices de desenvolvimento humano" em 160 países e tomando como critérios de desenvolvimento fatores tais como a expectativa de vida, o acesso à educação e à saúde, a renda *per capita* e as oportunidades de trabalho — critérios esses que contrastam com os do Banco Mundial, que só considera a renda nacional — chega a conclusão que não nos surpreendem. Assim, o Canadá passa a ser considerado o melhor país para se viver. Em segundo lugar, aparece o Japão, seguido da Noruega, Suíça, Suécia e Estados Unidos. O pior dos países, no **ranking mundial**, seria a Guiné (centésimo sexagésimo primeiro lugar); a posição do Brasil não é invejável, por ocupar a 59ª lugar da lista, sendo classificado como tendo "médio" desenvolvimento.

Quanto à distribuição de renda, o Brasil se destaca nesse relatório por uma das piores: os 20% da população brasileira no topo da escala social detêm renda 26 vezes maior que os 20% mais pobres. Tal constatação não constitui novidade para nós; entretanto, é sempre cada vez mais desgastante para a imagem do país ver suas misérias sociais divulgadas pelas capitais do mundo.

As discrepâncias que ocorrem no Brasil assemelham-se ao que ocorre em plano mundial: nas últimas três décadas, as distâncias entre os ricos e os pobres duplicaram. Hoje, um bilhão e cem milhões de habitantes de Terceiro Mundo têm uma renda 150 vezes inferior à de idêntico número de pessoas nos países ricos. Desse modo, 23% da população mundial concentram 85% da riqueza.

Um dos coordenadores do relatório, William Draper III diz, na introdução, que um dos maiores problemas do mundo de hoje são as restrições que os países industrializados impõem às nações em desenvolvimento. "As nações em desenvolvimento perdem anualmente algo em torno de 500 bilhões de dólares com as distorções do comércio internacional". Mas isso não é o mais grave. Os juros pagos pelas nações em desenvolvimento, sobre empréstimos feitos no exterior, são 4 vezes mais altos que os cobrados dos países ricos. E, na transferência de recursos entre Norte e Sul, de 1983 a 1990, os países mais pobres perderam, anualmente, 21 bilhões de dólares para as nações industrializadas.

Uma colocação das mais sensatas é encontrada nesse relatório: Consiste numa crítica aos países pobres: "As causas reais da pobreza e das privações humanas estão profundamente arraizadas nas ações da política nacional dos países em desenvolvimento".

Senhores, nosso povo merece que as atenções da política econômica sejam direcionadas para abrandar seu sofrimento. Os brasileiros foram colocados, recentemente, entre os povos mais sofredores do mundo, em estudo realizado pelo "Population Crisis Committee" — instituto norte-americano independente e sem fins lucrativos. Contrastando com Estados Unidos, Bélgica, Holanda, Canadá, Suíça etc — considerados países de "sofrimento mínimo" — o Brasil aparece ao lado das Filipinas, próximo do Iêmen, de Madagascar, do Quênia, quando se consideram fatores tão diversos como expectativa de vida, acesso a água potável, ingestão diária de calorias, liberdade política, direitos civis, taxas de inflação. Quando é que essa situação vai mudar?

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sinto-me cada dia mais apreensivo quanto aos destinos do País.

Na oportunidade que breve teremos de resgatar a esperança da nação brasileira por dias melhores, por honestidade e seriedade na condução da política, temos que dar o nosso voto conscientemente. Pensemos que nossas crianças estão famintas, nas ruas, de pés descalços; que nossos idosos estão sem assistência médica; que os pais de família estão sem emprego; que boa parte das nossas cidades está com as ruas cheias de lixo, sem esgotos, sem água encanada. E que um grupo, insensível às dores da nação, escarnecendo de tudo isso, vilipendiando sobre os pobres, locupletou-se ilicitamente de bens.

Senhores, repito, vamos votar conscientemente. A imprensa tem usado uma expressão que me parece bastante significativa: "É hora de passar o Brasil a limpo". Está em nossas mãos fazê-lo. Peço a Deus que tenhamos, todos, "a

coragem necessária para modificar aquilo que podemos", (De uma oração do A.A.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Na presente sessão, terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1991 (nº 2.650/89, na Casa de origem), que isenta de tributos a remessa de valores para o exterior quando destinada a custear a translação de corpos.

Ao projeto foi apresentada uma emenda.

A matéria voltará à Comissão de Assuntos Econômicos, para exame.

É a seguinte a emenda apresentada.

EMENDA Nº 1

Ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1991 (nº 2.605, de 1989, na Casa de origem).

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto:

"Art. 2º. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 1993."

Justificação

O art. 2º do Projeto prevê e entrada em vigor da Lei a 1º de janeiro de 1992, data já ultrapassada.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1992. — Senador Alexandre Costa.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária da próxima segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 51, DE 1992

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 1992 (nº 29/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Tunísia, tendo PARECER favorável sob nº 260, de 1992, da Comissão. — de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

— 2 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 63, DE 1992

Discussão, em turno único, do Projeto Decreto Legislativo nº 63, de 1992 (nº 175/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica, Comercial, Industrial, Tecnológica e Financeira, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos, em Brasília, em 11 de outubro de 1988, tendo PARECER favorável sob nº 265, de 1992, da Comissão. — de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

— 3 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 1992

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1992 (nº 83/91, na Câmara dos Deputados), que altera o artigo 29 da Constituição Federal. (1ª sessão de discussão.)

— 4 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 1992

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1992, de autoria do Senador Jutahy Magalhães e outros Senadores, que dá nova redação ao artigo 47 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 22 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. HUMBERTO LUCENA, NA SESSÃO DE 15-7-92, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DCN (SEÇÃO II) DE 16-7-92, PGS. 5952 (1ª E 2ª COLUNA), 5953 (1ª E 2ª COLUNA E 5954 (1ª COLUNA).

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Para comunicação) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo a tribuna para manifestar ao Senado e à Nação o meu mais profundo pesar pelo prematuro falecimento do Deputado Edivaldo Motta, do PMDB da Paraíba, ocorrido no último domingo, durante uma vaquejada, em Patos.

Homem público desde a mais tenra idade, iniciou ele a sua atividade parlamentar como Vereador, na cidade de Patos, em 1963, sob a legenda da ex-União Democrática Nacional. Posteriormente, passou a Deputado Estadual, ainda pela União Democrática Nacional, filiando-se depois, à Arena e, em seguida ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB. Em 1986, elegeu-se Deputado Federal pelo PMDB, e, em 1990, ficou na primeira suplência, mas vinha exercendo o mandato em face da licença do Deputado Zuca Moreira, que foi convidado a integrar o Secretariado do Governador Ronaldo Cunha Lima.

O Deputado Edivaldo Motta tinha uma personalidade *sui generis*. Era um homem de temperamento brincalhão, mas de uma seriedade a toda prova. Nunca, em nenhum momento de sua longa trajetória na vida pública, ouvi qualquer comentário que pudesse significar um reparo à sua conduta. Homem honesto, deu provas sobejas da retidão do seu caráter no exercício dos mandatos que desempenhou, particularmente na Câmara dos Deputados. Tendo sido um Deputado Federal daqueles que se dedicam à assistência aos municípios que lhe dão apoio para se eleger e se reeleger, Edivaldo Motta foi um dos campeões, na Paraíba, no encaminhamento de pleitos de dezenas de Prefeitos do meu Estado, junto aos órgãos federais. S. Exª pontificou também como um dos Deputados Federais da Paraíba que mais consignaram verbas no Orçamento da República, direcionadas para a solução de problemas de interesse geral das comunidades, como, por exemplo, obras de construção de escolas de 1º e 2º graus, obras

de construção e manutenção de postos de saúde, obras de extensão de linhas de eletrificação rural, obras de saneamento básico — abastecimento de água e rede de esgoto — e assim por diante.

Essas verbas eram liberadas por seu intermédio, na fase em que apoiou o Governo José Sarney, e não se conhece, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nenhuma denúncia sobre a conduta do Deputado Edivaldo Motta, durante todo o seu procedimento nesse particular. Os Prefeitos que em S. Ex^a votaram e que receberam de S. Ex^a todo esse apoio são os primeiros a proclamar a maneira corretíssima, digna, austera, com que S. Ex^a se houve sempre, a ponto de tomar a iniciativa de fazer acusação, contra outras pessoas que procuravam interferir nos processos de liberação de verbas porque, acima de tudo, ele tinha um compromisso: o compromisso com a honradez do seu mandato parlamentar.

Esse é o homem público que eu, neste instante, homenageio.

O Sr. José Richa — Nobre Senador, eu gostaria de lembrar a V. Ex^a que, antes que encerre o seu pronunciamento, eu gostaria de apartear V. Ex^a

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não, nobre Senador. Já atenderei a V. Ex^a

E desejo homenageá-lo não apenas como Senador mas, sobretudo, como Presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Seção da Paraíba, que tinha na pessoa do Deputado Edivaldo Motta um dos companheiros e correligionários dos mais graduados, mais atuantes e mais prestigiados.

Era ele um homem do povo, de tal sorte que se tornou queridíssimo na sua cidade natal e em todos os municípios que o apoiavam, porque S. Ex^a vestia a camisa do homem da rua, usava o chinelo do homem da rua. S. Ex^a se confundia com o povo, não só nas campanhas eleitorais, mas depois delas. Como Deputado, ia à sua terra natal e aos municípios que visitava e estava ali, em toda parte, contando as suas histórias. Era um grande amante e admirador da literatura de cordel e, inclusive, nesse particular, deixou uma obra notável que deve ser editada por amigos seus, em sua homenagem, porque estava na sua pele a vocação de um repentista, de um daqueles notáveis cantadores do nosso sertão. Tanto era assim que edificou, na cidade de Patos, a sua terra natal, em homenagem aos cantadores do sertão, a Casa do Poeta.

Pois é a esse Deputado Edivaldo Motta, que desapareceu numa hora de tantas perplexidades nacionais, diante de um clima de desmoralização da vida administrativa do País, que eu, neste instante, Sr. Presidente, quero prestar a minha homenagem e trazer um preito de saudade, em nome do PMDB e do povo da Paraíba.

Ouçõ o aparte do nobre Senador José Richa.

O Sr. José Richa — Senador Humberto Lucena, quero associar-me a essa homenagem que V. Ex^a presta à família do nosso inesquecível Edivaldo Motta, nesta hora, e dizer que tanto quanto V. Ex^a estou chocado com o prematuro falecimento desse Parlamentar. Só quem não o conhecia mais na intimidade é que podia deixar de ter por ele a grande admiração que tive. Tivemos o privilégio, eu e minha mulher, de conviver com o Edivaldo, com a D. Francisca e com toda a sua família. E nesse convívio pessoal é que ficamos conhecendo verdadeiramente as pessoas. O Edivaldo Motta era muito mais do que isso que V. Ex^a tão bem, nesse rápido

pérfil que traçou, disse a respeito dele. Era realmente a figura de um típico político brasileiro, um homem preocupado com as suas bases. Nos dois mandatos que obteve nas urnas e que tive oportunidade de acompanhar, pude verificar que ele sempre se circunscrevia ao trabalho em quatro ou cinco municípios ao redor de Patos. Ele não estendia muito o seu trabalho, porque achava que, depois de eleito, não teria condições de atender a uma região muito ampla. Então, ele se concentrava no seu Distrito para poder atender, quase que pessoalmente, todos os seus eleitores. Isso é muito raro! Para mim, que sou um defensor do voto distrital, o Edivaldo Motta era o típico representante do sistema distrital de votação. Por isso, a sua tremenda identificação com a população que ele representava. E, a par disso tudo, que constitui uma característica política digna de ser mencionada e de ser realçada, ele era uma figura pessoal extraordinária! Ele sabia, por exemplo, que eu gostava — e gosto até hoje — de carne-de-sol. Ele sempre fazia carne-de-sol em sua casa e nunca deixava de me convidar. Então, tivemos a oportunidade, eu e minha família, de conviver mais intimamente com a família do Edivaldo. E ele era realmente isso tudo que V. Ex^a diz. No trato pessoal, extrovertido, educadíssimo, atencioso, uma fi-ém lamento que uma pessoa, um político como Edivaldo Motta tenha, tão prematuramente, nos deixado. E acho que V. Ex^a tem toda razão quando diz que a Paraíba perde muito com o falecimento de Edivaldo Motta. Quero associar-me a essa homenagem que V. Ex^a presta, neste instante, à memória desse grande homem público da Paraíba.

O SR. HUMBERTO LUCENA — V. Ex^a enfatiza muito bem, Senador José Richa, que foi uma morte prematura, porque ele desapareceu aos 53 anos de idade, portanto, no verdor dos anos, sobretudo para quem se dedicava à política e tinha ainda pela frente um grande caminho a percorrer.

Só quero me deter mais um pouco naquele traço que considero o principal da sua personalidade, que era a sua intransigente honestidade pessoal e política.

Em Patos, durante o seu velório e o seu enterro, conversando com parentes e amigos, cheguei a tomar conhecimento de mais uma particularidade de Edivaldo Motta. Ele, cuja família tinha um patrimônio muito grande na cidade, constituído de casas e de terrenos, diminuiu muito esses bens, porque só empobreceu na política. Na política, uns aumentam o patrimônio, ele, pelo contrário diminuiu o seu e o de sua família, para fazer face às despesas com as campanhas eleitorais de Patos e, sobretudo, quando não conseguia subvenções federais, para ajudar uma Fundação beneficente a “Fundação Miguel Motta”, que mantinha escolas gratuitas e postos de saúde.

Por isso, V. Ex^a podem perceber que homem extraordinário era Edivaldo Motta, num País, como o nosso, onde esses valores morais estão desaparecendo.

O Sr. Nelson Wedekin — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não.

O Sr. Nelson Wedekin — Senador Humberto Lucena, talvez só por esse último fato a que V. Ex^a fez referência — de alguém fazer política por tanto tempo e acabar perdendo patrimônio, às vezes, acumulado pela família — o Deputado Edivaldo Motta já mereceria a homenagem justa que V. Ex^a faz a ele, em seu nome pessoal e em nome do Partido que V. Ex^a preside, na Paraíba. Quero, em nome da Liderança do PDT, alinhar-me à homenagem a esse homem público

que tão prematuramente deixa a vida pública, deixa os seus amigos, mas deixa, sobretudo, um exemplo para nós todos.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Muito obrigado a V. Exª

O Sr. Hugo Napoleão — Permite-me V. Exª um aparte?

SR. HUMBERTO LUCENA — Concedo o aparte a V. Exª

O Sr. Hugo Napoleão — Eminentíssimo Líder Humberto Lucena, conheci o Deputado Edivaldo Motta por ocasião da minha investidura nas funções de Ministro de Estado da Educação. S. Exª costumava frequentar o Ministério para o trato de assuntos de sua Paraíba, sempre com a característica, que saltava aos olhos, de seriedade no cumprimento do dever, de honestidade de propósitos. Quando saí do Ministério, tive oportunidade de conviver com ele nas sessões plenárias do Congresso Nacional, onde sempre manifestava as características às quais fiz referência. Guardo dele uma rede, do melhor artesanato da Paraíba, que me foi ofertada por ele quando eu já não era mais Ministro da Educação; deu-a como colega de Congresso Nacional. Guardo-a, portanto, com muito carinho, simbolizando o nosso relacionamento, que foi dos melhores. Muito obrigado a V. Exª

O SR. HUMBERTO LUCENA — V. Exª dá o seu testemunho da abnegação com que o Deputado Edivaldo Motta tratava dos interesses da Paraíba, particularmente dos municípios em que era votado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, fica, portanto, nestas singelas palavras, nossa exaltação à memória do Deputado Edivaldo Motta. Desejo enviar, de público, uma mensagem de renovação de pésames à sua querida esposa, Francisca Araújo Motta, à sua filha Ilana, ao seu genro Nabor e à sua querida mãe D. Zefinha.

O Sr. Francisco Rollemberg — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Ouço S. Exª

O Sr. Francisco Rollemberg — Eminentíssimo Senador, quero associar-me às homenagens que V. Exª presta ao nosso companheiro, ao nosso colega da Câmara dos Deputados, Edivaldo Motta. Devo dizer-lhe que segunda-feira fui surpreendido de maneira amarga, ao ler a notícia do infausto acontecimento que foi o seu falecimento. Éramos companheiros dos vãos das quintas-feiras à noite. Conversávamos, trocávamos idéias. Quinta-feira passada, viajamos juntos, e, não sei por que, tive a impressão de que o Deputado Edivaldo Motta estava preocupado, estava — talvez — a sentir alguma coisa, um prenúncio de que algo não estava bem. Ele fez a viagem até Salvador — trecho em que fui seu companheiro — calado, quieto, não participou muito das nossas conversas. Quando eu soube, segunda-feira, veio-me logo à mente a lembrança de que o Deputado Edivaldo, possivelmente, já naquela viagem não devia estar passando bem. Quero dizer, a exemplo de V. Exª e de outros, que lamento profundamente. Trata-se da perda de um filho ilustre, de um Deputado atuante, de um homem que empobreceu na vida pública — como V. Exª prestou testemunho neste momento — para servir à sua Paraíba. Viveu pouco, servindo a sua Paraíba, mas viveu intensamente o amor que ele teve por sua terra. Por isso, este sergipano se associa e reverencia a sua memória, nesta tarde, quando V. Exª vem à tribuna para falar das saudades, das virtudes,

da falta que faz à Paraíba o desaparecimento de Edivaldo Motta. Era isso o que eu gostaria de acrescentar.

O SR. HUMBERTO LUCENA — As palavras de V. Exª sensibilizam-me profundamente, nobre Senador Francisco Rollemberg, pelo testemunho que dá do espírito fraterno que vivia em Edivaldo Motta e que fazia com que ele se relacionasse de maneira tão fácil com todas as pessoas, sobretudo com os seus colegas, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao concluir, digo que a cidade de Patos, onde nasceu o Deputado Edivaldo Motta, compareceu coletivamente ao seu sepultamento. Foi uma das homenagens póstumas mais enobrecedoras, a que eu já assisti, a um homem público. À medida que ia passando o cortejo fúnebre, a multidão, postada nas ruas ou lá dentro do campo santo, o aplaudia, com palmas calorosas, numa última reverência àquele que foi, acima de tudo, um servidor do povo, principalmente das suas camadas mais humildes e carentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

15ª Reunião Ordinária da Comissão Diretora realizada em 19 de agosto de 1992

Às onze horas e vinte minutos do dia dezanove de agosto de um mil, novecentos e noventa e dois, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal, na Sala de Reuniões da Presidência, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Senadores Mauro Benevides, Presidente, Alexandre Costa, Primeiro Vice-Presidente, Dirceu Carneiro, Primeiro Secretário, Saldanha Derzi, Terceiro Secretário, Iram Saraiva, Quarto Secretário, e Meira Filho, Suplente.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Excelentíssimos Senhores Senadores Carlos Alberto De'Carli, Segundo Vice-Presidente, e Márcio Lacerda, Segundo Secretário.

O Senhor Presidente dá início à reunião e submete aos presentes os seguintes assuntos:

a) Requerimento nº 529, de 1992, no qual o Senhor Senador Pedro Simon solicita ao Senhor Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento informações relacionadas com atividades a cargo da Secretaria da Fazenda Nacional e do Banco Central do Brasil.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

b) Requerimento nº 530, de 1992, no qual o Senhor Senador Pedro Simon solicita ao Senhor Secretário-Geral da Presidência da República informações sobre as contas de publicidade da Presidência da República relativas ao exercício de 1991, submetidas ao exame do Tribunal de Contas da União.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

c) Requerimento nº 534, de 1992, no qual o Senhor Senador Nelson Wedekin solicita ao Senhor Ministro do Trabalho e Administração Federal informações sobre assuntos relacionados com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Chapecó — SC.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

d) Requerimento nº 538, de 1992, no qual o Senhor Senador Pedro Simon solicita ao Senhor Secretário-Geral da Presidência da República informações relacionadas com a construção de heliporto na residência particular do Senhor Presidente da República.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

e) Requerimento nº 544, de 1992, no qual o Senhor Senador Antonio Mariz solicita ao Senhor Ministro da Educação informações atinentes a convênios firmados entre o Ministério da Educação e Estados e Municípios da região Nordeste.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

f) Requerimento nº 571, de 1992, no qual o Senhor Senador João Rocha solicita ao Senhor Ministro das Minas e Energia informações referentes à gestão da Petrobrás e suas empresas controladas.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

g) Requerimento nº 590, de 1992, no qual o Senhor Senador Mário Covas solicita ao Senhor Ministro da Aeronáutica informações atinentes ao uso do aparelho helicóptero que serve ao Senhor Presidente da República, Fernando Collor de Mello.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

h) Requerimento nº 594, de 1992, no qual o Senhor Senador Coutinho Jorge solicita à Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA informações atinentes aos valores arrecadados, nos termos dos artigos 7º e 12 da Portaria nº 441, de 9-8-89, discriminados por Unidade da Federação e por ano de arrecadação.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

i) Requerimento nº 595, de 1992, no qual o Senhor Senador Jutahy Magalhães solicita ao Senhor Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento informações a respeito de liberação recente de Cr\$1,5 bilhão do Fundo de Seguro Habitacional à Ajax Seguradora.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

j) Requerimento nº 600, de 1992, no qual o Senhor Senador João Rocha solicita ao Senhor Ministro da Aeronáutica informações atinentes à gestão da Embraer e suas empresas controladas.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

k) Requerimento nº 601, de 1992, no qual o Senhor Senador João Rocha solicita ao Senhor Ministro das Minas e Energia informações atinentes à gestão da Companhia Siderúrgica Nacional — CSN.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

l) Requerimento nº 602, de 1992, no qual o Senhor Senador João Rocha solicita ao Senhor Ministro das Minas e Energia informações atinentes à gestão da Companhia Vale do Rio Doce e suas empresas controladas.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

m) Requerimento nº 603, de 1992, no qual o Senhor Senador João Rocha solicita ao Senhor Ministro das Minas e Energia informações atinentes à gestão da Açominas.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

n) Requerimento nº 604, de 1992, no qual o Senhor Senador João Rocha solicita ao Senhor Ministro das Minas e Energia informações referentes à gestão da Companhia Siderúrgica Paulista — COSIPA.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

o) Requerimento nº 617, de 1992, no qual o Senhor Senador João Rocha solicita ao Senhor Ministro dos Transportes e das Comunicações informações atinentes à gestão da Rede Ferroviária Federal e suas empresas controladas.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

p) Projeto de Resolução que “Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, transforma a Auditoria em Secretaria de Controle Interno, e dá outras providências”.

É designado o Senhor Primeiro Secretário para relatar a matéria.

O Senhor Presidente, então, passa a palavra ao Senhor Primeiro Vice-Presidente, que leva ao exame dos presentes:

a) Parecer favorável à prestação de contas do Parlamento Latino-Americano — Grupo Brasileiro, relativa aos primeiro e segundo trimestres de 1991 (Processo nº 015920/91-7).

Os presentes, após discussão, aprovam o parecer;

b) Parecer favorável à prestação de contas do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, relativa ao segundo semestre de 1991.

Os presentes, após discussão, aprovam o parecer;

c) Parecer oral favorável ao pedido de ressarcimento de despesas médicas, formulado por Nair Viana Santos, no Processo nº 010634/92-4, com redução para 50% (cinquenta por cento) do valor indicado pela Subsecretaria de Assistência Médica e Social.

Os presentes, após discussão, aprovam o parecer;

d) Parecer favorável à solicitação do servidor Carlos Antonio Isac de transferência da Categoria Funcional de Técnico Legislativo, Área de Segurança, para a Categoria Funcional de Técnico Legislativo, Área de Processo Legislativo, observado o pressuposto da existência de vaga (Processo nº 010313/92-3).

Os presentes, após discussão, aprovam o parecer;

Dando sequência à reunião, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Primeiro Secretário, que submete ao exame dos presentes os seguintes assuntos:

a) Parecer contrário ao Processo nº 020072/91-0 (anexos: Processos nºs 006559/87-5, 006703/87-9, 004659/87-2 e 015022/91-9), em que Assistentes Jurídicos requerem o resta-

belecimento do pagamento da Gratificação de Desempenho de Função Essencial à Prestação Jurisdicional.

Após discussão, os presentes aprovam o parecer e indeferem o pleito;

b) Parecer ao Processo nº PD-000330/92-2, no qual o Senhor Diretor-Geral de Administração da Presidência da República solicita a cessão definitiva, pelo Prodasen, de 1.000 (um mil) rolos de fita magnética para computador, em desuso no Prodasen, em face da mudança de equipamento, no qual conclui pela doação, em caráter excepcional.

O parecer, após discussão, é aprovado pelos presentes;

c) Processo nº 016941/91-8, no qual a Comissão de Inquérito designada pela Portaria nº 9, de 1992, sugere a demissão, por abandono de cargo, do servidor Cláudio Luís Salgueiro de Carvalho.

É designado o Senhor Terceiro Secretário para relatar a matéria;

d) Processo nº 017323/91-6, no qual a Comissão de Inquérito designada pela Portaria nº 9, de 1992, sugere a demissão, por abandono de cargo, do servidor José Fernando Pimentel Seixas.

É designado o Senhor Primeiro Vice-Presidente para relatar a matéria;

e) Processo nº 005199/91-3, no qual a Comissão de Inquérito designada pela Portaria nº 18, de 1992, sugere a demissão, por abandono de cargo, da servidora Nadir da Rocha Gomes.

É designado o Senhor Quarto Secretário para relatar a matéria.

A seguir, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Terceiro Secretário, que submete aos presentes os seguintes assuntos:

a) Parecer favorável à solicitação do Senhor Presidente da União dos Auditores Fiscais do Tesouro Nacional (Unafisco) para a impressão, pelo Cegraf, de 20.000 (vinte mil) exemplares do livro "Forum Nacional sobre Reforma Fiscal".

Os presentes, após discussão, aprovam o parecer;

b) Parecer favorável ao Processo nº 008227/92-6, em que o ex-Senador José Bernardino Lindoso solicita o ressarcimento integral de despesas médico-hospitalares conforme requerido no Processo nº 003121/92-5.

Os presentes, após discussão, aprovam o parecer;

c) Parecer favorável à Proposta de Ato da Comissão Diretora que "Institui o Programa de Assistência em Creches e Pré-Escolas do Senado Federal", formulada pelo Grupo de Trabalho criado pela Portaria nº 12/91, do Diretor-Geral, com voto do Senhor Primeiro Vice-Presidente, pela aprovação do parecer do Relator (Processo nº 009791/92-2).

Após debates, os presentes aprovam o parecer e assinam o respectivo Ato, que vai à publicação.

A palavra é concedida, então, ao Senhor Quarto Secretário, que submete à apreciação da Comissão Diretora, as seguintes matérias:

a) Parecer ao Processo nº PD-000857/91-2, no qual as servidoras do Prodasen, Regina Célia Pereira Fernandes de

Souza e Yeda Maria Safe de Matos Coutinho, requerem que lhes sejam pagas, com a devida correção monetária, as diferenças de proventos relativas à promoção que tiveram, retroativas a janeiro de 1991.

O parecer é discutido e, antes de ser submetido à votação, o Senhor Primeiro Vice-Presidente solicita, e lhe é concedida, vista da matéria;

b) Parecer ao Processo nº 014116/91-0, que trata da prestação de contas do Senador João Calmon relativa à sua viagem ao exterior para tratamento de saúde, no qual conclui favoravelmente, com o ressarcimento de US\$305,19 a Sua Excelência.

Os presentes, após discussão, aprovam o parecer;

Com a palavra, o Senhor Senador Meira Filho, Suplente da Comissão Diretora, apresenta Proposta de Ato que "Altera o Ato nº 4, de 1991, que disciplina a concessão de imóvel funcional a Senador (Processo nº 009880/92-5).

Os presentes, após debates, aprovam a proposta com alterações, assinando o respectivo Ato, que vai à publicação.

Por fim, a palavra é concedida ao Senhor Diretor-Geral, que submete ao exame da Comissão Diretora, as seguintes matérias:

a) Processos nºs 006920/92-6 e 006921/92-2, com expediente da Subsecretaria de Serviços Gerais solicitando a reconsideração da decisão da Comissão Diretora, adotada na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de julho de 1992, quando indeferiu a prorrogação do Contrato firmado com a Confederação — Vigilância e Transporte de Valores S/A, para prestação de vigilância armada, até a conclusão do processo licitatório destinado à contratação de porteiros para as residências oficiais e Serviço de Transportes.

Os presentes, após debates, reconsideram a decisão anterior e autorizam a prorrogação do Contrato, na forma solicitada pela Subsecretaria de Serviços Gerais;

b) Expediente do Senhor Vladimir Carvalho solicitando a confecção, pelo Cegraf, de cartaz referente ao filme "Conterâneos Velhos de Guerra", para participação no Festival Internacional de Cinema de Gramado.

É designado o Senhor Primeiro Vice-Presidente para relatar a matéria;

c) Processo nº 005456/92-4, no qual a Diretoria-Geral propõe que a Comissão Diretora autorize a dedução de despesas com passagens aéreas da ajuda de custo concedida ao servidor Sebastião C. Carvalho, para tratamento de saúde de sua esposa em São Paulo, conforme decisão adotada na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de junho de 1992.

É designado o Senhor Quarto Secretário para relatar a matéria;

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião, às doze horas e cinquenta minutos, pelo que eu, Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata que, depois de assinada pelo Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 19 de agosto de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

MESA

Presidente

Mauro Benevides - PMDB - CE

1º Vice-Presidente

Alexandre Costa - PFL - MA

2º Vice-Presidente

Carlos De'Carli - PTB - AM

1º Secretário

Dirceu Carneiro - PSDB - SC

2º Secretário

Márcio Lacerda - PMDB - MT

3º Secretário

Rachid Saldanha Derzi - PRN - MS

4º Secretário

Iram Sarmiva - PDT - GO

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia - PDT - RN

Meira Filho - PFL - DF

Lucídio Portella - PDS - PI

Beni Veras - PSDB - CE

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Marco Maciel

Vice-Líderes

Ney Maranhão

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Humberto Lucena

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Coutinho Jorge

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça

Ronaldo Aragão

Mansueto de Lavor

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Líderes

Chagas Rodrigues

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Marco Maciel

Vice-Líderes

Elcio Álvares

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PTB

Líder

José Eduardo

Vice-Líderes

Lourenberg Nunes Rocha

Jonas Pinheiro

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Maurício Corrêa

Vice-Líder

Nelson Wedekin

LIDERANÇA DO PRN

Líder

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PDS

Líder

Esperidião Amin

Vice-Líder

Lucídio Portella

LIDERANÇA DO PDC

Líder

Amazonino Mendes